



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA ESTRELA COSTA DE SOUSA

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS
CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS's DE BELÉM/PA
E SUA REPERCUSSÃO NA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Belém/Pará
2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA ESTRELA COSTA DE SOUSA

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS
CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS's DE BELÉM/PA
E SUA REPERCUSSÃO NA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob orientação da Prof^a Vera Lúcia Batista Gomes

Belém/Pará
2011

MARIA ESTRELA COSTA DE SOUSA

**CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS
CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-CRAS's DE BELÉM/PA
E SUA REPERCUSSÃO NA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social-PPGSS da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Serviço Social, sob orientação da Prof^a Vera Lúcia Batista Gomes

APROVADA EM: ___/___/___

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a: Vera Lúcia Batista Gomes
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Nádia Socorro Fialho Nascimento
Examinadora interna

Prof^a. Dr^a. Andréa Bittencourt Pires Chaves
Examinadora externa

Belém/Pará
2011

Ao grandioso Deus, que me concedeu saúde, coragem e determinação para a
conclusão de mais um sonho;
Aos meus pais, *in memoriam*, Frutuoso
Cândido da Costa e Gerarda Severino da Costa;
A minha família em geral.

AGRADECIMENTOS

Ao grandioso Deus, por ter me concedido força e coragem para alcançar esta conquista;

À Universidade Federal do Pará (UFPA) pela oportunidade de inserção a pós-graduação;

A todos os professores do mestrado que contribuíram para o acúmulo de conhecimento;

À minha orientadora, Vera Lúcia Gomes, que permaneceu comigo nesta jornada;

À estimada professora Maria José, que contribuiu fornecendo material bibliográfico para a construção deste trabalho;

Ao querido Marcelo, que me ajudou e incentivou para a conclusão desta dissertação;

À querida amiga Michele pela contribuição. Obrigada!

À querida Solange pela ajuda nos momentos necessários, muito obrigada!

À amiga Lia, por torcer pela conclusão desse trabalho;

À minha irmã Nan, que sempre ajudou ao longo desse trabalho;

Agradecimento especial a todas as assistentes sociais dos CRAS de Belém-Pa que contribuíram fornecendo informações sem as quais não seria possível a finalização deste trabalho. Muito obrigada!

À assistente social Meiry Jane, do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 1ª região, pela disponibilidade em colaborar com a minha pesquisa;

A todos que de alguma forma contribuíram para a concretização desta vitória;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo o fornecimento do auxílio financeiro que foi importantíssimo no decorrer desta jornada.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança,
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Luís de Camões

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir e analisar sobre o contrato de trabalho temporário do assistente social e suas repercussões na operacionalização da Política de Assistência Social nos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) no município de Belém do Pará. Para tal foi realizada uma pesquisa de campo nos referidos CRAS's, a qual teve como sujeito os assistentes sociais que possuem contrato temporário nesses espaços socio-ocupacionais nos últimos dois anos. Na pesquisa procurou-se conhecer os determinantes políticos organizacionais dessa forma de trabalho, as condições objetivas e subjetivas do trabalho das mencionadas profissionais e sua relação com as transformações no mundo do trabalho que vêm ocorrendo nos últimos anos. Teve como aporte teórico-metodológico a teoria marxista por entender que a mesma propicia uma leitura crítica da realidade social como todo, não fragmentado-a de maneira desconexa de um contexto político, econômico e social de determinada sociedade. Optou-se como instrumento de coleta de dados o formulário que fora constituído de questões abertas e fechadas. Assim, este estudo está estruturado em três partes, além da introdução e da conclusão. A primeira parte tenta efetuar uma abordagem sobre as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas objetivando desvendar as determinantes dos contratos temporários do assistente social nos CRAS's do município; a segunda parte trata do neoliberalismo e da reforma do Estado no Brasil; na terceira foi efetuada uma análise sobre as condições do trabalho do assistente social nos CRAS's, para então poder entender as repercussões dos contratos de trabalho temporário desses profissionais na operacionalização da Política de Assistência Social. Finalmente, foram efetuadas as considerações gerais sobre o resultado da referida pesquisa de campo.

Palavras-chave: Trabalho, contrato temporário, assistência social.

ABSTRACT

This work aims to analyze and reflect on the temporary employment contract of social workers and its impact on operation of the Policy Social Assistance Reference Centers of Social Assistance (CRAS) in the city of Belem do Para. To do this we conducted a field research at those CRAS's, which had as its subject the social workers who have temporary contracts in these socio- occupational spaces in these last two years. In this research it is aimed to identify the organizational politic determinants in this form of work, the objective and subjective conditions of work of the aforementioned practitioners and their relationship witer the world of work changes that have occurred in recent years. It was used the theoretical and methodological Marxist theory believing that it provides a critical reading of social reality as a whole, not by fragmenting it disconnected from a political, economic and social development of a given society. The form was chosen as an instrument of data collection that was made up of open and closed questions. Thus, this study is structured in three parts, besides the introduction and the conclusion. The first try perform a approach to the transformations that are occurring in the workplace in recent decades aimed to uncover the determinants of temporary contracts in social worker in CRAS's the city, the second part all about of the neoliberalism and of the state reform in the Brazil; in the third part went perform a analysis about conditions of the social work in CRAS's, so it is possible to understand the impact of temporary employment contracts of these professionals in the operationalization of Policy Social Assistance. Finally the general considerations were made on the outcome of this field research.

Keywords: Work, temporary contracts, social welfare.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01	Concepção de Estado de Bem Estar Social nos países de capitalismo central	28
Quadro 02	Apresentação do percentual da população pobre no Brasil e em Belém-Pará no período de 1985-1989 (%)	68
Quadro 03	Princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social	72
Quadro 04	Identificação dos usuários que são atendidos pelo o Serviço de Convivência	86
Quadro 05	Composição da equipe de referência que atua nos CRAS segundo o porte do município	90
Quadro 06	Programas realizados pela FUNPAPA no período de 1993 -1996	92
Quadro 07	Implantação dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) no município de Belém	95
Quadro 08	Atendimentos dos serviços oferecidos nos CRAS no ano de 2010	97
Quadro 09	Número de CRAS segundo o porte do município	105
Mapa 01	Divisão Político-Administrativa do município de Belém	80
Gráfico 01	Atendimentos da população usuária da Proteção Básica nos CRAS's de Belém - 2005-2008	96
Gráfico 02	Atendimento às famílias do Programa de Atenção Integral à Família-PAIF/2010 nos CRAS's do município de Belém-Pará	98
Figura 01	CRAS Mosqueiro	101
Figura 02	Brinquedoteca/Mosqueiro	101
Figura 03	Espaço teatral/ Mosqueiro	101
Figura 04	CRAS Cremação	102
Figura 05	Brinquedoteca/ CRAS Cremação	102
Figura 06	Produção de artesanatos	103
Figura 07	CRAS Aurá	103
Figura 08	CRAS Guamá	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs	Caixas de Aposentadorias e Pensões
CIB	Comissão Intergestora Bipartite
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CPF	Conselho, Plano e Fundo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CCQ's	Círculos de Controles de Qualidades
DAS	Departamento de Assistência Social
DAMOS	Distrito Administrativo de Mosqueiro
DAOUT	Distrito administrativo de Outeiro
DASAC	Distrito administrativo da Sacramenta
DAICO	Distrito administrativo de Icoaraci
DABEL	Distrito administrativo de Belém
DABEN	Distrito administrativo de Benguí
DAENT	Distrito administrativo do Entroncamento
DAGUA	Distrito administrativo do Guamá
FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNAS	Fundo Nacional de Assistência Social
GIT	Grupo de Iniciação ao Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IAPs	Instituto de Aposentadorias e Pensões
SIE	Sistema de Informação do Estado do Pará
LBA	Legião Brasileira de Assistência

LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
NOB	Norma Operacional Básica
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PAIF	Programa de Atenção Integral à Família
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Promoção da Inclusão Produtiva
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPGSS	Programa de pós-graduação em Serviço Social
PSEAC	Proteção Social Especial de Alta Complexidade.
PSB	Proteção Social Básica
SESI	Serviço Social da Indústria
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço
URV	Unidade Real de Valor
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	17
1.1 DO TAYLORISMO-FORDISMO AO TOYOTISMO: CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	23
1.2 O TOYOTISMO NO BRASIL.....	36
2 NEOLIBERALISMO E A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL	41
2.1 POLÍTICA SOCIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA GÊNESE	52
2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CARIDADE AO DIREITO.....	57
3 FORMA DE CONTRATO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS's DO MUNICÍPIO DE BELÉM	79
3.1 GESTÃO TERRITORIAL E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.....	88
3.2 FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII: NOTAS SOBRE SUA HISTÓRIA.....	90
3.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS's DE BELÉM	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de mestrado é produto da pesquisa realizada sobre Contratos de Trabalho do assistente social nos CRAS's do município de Belém-Pará e suas repercussões para a operacionalização da Política de Assistência Social. O interesse pela temática surgiu inicialmente do anseio em aprofundar sobre a saúde do trabalhador, em particular, o assistente social que atuava no Hospital Ophir Loyola. O intuito de ampliar o debate acerca da referida temática conduziu à minha inserção no curso de mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Porém, ao ingressar no mencionado curso, as discussões e leituras sobre a temática motivaram a mudar o objeto de estudo, isto é, passou-se então a investigar sobre a forma de trabalho do assistente social nos CRAS's do município de Ananindeua. Ao me aproximar desta realidade constatei que a mesma realidade ocorria também no município de Belém-Pará.

Este fato despertou o interesse em realizar a pesquisa nos CRAS's sobre a forma de trabalho do assistente social nos municípios de Ananindeua (PA) e Belém (PA) objetivando fazer um comparativo entre os dois municípios, uma vez que a realidade dos dois coincidia, mas focando o mesmo sujeito, o assistente social. Todavia, no momento da qualificação do projeto de pesquisa, ficou evidente a inviabilidade da realização da pesquisa nos dois municípios, em razão do curto período de tempo para a apresentação da defesa de mestrado, pois naquela ocasião havia 17 (dezessete) CRAS's como universo da pesquisa, isto é, um número elevado para o tempo da mesma. Nesse sentido, decidiu-se delimitar a pesquisa somente no município de Belém, capital do Estado do Pará, por possuir um maior número de CRAS's, ou seja, doze espaços e, por expressar parte significativa da realidade de Belém.

Assim, este estudo se propôs analisar a repercussão do Contrato de Trabalho Temporário do assistente social na operacionalização da Assistência Social nos CRAS's do referido município. Assim, a aproximação do objeto de estudo partiu-se de uma breve abordagem sobre as transformações no mundo do trabalho e sua repercussão para a classe trabalhadora, inclusive para o assistente social, tendo em

vista que, esse profissional é um trabalhador assalariado, e por isso não está alheio a tais transformações.

Nessa perspectiva, o referido estudo foi baseado na teoria marxista por ser uma vertente crítica e mais viável para a apreensão dos dados que interessavam para desvendar o objeto de estudo, relacionando-os a um contexto mais amplo, ou seja, numa perspectiva da totalidade social. Essa teoria contribuiu para a apreensão da realidade social enquanto processo histórico, constituindo-se não apenas de fatos presentes, mas compreendendo a realidade como um movimento.

Como afirma Swingewood (1978) uma análise social consiste num vai-e-vem constante entre as partes e o todo, e não simplesmente um movimento em uma só direção. Pois, de acordo com os princípios da dialética, os dados empíricos devem ser integrados num todo ou permanecem abstratos, superficiais e, teoricamente enganadores, considerando que a sociedade nunca é estável, mas está constantemente em mutação através de contradições que se converteram em novas sínteses.

Foi nessa perspectiva que se propôs realizar este trabalho procurando articular o particular com o universal, uma vez que, a realidade estudada não se encontra fora da realidade histórica. Sob esta lógica, o universo da investigação foi definido pelos CRAS's localizados no município Belém, estado do Pará, "locus" da pesquisa que subsidiou a elaboração da dissertação. Os sujeitos da investigação foram assistentes sociais que trabalhavam nos CRAS's de Belém sob a forma de contrato temporário, pois são profissionais que detém um conhecimento essencial na execução dos serviços oferecidos pelos mencionados espaços socio-ocupacionais. A propósito, Serra (2008) afirma que o assistente social, enquanto categoria profissional se firmou como profissional, por excelência, da assistência social, em detrimento das determinações largamente apreendidas por esses profissionais.

Desse modo, para desvendar as condições de trabalho dos mencionados profissionais via contrato de trabalho temporário, a metodologia utilizada na pesquisa constituiu-se dos seguintes passos: estudo bibliográfico sobre a Política de Assistência Social, trabalho, Serviço Social, transformações no mundo do trabalho além de leituras de dissertações e teses cujo objeto de estudo estava relacionados ao tema desta dissertação. Além disso, em agosto de 2010 foi realizada uma

pesquisa exploratória na Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) onde foi possível uma aproximação da realidade do trabalho das assistentes sociais nos CRAS's de Belém. Para tal, foram realizadas visitas institucionais, contato com a instituição que possibilitou o levantamento de dados através do acesso a Relatórios da instituição, projetos realizados pela mesma, cartilhas e outros que se fizeram necessário para a realização da pesquisa de campo propriamente dita.

Assim, cabe aqui registrar os limites e desafios ocorridos ao longo da pesquisa. Ao iniciar investigação, em 2010, foi necessária a autorização do Núcleo Setorial de Planejamento (NUSP) da FUNPAPA. Em seguida, foi realizado contato telefônico com as assistentes sociais visando o agendamento de um horário disponível das mesmas para a coleta de informações. Registra-se que, em geral, as assistentes sociais não possuíam disponibilidade de agenda, o quê retardou a realização da pesquisa de campo. No ano de 2011 houve outro problema para realização da referida pesquisa, isto é, já havia uma nova coordenação do NUSP, a qual não tinha conhecimento da pesquisa, assim como, a mesma queria saber o porquê do interesse em investigar o assistente social contratado? Percebeu-se haver preocupação por imaginar que se tratava de questões políticas. Diante dessa situação, houve atraso na coleta de dados, a qual só foi possível em abril de 2011.

Apesar disso, convém frisar que, a maioria das assistentes sociais que participaram da investigação se mostrou receptivas e interessadas em contribuir para a mesma. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado o formulário pela sua importância para a investigação social, haja vista que, consiste em um sistema de coleta de informações diretamente do entrevistado, como afirmam Marconi e Lakatos (2008). Sob essa lógica, o formulário se caracteriza pelo contato face a face entre o pesquisador e o pesquisado. Para Rudio (1996), esse instrumento deverá ter um roteiro de perguntas que seja ordenado de forma lógica, não se constituindo em “colcha de retalhos”, mas que seja um todo organizado para apreender as informações devidas à pesquisa. Foi sob este entendimento que se elaborou o formulário, estruturado com perguntas abertas e fechadas que possibilitassem conhecer os determinantes do contrato de trabalho temporário nos CRAS's de Belém.

Após a coleta de dados foi efetuada a sistematização quando buscou-se efetivar o cruzamento das informações obtidas pelas assistentes sociais de forma

crítica para que se tivesse a compreensão acerca dos contratos de trabalho existentes até então na FUNPAPA. Posteriormente realizou-se a organização e o tratamento dos dados objetivando evidenciar os aspectos relacionados ao objeto de estudo e, favorecer a análise crítica dos mesmos.

Assim, este trabalho está estruturado em três partes, distribuídas da seguinte forma: A primeira parte apresenta é retratado sobre as transformações no mundo do trabalho e as consequências para a classe trabalhadora, assim como, as formas de organização do trabalho no sistema capitalista contemporâneo: taylorismo, fordismo e toyotismo. Sobre esta última forma de organização do trabalho procurou-se situar a sua implantação no Brasil; aborda ainda sobre a flexibilização das relações de trabalho; os contratos temporários, assim como, a adoção das idéias neoliberais no país em consonância com a Reforma do Estado. Segundo Pereira (1997) a Reforma do Estado foi concebida como um processo de redução do tamanho do Estado associada ao caráter cíclico da intervenção estatal e ao processo de globalização o qual diminuiu a autonomia das políticas econômicas e sociais dos estados nacionais.

A segunda parte se reporta sobre o neoliberalismo e a reforma do Estado no Brasil, momento importante para a compreensão dos acontecimentos no país na década de 90, pois nesse período o país buscou implementar uma política econômica externa que seguiu as recomendações do chamado Consenso de Washington. Houve ainda na referida década, a instituição do Plano Collor e do Plano Real, este com corte de despesas no aumento de impostos, também foi um o no país marcado por recessão econômica, aumento de desemprego e privatização de empresas.

Como resultado da chamada era neoliberal o que se pode constatar foi a expansão dos trabalhos precarizados, terceirizados e dos contratos temporários que cresceram de forma significativa. Nesse contexto, houve o aumento desses contratos temporários de trabalho para o assistente social, tendo em vista que, o mesmo fazia e faz parte da classe trabalhadora.

A terceira parte apresenta o resultado da pesquisa empírica realizada em 10 (dez) CRAS's do município de Belém instalados nos seguintes bairros: Benguí, Barreiro, Terra Firme, Guamá, Cremação, Pedreira e Aurá e nos distritos de: Outeiro, Mosqueiro e Icoaraci. A pesquisa teve como sujeitos os assistentes sociais que trabalham com a Proteção Social Básica; foram 17 (dezesete) profissionais, dentre

as quais 13 (treze) trabalhavam sob o regime de contrato de trabalho temporário; 03 (três) profissionais efetivas e 01 (uma) profissional exercia cargo comissionado. O critério utilizado para a definição dos sujeitos da pesquisa foram as assistentes sociais com disponibilidade para participar da mesma. Pois, naquele momento o quadro funcional da FUNPAPA encontrava-se reduzido no momento da pesquisa, tendo em vista que, os coordenadores dos CRAS's aguardavam o resultado do novo Processo Seletivo realizado pela FUNPAPA para que fossem contratadas novas assistentes sociais.

Para assegurar o anonimato das pesquisadas elas foram identificadas através de um código (A.S, representando Assistente Social e A.S G, representando assistente social gestora seguido de numeração), ex: (A.S 01), (A.S 02) e (A.S G). Este procedimento foi necessário para preservar o anonimato das mesmas que optaram pela não revelação dos nomes originais.

Finalmente, se apresenta as considerações finais as quais sintetizam as principais evidências obtidas sobre o objeto de estudo. Com efeito, destaca-se a rotatividade das profissionais que trabalhavam nos CRAS's e as suas consequências para o desenvolvimento das atividades realizadas. Em suma, o conteúdo aqui apresentado não tem a intenção de definir este estudo "pronto e acabado", todavia, traz uma contribuição para pesquisadores futuros ampliarem a discussão, pois, todo trabalho permite análise e reflexão que podem aumentar o acúmulo do conhecimento.

1 TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

A compreensão das repercussões da forma de trabalho dos assistentes sociais nos CRAS's de Belém-Pará remete á uma análise, ainda que breve, acerca das transformações no mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo. Para tal, opta-se como ponto de partida precisar o que se entende por trabalho. O trabalho segundo Japiassú (1991), em seu sentido genérico é a atividade da qual o homem modifica o mundo, a natureza, de forma consciente e voluntária para satisfazer suas necessidades básicas. Mais ainda, Marx traz a discussão de que o homem através do trabalho proporciona à si muito mais que a satisfação das necessidades básicas, isto é, o mesmo pode ir mais além que essas necessidades naturais.

Assim, o processo de trabalho é:

[...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais (MARX, 1983, p. 153).

Mediante essa concepção, o trabalho é um processo que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano através de sua ação regula e controla sua interação material com a natureza. Nessa relação, o homem precisa da natureza para satisfazer suas necessidades e, ao satisfazê-las o homem cria, e vai além criando novas objetivações que constituirá o ser social. Nesse sentido, o trabalho é uma condição de existência do homem, é ainda “[...] uma necessidade natural eterna, que tem a função de mediatizar o intercâmbio orgânico entre o homem e a natureza, ou seja, a vida dos homens” (LUKACS, 1979, p.16). Através do trabalho percebe-se uma dupla transformação que é a transformação do homem pelo o seu trabalho, dos objetos e das forças da natureza que são transformados em matérias-primas e em objetos de trabalho.

Com esse entendimento, o trabalho não é um processo isolado, mas sim, uma atividade coletiva, pois, segundo Netto e Braz (2007, p.33-34):

[...] seu sujeito nunca é um sujeito isolado, mas sempre se insere num conjunto [...] de outros sujeitos. Essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à

realização de atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc.

Marx também afirma que, a raiz do homem é o próprio homem e o ato que funda o homem, o ato ontológico-primário é o ato do trabalho. Trata-se, então, de investigar o processo de tornar-se homem em suas múltiplas dimensões, mas matizado pelo trabalho. Para Marx, o trabalho não apenas efetua a transformação da matéria natural, mas realiza o seu objetivo. Logo, a ontologia social marxiana centrada no trabalho apreende a constituição do ser social e, também, o processo histórico pelo qual surgiu o ser dos homens, isto é, o ser social.

O Ser Social segundo Lukács (1979), implica o ser da natureza orgânica e inorgânica, pois o Ser Social não é independente do ser da natureza. Como ser social, compreende-se o homem para além da natureza, pois “[...] quanto mais o homem se humaniza, quanto mais se torna ser social [...]” (NETTO; BRAZ, 2007, p.38), sem eliminar a naturalidade desse homem, é claro, porque o mesmo terá sempre sua naturalidade que indica sua originalidade enquanto ser da natureza. Assim, esse ser social constitui-se um ser que se particulariza, pois, segundo Netto e Braz (2007), ele é apto a tratar suas atividades de modo reflexivo, a realizar atividades teleologicamente orientadas, a universalizar-se, a socializar-se e a objetivar-se material e idealmente. Nessa perspectiva o ser social é:

[...] o conjunto de atributos e das possibilidades da sociedade, e esta é a totalidade das relações nas quais os homens estão em interação [...] o ser social condensa o máximo de humanização construído pela ação e pela interação dos homens, concretizando-se em produtos e obras, valores e normas, padrões e projetos sociais (NETTO, BRAZ, 2007, p. 45).

Se o desenvolvimento do ser social, condensa o máximo de humanização, isso só foi possível pelo trabalho, porque à medida que o homem transformou a natureza, ele se transformou também. Dessa forma:

[...] o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores- um mundo social, humano enfim, em que a espécie humana se converte inteiramente em **gênero humano**. (NETTO; BRAZ, 2007, p.44 grifo do autor).

Diante disso, existe uma relação dialética entre o homem e a natureza, por essa razão, o trabalho é o fundamento ontológico do ser social. Transformando a

natureza, o homem transforma a si próprio e através disso, novas possibilidades e conhecimento são originados. Logo, foi mediante o trabalho que os homens produziram-se a si mesmos, tornando-se mais que seres naturais, ou seja, seres sociais. Como seres sociais esses homens interagem uns com os outros e com a natureza de forma diferenciada. Essa diferenciação do Ser Social consiste em, o homem através do trabalho é capaz de produzir e transformar a natureza, não apenas para satisfazer suas necessidades naturais (alimentar, vestir etc.), que é primordial e, sem a qual o homem não vive, mais a partir dessas necessidades básicas o homem consegue ir mais além criando novos elementos para a sua vida e para a sociedade.

O homem possui ainda a capacidade de se relacionar com outras pessoas de forma afetiva. Essa interação, humanização, capacidade de fazer escolhas, antever o resultado de suas ações e refletir sobre elas o diferencia dos animais. Pois, o homem é um ser com liberdade para pensar, projetar e objetivar-se. Como afirma Gois (2008), para o processo de transição ontológica do macaco ao ser social, o trabalho foi o ato determinante nesse processo, por isso, o trabalho na percepção marxiana é considerado uma categoria fundante. E que fique evidente que “[...] ser fundante não significa ser cronologicamente anterior, mas sim portador das determinações essenciais do ser social. [...]” (LESSA, 2002, p. 27 *apud* GOIS, 2008, p. 37).

Portanto, é pelo o trabalho e, através dele que se altera a matéria natural para os bens que necessita o homem e por ele se tem a compreensão do processo produtivo desde a fase artesanal, a fase manufatureira e a fase da maquinaria.

Foi a partir do trabalho artesanal que se criou as bases para a produção industrial. Segundo Marx (1986), essa produção artesanal se definia pela produção independente, ou seja, o trabalhador era proprietário dos instrumentos e estabelecia o processo de trabalho realizando todas as etapas da produção. O lugar da produção era a casa do próprio artesão onde os artesãos trabalhavam lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou mesmo em processos de produção diferentes, porém conexos, o que se denominou de cooperação, isto é:

A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo, no mesmo lugar (ou, se quiser, no mesmo campo de trabalho), para produzir a mesma espécie de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, constitui histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista (MARX, 1983, p. 257).

Assim, a concentração de um grande número de trabalhadores reunidos sob o mesmo teto trabalhando cooperativamente dá origem a uma força produtiva social que permitia mais produtividade. Para este autor, a soma de jornada de trabalho combinada era maior e produzia maior valor de uso do que a soma da jornada de trabalho isolada e individual, uma vez que, ao cooperar de uma maneira planejada o trabalhador se desfazia de seus limites individuais.

Na compreensão de Gois (2008), o aumento da produtividade foi vantajoso apenas para os capitalistas, por que o salário pago ao trabalhador era baseado no valor da jornada de trabalho individual e não na jornada combinada que se instituiu na cooperação simples. Contudo, nesse processo de trabalho não houve alteração nas condições de trabalho, todavia, o trabalho deixou de ser voltado para os valores de uso e se transformou em instrumento de autovalorização do capital. Porém, é importante destacar que, com o tempo a produção alcançada não supria a necessidade da procura tendo que ser substituída pela manufatura. A manufatura, de acordo com Marx (1983), introduz a divisão do trabalho em um processo de produção que se apresentava como uma progressiva decomposição das funções necessárias à confecção de uma mercadoria particular.

Diante dessa nova organização do trabalho a partir da divisão do trabalho, cada trabalhador ficava responsável por uma atividade simples, extraíndo sua autonomia e tornando o trabalhador individual parcial e especialista. Nesse processo, a manufatura caracterizou-se pela utilização do trabalho em série e especializado, pois, cada trabalhador executava uma ação, com isso contribuiu para o aumento da produtividade que se dava pelo “[...] dispêndio crescente de força de trabalho em dado espaço de tempo” (MARX, 1983, p.270).

A manufatura, segundo Marx (1983) teve dupla origem: 1) da combinação de trabalhadores de ofícios distintos e autônomos voltados à fabricação de uma mercadoria em sua totalidade; 2) da junção de artífices do mesmo tipo de ofício, os quais produziam a mercadoria por inteiro, decompondo o mesmo ofício individual em suas diversas operações particular.

Segundo Hobsbawm (1986), a manufatura de algodão foi um subproduto típico do período e do crescente comércio internacional, tão importante sem a qual a Revolução Industrial não poderia ser explicada. Por essa razão a manufatura inglesa de lã conseguiu proibir as importações de produtos vindos da Índia conseguindo,

então, fortalecer o mercado interno de algodão e, posteriormente, o mercado externo. Tanto que, em 1770, as exportações britânicas de algodão voltadas para os mercados coloniais atingiram mais de 90%.

As inovações que foram surgindo tais como: a invenção de máquinas como a lançadeira móvel; a máquina a vapor; a produção de ferro com carvão de coque; a fiandeira mecânica e o tear mecânico causaram uma revolução produtiva, muitos dos industriais absorviam as inovações com grande rapidez aplicando um rigoroso racionalismo a seus métodos de produção. Assim, com a aplicação da força motriz a mecanização se difundiu na indústria têxtil e na mineração.

Diante de todas as transformações econômicas ocorridas com a Revolução Industrial, a mesma representou uma mudança social, pois, a mesma transformou a vida de muitos homens, haja vista que na sociedade industrial a mão-de-obra era formada por proletários que não possuíam nenhuma outra fonte de renda que não fosse a força de trabalho. O que havia era um trabalho realizado numa máquina mecanizada caracterizada pela regularidade de trabalho, uma rotina diferente dos ritmos pré-industriais. Dessa forma, “todo operário tinha que aprender a trabalhar de uma maneira adequada à indústria, ou seja, num ritmo regular de trabalho diário ininterrupto [...] tinha também que aprender a responder aos incentivos monetários” (HOBSBAWM, 2004, p.79).

Com a manufatura houve mudanças nas relações entre o trabalhador e o empregador, sendo que, o relacionamento nas corporações “[...] patriarcal entre mestres e jornaleiros se manteve; na manufatura seu lugar foi ocupada pelas relações monetárias entre o trabalhador e o capitalista (MARX, 1986, p.125).

Nas manufaturas, para que os empregadores não tivessem problemas com os operários em relação à preguiça para a produção e, conseqüentemente, com os lucros, os empregadores tomaram medidas disciplinares para os operários. A resposta encontrada para enfrentar a situação foi a instituição de baixos salários e a intensificação do trabalho realizado pelo o mesmo durante toda a semana para obter uma renda mínima. Além disso, foi criado o subcontrato de trabalho que consistia na prática fazer dos trabalhadores mais qualificados, empregadores dos seus auxiliares sem experiência. Com isso, esse subempregador obtinha incentivo financeiro para que os seus auxiliares contratados não se distraíssem, desse modo, os contratados eram ainda mais vigiados (HOBSBAWN, 2004).

Para Marx (1983), a manufatura não só submetia o trabalhador autônomo à disciplina do capital, como também criava uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. A cooperação simples, em geral não modificava o modo de trabalho do indivíduo, enquanto que a manufatura revolucionou pela base e se apoderou da força individual de trabalho em suas raízes. Desse modo, a transição da subsunção formal à subsunção real do trabalho¹ ao capital só foi possível a partir do momento em que a manufatura se transformou na grande indústria (GOIS, 2008).

Assim, a maquinaria foi um meio de produção de mais-valia e, na medida em que aumentava a maquinaria no chão da fábrica ampliava a divisão do trabalho com a quantidade de trabalho, seja através do trabalho exigido em um determinado tempo, seja através da aceleração do movimento das máquinas. Logo, o trabalho antes, era realizado pelo trabalhador e, posteriormente, com a maquinaria o trabalho passou a ser apenas um momento do processo produtivo e a força de trabalho um elemento a mais na composição da mercadoria, porém, não pago pelo seu valor real. Esse processo transformou o trabalhador em “mera” extensão da máquina.

O processo de mecanização da produção trouxe modificações, as quais foram caracterizadas pelo barateamento da produção; redução do tempo de trabalho socialmente necessário e o aumento da produtividade para o capitalista, no entanto, para a classe trabalhadora as consequências foram drásticas, visto que houve o prolongamento da jornada de trabalho; o barateamento da força de trabalho; a inserção de mulheres e crianças na indústria; a precarização das condições de trabalho e o aumento significativo de desempregados. Em consequência disso, na sociedade capitalista ocorre não apenas a exploração do homem pelo o homem, mas a expropriação do homem dos seus meios de produção, (NASCIMENTO, 2004).

Nessa ótica, o sistema capitalista se caracterizou ao longo da história sob diversas formas como: os séculos XVI ao XVIII, a doutrina econômica que vogava era o mercantilismo². Importa ressaltar que no século XVIII, especificamente, a Europa passava por mudanças no que se refere ao sistema de produção, devido a

¹ Consiste no total controle do capital sobre o trabalho. A partir do momento em que a ciência é aplicada ao trabalho, a habilidade técnica dos artesãos é transferida para a máquina (GOIS, 2008).

² Período que inicia com as grandes navegações e expansões marítimas europeias. Foi o momento em que a burguesia mercante começou a conquistar riquezas em outras terras fora da Europa. Para tal, a nobreza e os comerciantes europeus chegaram a América e começaram um ciclo de exploração cuja finalidade era o enriquecimento e acúmulo de capital.

Revolução Industrial³, iniciada na Inglaterra, a qual fortaleceu o modo de produção capitalista e consolidou suas raízes tanto na Europa quanto em outros continentes do mundo. Esse período da história foi marcado pelo chamado capitalismo industrial.

Nesse contexto, é importante destacar que, de acordo com Sodré (1997) o surgimento do capitalismo pressupõe duas condições importantes para que sejam satisfeitas: acumulação de riqueza e apropriação da força de trabalho separada dos meios de produção, sem os quais não há capitalismo. Assim, foi no século XIX que o capitalismo entrou em um processo acelerado de desenvolvimento técnico-científico, o qual revolucionou o espaço fabril. Isso foi possível devido à criação de um método para obtenção de um tipo de aço mais flexível e resistente, assim como, de novas fontes de energia (gás e eletricidade), o que contribuiu para o desenvolvimento de diversos setores da economia, com destaque para a indústria química, siderúrgica, metalúrgica, entre outros. Nesse século, segundo Braverman (1981) teve início o capital monopolista, onde a concentração e a centralização do capital eram presentes sob a forma dos primeiros “trustes” e cartéis. Foi nesse momento que a estrutura moderna da indústria começou a tomar forma e também a colonização do mundo e as rivalidades internacionais.

As condições históricas do capitalismo monopolista propiciaram o surgimento nos Estados Unidos de um novo momento do capitalismo no plano internacional e na sociedade americana. Foi um padrão de gestão e controle do processo de trabalho que veio a ser denominado taylorismo ou Gerência Científica do Trabalho, conforme será tratado a seguir.

1.1 DO TAYLORISMO-FORDISMO AO TOYOTISMO: CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Taylorismo⁴ foi uma teoria que se desenvolveu a partir da observação dos trabalhadores nas indústrias, quando verificou-se a necessidade desses trabalhadores serem organizados de forma hierarquizada e sistematizada. A forma

³ A Revolução Industrial modificou o sistema de produção, pois, o trabalho que antes era realizado pelos artesãos passou a ser realizado pela máquina. Com isso, os donos das fábricas conseguiram aumentar o lucro, uma vez que, a produção acontecia com mais rapidez. No entanto, essas mudanças ao mesmo tempo em que trouxeram benefícios, por outro lado, trouxeram problemas enfrentados pelos trabalhadores, tais como: o desemprego, baixos salários, péssimas condições de trabalho e acidentes com as máquinas.

⁴ Teoria criada pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (TAYLOR, 1990).

de administração científica foi criada no fim do século XIX e início do século XX e se baseava na aplicação do método científico na administração que revolucionou todo o sistema produtivo no começo do século XX, criando a base sobre a qual se desenvolveu a atual Teoria Geral da Administração.

O taylorismo pode ser compreendido como uma forma de organização do processo de trabalho com o objetivo de elevar os níveis de produtividade através do controle e intensificação do processo de trabalho. A introdução dessa nova forma de organizar o trabalho implicou na modificação de uma série de hábitos, exigindo uma disciplina por parte dos trabalhadores. Desta forma, as propostas tayloristas apresentavam um conteúdo fortemente autoritário, pois, possuía um poder sustentado muito mais na força e na coerção, ao invés da busca da adesão dos trabalhadores (DRUCK, 1999).

Assim, embora a organização do trabalho taylorista tivesse transformado a indústria em diversos sentidos, como: maior controle do tempo, aumento da destreza do operário através da especialização e do conhecimento técnico, idéia de individualismo e estudo científico de movimentos e, sobretudo, o princípio da divisão do trabalho provocou a insatisfação dos operários, pois, a mesma consistia na redução dos custos e, com isso, a redução dos salários. Somado a isso, à crise de expansão estrutural de mercado (circulação da mercadoria) levou a necessidade de reformular a prática da produção, sendo então introduzido um modelo de regulação da produção.

A partir de então, inicia-se uma nova forma de gestão do processo produtivo denominada de fordismo-taylorismo que se consolidou com a introdução articulada de inovações organizacionais (os princípios tayloristas) e tecnológicas (esteira rolante) voltadas à produção e a organização do trabalho. No que concerne o modelo organizacional fordista, pode-se afirmar que foi um processo produtivo caracterizado pela combinação da produção em série com o cronômetro taylorista, além da separação que existia entre planejamento e execução. “Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire* do trabalho, ‘suprimindo’ a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferido para as esferas da gerência científica” (ANTUNES, 2007, p. 37).

Assim,

As inovações na montagem do automóvel Modelo T pela Ford Motor Company que tornaram a linha de montagem possível (intercambiabilidade,

simplicidade e facilidade de ajustamento das pessoas), levaram a eliminação de uma parte importante da mão-de-obra, constituída pelos ajustadores qualificados, representando no contexto, uma elevação significativa de produtividade. Consolidou-se, contudo, a fragmentação do processo de trabalho em operações parciais (SENA, 2006, p.03).

O modelo fordista de produção se caracterizou por um período de expansão da capacidade produtiva industrial, baseada em uma nova forma de organização do trabalho e do espaço fabril, tornando possível a produção em larga escala, assim como a ampliação da capacidade capitalista de acumulação.

Segundo Harvey (1992, p.121) o regime de acumulação criado por Ford se constituiu no:

[...] seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução do trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Assim, o fordismo foi marcado pela presença do trabalho parcelar, a fragmentação das funções, a existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e também pela constituição e consolidação do operário-massa. Segundo Gounet (1999) a produção fordista se apoiou: 1) no parcelamento das tarefas, no qual cada operário realiza um número reduzido de movimentos para executar o seu trabalho, o que levava a perda de habilidades e a desqualificação do mesmo; 2) a busca de responder o aumento da demanda, racionalizando as tarefas de modo a diminuir os gastos com o tempo; 3) a introdução da esteira rolante o que estabeleceu a vinculação entre as funções dos diversos operários; 4) a padronização das peças e a utilização do trabalho operário na adaptação das mesmas foi essencial para otimizar o tempo.

Vale ressaltar que esse modelo de produção fordista na primeira metade do século XX, ainda representava um modelo de acumulação incompleto, atingindo sua plenitude somente a partir do II Pós-Guerra Mundial, quando, sob a hegemonia dos Estados Unidos, o fordismo passou ir além do chão de fábrica. Esse modelo incorporou a regulação econômica keynesiana que preconizava uma estabilidade considerável do regime de acumulação, onde o Estado intervia na economia.

A intervenção do Estado na economia se deu devido a grande depressão de 1929, pois, havia a necessidade de serem criadas formas de superação para a crise econômica instalada nesse período. Para tal, John Maynard Keynes⁵ na situação de crise teve que pensar a economia e as formas de seu enfrentamento e superação. Para Montañó e Duriguetto (2010), Keynes contestava à Lei de Say⁶, pois, para ele era a demanda que determinava a oferta de bens e não o contrário. Dessa forma, nos períodos de crise o “livre mercado” poderia não gerar uma demanda suficiente para garantir o lucro dos capitalistas e o “pleno emprego” dos trabalhadores, devido à redução de investimento na economia e ao aumento das poupanças ou “entesouramento”. Nesse contexto, o mais viável seria a intervenção do Estado para ampliar a demanda efetiva, a taxa de lucro e o “pleno emprego”.

Assim, os autores acima referidos afirmam que Keynes apresentou uma proposta do papel do Estado para proteger o capitalismo das deficiências naturais, ou seja, concebia o Estado como um instrumento a serviço da economia e do equilíbrio econômico entre a oferta e a demanda para superação da crise. Segundo ele, quando a demanda efetiva era elevada, assistia-se um “boom” à inflação; porém, quando ela era reduzida havia recessão e a deflação (redução dos preços). Dessa forma, quando houvesse um momento de baixa demanda (como um período de crise), a finalidade do Estado era estimular a produção e a demanda efetiva, isto é, o gasto público e o consumo. Dessa forma, supririam o déficit de investimento privado com a ampliação do investimento público e promoveria a demanda efetiva. Dessa forma, a intervenção estatal na economia se pautaria pelas seguintes atividades:

- 1) O aumento do gasto público-estatal: com salários e empregos públicos, serviços sociais e obras de infra-estrutura para prover e compensar o “déficit” do investimento privado existente nos tempos de recessão;
- 2) A emissão de quantidade maior de dinheiro circulando no mercado: com isso ampliar o capital circulante e aumentar o nível de transações comerciais;

⁵ Considerado o pai da macroeconomia, Keynes foi um importante economista. Nasceu na Inglaterra em 1883 em um período auge da expansão capitalista, assim como, momentos de crise e de guerras mundiais, o que influenciou sua prática política. Suas ideias revolucionárias levaram à adoção de políticas intervencionistas do Estado com o intuito de criar estímulos para o desenvolvimento econômico. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

⁶ Teoria elaborada pelo economista francês Jean-Baptiste Say, a qual versava que, a oferta gera sua própria demanda, ou seja, tudo que foi produzido pode ser consumido, haja vista que, a demanda de um produto é determinada pela oferta de outros produtos. (Idem, 2010).

- 3) O aumento da tributação: com a reformulação do sistema tributário do Estado aumentando impostos, para reequilibrar as finanças publicas;
- 4) A redução da taxa de juros: seria uma maneira de desestimular a atividade especulativa e o entesouramento improdutivos;
- 5) O estímulo no investimento da atividade produtiva e comercial, de forma a aumentar a riqueza produzida, renda capitalista e o emprego produtivo empresarial;
- 6) O estímulo no aumento da demanda efetiva: ampliando o consumo massivo e o lucro capitalista;
- 7) A busca do pleno emprego diminuindo a insatisfação e a disposição da luta dos trabalhadores como forma de potencializar a produção e o consumo das massas.

Todas essas medidas foram importantes para a superação da crise naquele momento histórico. Assim, “[...] Keynes pode ser considerado um dos fundadores do “planejamento estatal”, do Estado intervencionista para corrigir os problemas do mercado [...] (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.59).

Nesse sentido, foi instituído o *Welfare State*, que segundo Vidal (2009) é a dimensão político-estatal em função da distribuição das cifras de orçamento destinadas à prestação de serviços. Segundo esse mesmo autor pode ser interpretado como um padrão de financiamento público da economia capitalista que é decorrente “[...] das políticas originalmente anticíclicas de teorização keynesiana. O fundo público financiaria, a partir de regras pautadas em uma esfera pública, tanto a produção como a reprodução (OLIVEIRA, 1988 apud NOGUEIRA, 2001, p.98).

Todavia, é importante mencionar que o *Welfare State* ou Estado de Bem Estar Social se apresenta de forma diferenciada, ou seja, vários modelos foram desenvolvidos em certos países, como demonstra Vidal (2009).

Quadro1: Concepção de Estado de Bem Estar Social nos países de capitalismo central.⁷

Estados	Estratégias de solução de políticas sociais e de trabalho.	Limites e contradições do desenvolvimento	Estratégias dos países da periferia
Estado de Bem Estar Social conservador	Divisão da sociedade em um centro produtivo e uma periferia precária	Modernização dos déficits (sociais e econômicos).	Aumento da competitividade econômica como única saída para a pobreza. Os países e indivíduos são responsáveis de sua situação de pobreza.
Estado de Bem Estar Social Liberal	Flexibilização e expansão do mercado de trabalho	Aumento da pobreza “ <i>working poor</i> ” e desintegração social.	Competitividade econômica e maior iniciativa privada sem impedimentos burocráticos (empreendedorismo)
Estado de Bem Estar Social Democrata	Extensão dos serviços públicos, flexibilidade controlada	Problemas de financiamento (protesto sobre os impostos, fuga de capitais).	Estabelecem-se normas e tratados internacionais para o combate à pobreza.

Fonte: (VIDAL, 2009).

O Estado de Bem Estar Conservador foi um modelo segundo Vidal (2009), desenvolvido em países como França, Itália, Áustria e Alemanha. Nessa concepção, os direitos sociais são fortemente vinculados à classe social e ao “status” social dos destinatários, mantendo, com efeito, as desigualdades sociais. Além de que a intervenção estatal é parcial “[...] os benefícios dependem quase inteiramente de contribuições e, assim, de trabalho e emprego” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.103 *apud* NOGUEIRA, 2001, p. 97). Já o Estado de Bem Estar Social-Democrático originou-se a partir de um Movimento operário forte, como por exemplo, nos países da Noruega, Dinamarca e Suécia. As políticas e os serviços sociais, de acordo com Vidal (2009) garantiam um estável nível de igualdade social. Desse modo, as políticas sociais:

⁷ Tabela modificada a partir de Vidal (2009).

“[...] têm um cunho universalista e abrangente e incluem áreas distintas tanto na esfera econômica como social, tais como educação, saúde, habitação, trabalho, previdência etc. Os serviços e benefícios são compreendidos e garantidos como direitos sociais, como forma da sociedade solidariamente organizada, resguardar um patamar de igualdade para todos” (GIDDENS, 1996, *apud* NOGUEIRA, 2001, p.98)

Já o Estado de Bem Estar Liberal foi um modelo típico de países como: Canadá, Austrália, Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América. Os serviços sociais oferecidos eram baseados em pressupostos liberais, com destaque para a individualidade, e, as pessoas que recebiam os serviços eram vistas de forma preconceituosa pela a sociedade. Os custos de reprodução social, para Nogueira (2001, p.97):

“[...] são financiados basicamente pela contribuição individual e mecanismos de seguros privados. Constata-se a tendência de mercantilizar ao máximo a força de trabalho através das políticas sociais e estimulam a centralidade do mercado na satisfação das necessidades. Os esquemas privados como espaços de redistribuição funcionam, também, fragmentando os benefícios prestados [...]”

Como pode ser constatada a força de trabalho era mercantilizada através das políticas sociais. Nessa perspectiva, é importante também destacar as ações que foram realizadas pelo o presidente dos Estados Unidos da América, Franklin Delano Roosevelt (quatro mandatos, de 1933 até 1945), pois, segundo Montaño e Duriguetto (2010) o referido presidente com a intenção de inibir os efeitos político-ideológicos da Revolução Soviética, assim como, do aumento do desemprego e de direcionar a economia rumo à superação da crise promoveu o chamado “*New Deal*” (1933 a 1937).

O “*New Deal*” tinha como finalidade, através a intervenção estatal, implementar uma série de programas, como: construção de obras de infra-estrutura (estradas, escolas, aeroportos etc); controle sobre bancos; geração de empregos; aumento do consumo e do crédito agrícola; criação da previdência social e instituição de pensões e seguros-desemprego; instituição do salário mínimo; redução da jornada de trabalho; programas de “ajuda social” para famílias carentes; regulação de sindicatos e aprovação de leis trabalhistas.

Dessa forma, o Estado intervia na sociedade por meio das políticas sociais e dos salários indiretos, (**serviços sociais** de educação, saúde pública, etc); seguro-desemprego; campanhas de alimentação etc.; **subsídios estatais**: transporte, moradia, artigos de cesta básica, entre outros e, em **complementos salariais**: vale-

transporte, tíquetes-refeição e pensões para a população carente. A propósito, Montaño e Duriguetto (2010) referem-se que esses salários indiretos, as políticas e os serviços sociais funcionavam como verdadeira renda familiar direta e indireta, em dinheiro ou em serviços. Nesse sentido, Iamamoto e Carvalho (2005,p.92) destacam que:

[...] parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo o Estado e pelas classes dominantes é redistribuído à população sob a forma de serviços, entre os quais os serviços assistenciais, previdenciários ou sociais. [...] tais serviços nada mais são que, na sua realidade substancial, do que uma forma transfigurada de parcela do valor criado pelos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas e pelo Estado, que é devolvido a toda sociedade [...] sob a forma transmitada de serviços sociais, [...] nada mais são do que a devolução à classe trabalhadora da parcela mínima do produto por ela criado, mas não apropriado [...].

Pelo exposto, deduz-se que o regime fordista-keynesiano foi marcado pela presença de alguns aspectos, conforme preconizam Montaño e Duriguetto (2010):

- 1) O surgimento, a consolidação e a ampliação do monopolismo e do imperialismo. Processos que foram tão importantes para a história do capitalismo industrial numa fase concorrencial e outra monopolista;
- 2) Um novo tipo de organização e gerenciamento da produção com a produção em massa – com os princípios da “Administração Científica” de Taylor (em 1911) da “Administração Industrial” de Henri Fayol (em 1916 na Europa) e Henry Ford (em 1914);
- 3) A constituição de um mercado de consumo em massa devido à produção em massa. A produção e consumo são dois aspectos de um mesmo processo, isto é, a esfera produtiva e a esfera do mercado expressavam um único fenômeno;
- 4) O surgimento de um novo tipo de trabalhador, a substituição do trabalhador qualificado – aquele que controlava todo o processo produtivo de uma dada mercadoria – pelo trabalhador especializado – o qual cumpriria uma única tarefa simples, padronizada;
- 5) A consolidação de um tipo de racionalidade moderna e fracionada da realidade. A ideologia, os valores e as normas burguesas deviam ser incorporadas pelo conjunto da população como cultura oficial;

- 6) A incorporação de novas funções estatais, constituindo o chamado Estado de Bem-Estar Social com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial para além da função de coerção, ou seja, o Estado passa a intervir no controle das relações capital-trabalho.

Importa destacar que, embora as estratégias adotadas pelo modelo fordista-keynesiano⁸ de produção tenham sido importantes para a superação da crise, a partir de 1929, é imprescindível registrar que a política keynesiana serviu para o enfrentamento do capitalismo da referida crise resultando em um elevado déficit fiscal estatal devido o investimento público efetuado naquele período.

A propósito, segundo Alves (2007) o fordismo se constituiu em um modelo de produção não apenas enquanto dispositivo de organização do trabalho como também articulou em determinado contexto geopolítico com o modo de desenvolvimento keynesiano, tornando-o capaz de garantir a demanda efetiva para a produção de massa, num período de ascensão histórica do capital. Porém, diante das mudanças que o mercado começava a sofrer, o período de 1965 a 1970 manifestava a incapacidade de manter o modelo fordista. Desse modo, foi no final dos anos 60 e, início dos anos 70, que o regime fordista deu sinal de crise, haja vista que, o mesmo não conseguiu sustentar a contradição existente na relação capital x trabalho.

Para Antunes (2007), a crise fordista foi determinada pela crise estrutural do capitalismo que, a partir dos anos 70, começou a se manifestar através da queda da taxa de juros devido aumento da força de trabalho e pelas manifestações sociais ocorridas nos anos 60; falência do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, manifestada pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava; hipertrofia da esfera financeira, a qual tinha a especulação financeira com autonomia frente ao capital produtivo; concentração de capitais devido às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas, assim como, a crise do *Welfare State*. Esta por sua vez é preciso apontar vários fatores que contribuíram, dentre os quais, segundo Couto (2008), destaca-se a “crise financeira” resultante do limite da capacidade de financiamento pelo o Estado das políticas sociais, devido à

⁸Representa a articulação entre o keynesianismo e o fordismo. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010). Harvey (1998) usou esse termo para denominar o regime de acumulação que vai do pós-guerra e pós-crise (1945) até a nova fase da crise capitalista ocorrida na década de 70.

mudança macroeconômica que deslocou o potencial da indústria para a área de serviços. Nesse contexto, ocorreu a transnacionalização da economia, o que contribuiu para ruir o fundamento do projeto do *welfare state* que se ancorava no Estado nacional, com atores fortes para o restabelecimento do pacto necessário de seu projeto. Por fim, registra-se a crise no mundo do trabalho considerando que as políticas sociais giravam em torno de uma sociedade estruturada em torno do trabalho formal e, sustentada, pela possibilidade de a população viver e contribuir por meio de sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo Laurell (2002), a crítica ao Estado de Bem Estar Social se constitui em oposição aos elementos que aludem a solidariedade social, desmercantilização e coletivismo, portanto, contrária aos direitos sociais, ao universalismo e a dissociação entre benefícios e contribuição trabalhista. A concepção negativa do intervencionismo estatal é comum para aqueles que defendem as ideias neoliberais, pois, consideram que o intervencionismo é antieconômico e antiprodutivo. O que provoca não só a crise fiscal, mas [...] desestimula o capital a intervir e os trabalhadores a trabalhar [...] ineficiente por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive, piorá-la com a derrocada das formas tradicionais de proteção social (LAURELL, 2002, p. 162).

Logo, diante de tais mudanças, na década de 70, em oposição a rigidez fordista, um novo regime de produção foi introduzido, segundo Harvey (1992) pela aceleração do ritmo de inovação dos produtos, pela exploração de nichos específicos de mercado, pela monopolização de vários setores industriais pela flexibilização dos direitos trabalhistas e heterogeneização do mercado: trata-se do toyotismo, processo que ultrapassou a esfera produtiva e se constituiu como novo regime de acumulação flexível.

A acumulação flexível ou toyotismo, para Harvey (1998) é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, assim como dos produtos e dos padrões de consumo.

Para Alves (2007, p. 252-253) o regime de acumulação flexível foi:

[...] capaz de contribuir para uma retomada dos patamares de acumulação de riqueza abstrata que colocou em crise a promessa de inclusão social e explicitou que o desenvolvimento do capitalismo se dá a partir da "produção

enxuta” de mercadorias com a exacerbação do controle e manipulação do elemento subjetivo do trabalho.

Assim, para esse autor o aspecto original do toyotismo foi articular a continuidade da racionalização do trabalho inerente ao taylorismo e fordismo com as novas necessidades da acumulação capitalista. De acordo com Antunes (2007), o padrão de acumulação flexível articulou elementos de continuidade e descontinuidade relativamente distintos do padrão taylorista/fordista. Sendo assim, ao assumir valor universal, o toyotismo:

[...] passou a mesclar-se, em maior ou menor proporção, e suas objetivações nacionais e setoriais, com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficiência à lógica da flexibilidade. É por isso que a instauração do toyotismo articula, em seu processo, uma continuidade-descontinuidade com taylorismo-fordismo [...] é uma ‘ruptura’ no interior de uma continuidade plena (ALVES, 2005, p.32-33).

Considera-se que o toyotismo se configurou como uma opção possível e viável para o conjunto da produção industrial em todos os países, pois, com o agravamento da crise capitalista nas chamadas economias centrais nos anos 70, foi a proposta toyotista de organização do trabalho que apresentou alternativas para a acumulação de capitais, as quais o taylorismo/fordismo não respondia mais.

O toyotismo teve como traços principais, segundo Antunes (2006), a produção vinculada à demanda, objetivando atender as exigências mais individualizadas do mercado consumidor. Por esta razão, sua produção se tornou variada e heterogênea; fundamentou-se no trabalho operário em equipe, com multifuncionalidade de funções rompendo com o caráter parcelar característico do fordismo; o processo produtivo flexível possibilitou o operário operar simultaneamente várias máquinas; Instituiu o princípio *just in time*⁹, isto é o aproveitamento do tempo de produção; o funcionamento do processo produtivo realizado segundo o sistema *kanban*¹⁰, com placas ou senhas de comando para reposição de peças. As empresas passaram adotar uma estrutura horizontalizada ao

⁹ O *Just in time* é o chamado princípio do toyotismo: gestão do estoque mínimo. Alves (2005) ressalta que por esse método a fábrica é colocada sob tensão, haja vista que é através dela que a produtividade devia ser obtida. Nesse sentido, realizar economia para o capital no toyotismo, simbolizava dispensar os estoques, os equipamentos e o excesso de pessoal.

¹⁰ Segundo Franca (2007) o *kanban* era um procedimento de abastecimento de peças que utilizava cartões que eram acionados manualmente para comunicar a necessidade de determinado componente. O objetivo do cartão consistia em permitir a substituição de materiais em equipamentos pequenos e leves.

contrário do fordismo que era verticalizada. Essa horizontalidade estende-se também às empresas subcontratadas, às firmas terceirizadas, acarretando dessa forma a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores dentre outras características.

Nesse contexto, as transformações no mundo do trabalho, para Antunes (2006) estão relacionadas à fragmentação do trabalho, mas também a heterogeneização e à complexificação do trabalho. Agora se tem um trabalhador compatível com as transformações do trabalho que passaram a ser dimensionadas, fundamentalmente pela era informacional, capaz de gerar condições para a operação de máquinas e de exercitar tarefas com mais intensidade, devido à qualidade do trabalho e sua dimensão intelectual. O que se contrapõe com aquela sem qualificação, ao mesmo tempo, em que se vivencia o emprego temporário ou mesmo o desemprego estrutural. Assim, a classe trabalhadora atual, de acordo com Antunes (2005), compreende o conjunto de seres sociais que vendem sua força de trabalho, ou seja, são aqueles que estão inseridos na classe-que-vive-do-trabalho,¹¹ a qual incorpora tanto o núcleo central do proletariado industrial, os trabalhadores produtivos que participam diretamente do processo de criação de mais-valia e da valorização do capital quanto àqueles trabalhadores improdutivos, cujo trabalho não cria diretamente a mais-valia.

Nesse sentido, além do proletariado industrial existem:

[...] os assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part-time*, [...] os trabalhadores terceirizados e precarizados, os trabalhadores assalariados da chamada economia informal-que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital-, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital [...] (ANTUNES, 2005, p.60).

Esses são os trabalhadores que compõem a classe trabalhadora atual, os quais são exigidos para essa força de trabalho qualificação para atuar diante às novas exigências da racionalização capitalista, a saber: o trabalhador deverá ser aquele capaz de analisar, controlar situações inesperadas, ter capacidade de

¹¹ Esta denominação de Antunes é para designar todos que vendem sua força de trabalho em troca de salário. Antunes (2005).

comunicação e de trabalho coletivo. Essas exigências pressupõem a geração de um novo comportamento produtivo do mesmo.

Criam-se, então, segundo Antunes (2006), o chamado trabalhador 'polivalente e multifuncional' da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e exercitar com mais intensidade sua dimensão intelectual. Além disso, existe uma massa de trabalhadores precarizados e sem qualificação os quais estão vivenciando as formas de *part-time*, trabalho temporário, parcial ou então o desemprego estrutural. Para Castel (1999), o desemprego e o subemprego são determinados pela estrutura da sociedade capitalista, expressa na configuração do mundo do trabalho e não apenas resultado da desqualificação profissional. Contudo, os impactos sobre a composição do perfil da força de trabalho implicavam níveis elevados de qualificação do trabalhador para que o seu perfil conseguisse alcançar os objetivos empresariais, tendo em vista o aumento da produtividade.

Segundo Harvey (1995), a tendência à automação flexível é algo que se reflete com os seguintes impactos nos processos de trabalho:

- 1 - A entrada de uma programação flexível (em contraposição à programação rígida) exige a participação direta da força de trabalho fabril na condução do processo, para operar e reprogramar os ajustamentos necessários nos equipamentos;

- 2 - As atividades acima exigem a compreensão global do processo produtivo, assim como, um nível de qualificação amplo e polivalente dos operários;

- 3 - As intervenções decisórias de produção em nível de planta industrial reduzem a distância hierárquica entre a gerência e os pés-da-fábrica, alterando assim, o padrão de relacionamento entre gerência, engenharia e produção;

- 4 - Aprofundam-se o nível de conhecimentos tácitos, não codificáveis e específicos de cada unidade fabril e amplia-se a necessidade de investir em intangíveis;

- 5 - Os impactos acima significam que os processos de trabalho se afastam do paradigma taylorista-fordista em direção a um processo (ainda transitório) em que a força de trabalho interage de forma criativa com um sistema de automação flexível.

Pelo exposto, fica evidente que o processo de reestruturação produtiva, baseado na automação flexível, articula desenvolvimento tecnológico e desconcentração produtiva e o processo de organização do trabalho se realizava mediante a intensificação da exploração da força de trabalho implicando na perda dos direitos trabalhistas que passaram a ser desregulamentados e flexibilizados aumentando assim, a fragmentação da classe trabalhadora. Essas características da organização da produção do modelo toyotismo foram introduzidas em diversos países capitalistas, assim como, no Brasil, como segue a discussão a seguir:

1.2 O TOYOTISMO NO BRASIL

Segundo Alves (2005), foi a partir da dívida externa de 1981 que começou a se manifestar os primeiros impulsos do “surto” de reestruturação produtiva. A deterioração das contas externas do país abateu ainda mais as condições de reprodução do capitalismo industrial no Brasil, sob inspiração do Fundo Monetário Internacional (FMI) adotou-se uma política recessiva, incentivou-se exportações para o mercado internacional, o que fez surgir o primeiro choque na “expressão de competitividade”. Em consequência, as empresas, em particular, as automobilísticas passaram a adotar, ainda que de forma restrita, os novos padrões organizacional-tecnológicos.

O mencionado autor destaca também as determinações que foram importantes para o processo de reestruturação produtiva no Brasil nos anos 80, tais como: a crise do capitalismo industrial, tendo como maior expressão o aumento da dívida externa; o processo de luta de classes no país, caracterizado pela ascensão do “novo sindicalismo” voltado para maior intervenção nos locais de trabalho e as novas estratégias das corporações transnacionais nos anos 80 que provocaram a adoção, ainda que, de forma restrita, dos novos padrões organizacional-tecnológicos inspirados no toyotismo.

Registra-se que, devido a queda dos investimentos na produção, a introdução de novas tecnologias microeletrônicas foi retardada no Brasil. Estas só ganharam mais vigor a partir de 1984, por isso, houve a necessidade da elevação da produtividade, o que coincidiu com a reorganização da produção, através da intensificação do trabalho por meio de horas extras e/ou flexibilidade do uso da força

de trabalho nas empresas com “[...] relativa proliferação, a partir daí, dos rudimentos organizacionais de um toyotismo restrito - os Círculos de Controles de Qualidades - CCQ's¹² e o sistema de produção *Just in time/ kanban* [...]” (ALVES, 2005, p. 126). Nota-se, então, que as empresas começaram a introduzir algumas técnicas japonesas de produção, além dos CCQ's, novos equipamentos de base microeletrônica: como os robôs, máquinas-ferramentas entre outros, (LEITE, 1994).

Assim, o toyotismo surgiu no Brasil, como mera técnica de administração da produção, isto é, uma nova lógica de racionalização do controle de trabalho que perseguia ainda que de forma precária, a conquista da subjetividade do operário. Com efeito, o toyotismo para Alves (2005), não conseguia articular de maneira sistêmica o que era essencial no espírito do toyotismo: o controle do trabalho e o comprometimento operário com o capital e a nova subjetividade operária. Nesse sentido, este autor afirma que nos anos 80 no Brasil, o quê havia era uma indiferença operária diante das novas técnicas de administração da produção. No entanto, foi a partir dos anos 90, sob a política neoliberal do governo do presidente Fernando Collor de Mello, mediante a abertura comercial e a desregulamentação do comércio exterior que surgiu uma “epidemia de competitividade”, o quê conduziu várias empresas a adotarem, realmente, o modelo toyotista de produção. É nesse contexto que se impulsiona com maior intensidade, em alguns setores de ponta da economia, a adoção sistêmica dos elementos característicos do toyotismo.

Em meio a essa conjuntura e, com a eleição do presidente Fernando Collor abriu-se espaço para consolidar o toyotismo que se firmou a passos largos como base na renovação das relações de trabalho cumprindo, assim, a exigência da flexibilidade para o capital.

Assim, a implementação da reestruturação produtiva no país da década de 90, se deu, segundo Marcelino (2004), pelo resultado das condições sociais e históricas, ou seja: 1) o impulso da nova fase do capitalismo mundial; 2) as

¹² Os CCQ's sinalizaram a chave da eficácia dos esforços para superar um quadro de crise que seria a organização do trabalho. Estes, segundo Alves (2005) surgiram no Brasil em um período de ascensão do novo sindicalismo, época das lutas pelas Comissões de Fábrica que lutavam pela demanda dos operários no que se refere as condições de trabalho. No plano filosófico, o Círculo de Controle da Qualidade foi uma filosofia de trabalho que concentrava seus esforços na participação das pessoas, permitindo um maior espaço no desenvolvimento de sua criatividade gerando, assim, maior satisfação no trabalho. No plano operacional, os CCQ's eram, na verdade, pequenos grupos de operários voluntários que se reuniam em certos períodos para analisar e propor idéias para melhoria do processo de trabalho.

facilidades promovidas pelas políticas neoliberais; 3) a crise das estratégias políticas e sindicais de caráter socialistas e, ainda, 4) o recuo na lutas dos trabalhadores.

As transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas nas últimas décadas, além de permitirem o avanço da tecnologia e da produtividade, provocaram graves consequências sociais para a classe trabalhadora, entre essas implicações está a precarização do trabalho de parcelas cada vez maiores da população. O processo de precarização que aparece sob o neologismo da flexibilização do trabalho é um processo que impõe:

[...] não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretrabalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital (ALVES, 2007, p.126).

A expressão precarização do trabalho se reflete pelo aumento da jornada de trabalho, da desregulamentação das leis trabalhistas e dos contratos de trabalho e na contratação por terceirização. Sendo assim, a realidade atual da classe trabalhadora, hoje, é constituída, segundo Antunes (2006), pelos trabalhos terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre outras formas semelhantes que se expandiram por diversos países e também no Brasil.

Para Alves (2007), nos últimos trinta anos, particularmente, no decorrer da década de 1990 a precariedade estrutural de amplos contingentes da População Economicamente Ativa (PEA) que envolveu os trabalhadores assalariados empregados e desempregados é o que se considera como a nova precariedade, decorrente em sua maioria, do processo da precarização que atinge a totalidade viva do trabalho, devido a ofensiva do capital em suas múltiplas dimensões, objetivas e subjetivas. Ainda de acordo com esse autor, a explicação histórica sobre a precariedade¹³ estrutural, a precarização e a nova precariedade do trabalho no Brasil pode ser efetuada por meio de algumas determinações causais classificadas

¹³ As categorias de *precariedade* e de *precarização* do trabalho são intrinsecamente histórico-concretas, além de serem, multidimensionais (*precariedade* e *precarização* não são apenas do trabalho, mas dos modos de vida e da reprodução social). O que significa que assumem formas e modos de ser diferenciados no decorrer da história e no interior de cada sociedade nacional. É claro que utilizamos *precariedade* como condição ontológica da força de trabalho como mercadoria. Deste modo, o trabalho assalariado é condição ontologicamente precária de classe. Mas o que merece investigação, no caso, é a forma socio-histórica que assumiu a condição de precariedade salarial em países de capitalismo hipertardio como o Brasil. É uma condição de classe que tem se alterado no decorrer do tempo (ser bancário ou metalúrgico não é o mesmo que há vinte ou trinta anos). (ALVES, 2007, p.272).

em: primeira, segunda e terceira ordem. As determinações de primeira ordem são aquelas que atrelam-se à natureza do modo de produção capitalista, isto é, “[...] baseado na divisão hierárquica do trabalho e na propriedade privada, e, portanto, na divisão da sociedade em classes sociais que se apropriam de modo desigual da riqueza social produzida” (ALVES, 2007, p.259). As de segunda ordem são aquelas vinculadas à particularidade da objetivação histórica do capitalismo no Brasil, ou seja, aquelas que irão exigir a apreensão de determinações histórico-genéticas¹⁴. Temos importantes contribuições teóricas que buscaram apreender o modo particular de constituição da sociedade burguesa no Brasil. As determinações de terceira ordem são aquelas que se vinculariam “[...] às mutações estruturais (e de conjuntura) do capitalismo brasileiro nos últimos trinta anos, com destaque para a década neoliberal [...] acirrando elementos estruturais e alterando a dinâmica particular-concreta do capitalismo brasileiro” (Idem, 2007 p.252-253).

A propósito, o autor destaca ainda, algumas conseqüências que a reestruturação produtiva trouxe para o mundo do trabalho, a saber: a redução do proletário fabril estável; o incremento do novo proletariado; o aumento significativo do trabalho feminino que atingiu mais de 40 % da força de trabalho nos países avançados; o incremento dos assalariados médios e de serviços; a exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho dos países centrais e a inclusão precoce de crianças no mercado de trabalho, entre outros. Diante de tais mudanças a classe trabalhadora no Brasil fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais, tornando-se qualificada em alguns setores, mas desqualificando-se e precarizando-se em outros. (ANTUNES, 2005). Logo, o contexto da reestruturação produtiva gerou mudanças e sérias conseqüências para a classe trabalhadora e para o mercado de trabalho, resultou ainda em mudanças para o exercício profissional de várias profissões, dentre as quais, o Serviço Social.

A propósito, Yamamoto (2007) afirma que as mudanças históricas foram alterando, tanto a divisão do trabalho na sociedade quanto à divisão técnica no interior das estruturas produtivas e sendo o Serviço Social uma especialização do

¹⁴ Histórico-genéticas porque buscam apreender o modo particular de constituição da sociedade burguesa no Brasil como a natureza colonial-escravista da nossa formação capitalista, tendo em vista que o Brasil foi um país escravista, produtor de mercadorias para o mercado mundial. Além da característica colonial-escravista a formação social capitalista no Brasil também foi marcada por um estilo dependente e subalterno da economia produtora de mercadorias.

trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho, não fugiu a esses determinantes. Assim, no contexto da reestruturação produtiva o assistente social também foi solicitado a exercer múltiplas tarefas dadas à exigência de um trabalhador polivalente chamado a exercer várias funções ao mesmo tempo. Com efeito, o assistente social passou a vivenciar as mudanças ocorridas no mercado de trabalho, as quais não trouxeram conseqüências somente econômicas, mais também sociais. O Trabalho do assistente social, segundo Iamamoto (2007, p.67):

[...] cuja sobrevivência depende do trabalho [...] tem um efeito no processo de reprodução da força de trabalho, que é a única mercadoria que ao ser colocado em ação, ao realizar trabalho, é fonte de valor [...] viabiliza o acesso não só a recursos materiais, mas as ações implementadas incidem sobre as condições de sobrevivência social dessa população [...]

Logo, a inserção desse profissional nos diversos espaços socio-ocupacionais é fundamental dada a contribuição de sua prática profissional comprometida com a viabilização de direitos sociais, ainda que pese as contradições sociais do capitalismo e a precarização do trabalho decorrente do receituário neoliberal.

2 NEOLIBERALISMO E A REFORMA DO ESTADO NO BRASIL

A política neoliberal na América Latina foi inaugurada no Chile no período do ditador Pinochet. Entretanto, foi na Inglaterra de Margareth Thatcher que a mesma ganhou seus contornos mais definitivos e acabados. Na concepção de Pereira (1996, p.188) “O neoliberalismo é um fenômeno muito mais específico, [...] é uma forma radical de individualismo e de liberalismo econômico, contrária a qualquer tipo de intervenção do Estado no plano econômico e social”.

Já Filgueiras (1997, p.902) considera que “[...] o neoliberalismo se constitui numa doutrina antiga e regressiva, sob qualquer ótica que se queira enxergá-la, isto é, do ponto de vista econômico, político e social”. Sendo assim, o neoliberalismo propõe um Estado mínimo. O Estado neoliberal é a forma de Estado político que surge com a mundialização do capital, ou seja, é o elemento político indispensável da lógica da precarização do trabalho que se impõe à reprodutibilidade capitalista. Nesse sentido, o neoliberalismo:

[...] não é apenas uma forma de governo, mas uma forma de Estado político. Por isso é que, entre governo e sai governo, a dinâmica neoliberal continua se impondo. A constituição da precariedade e o processo de precarização do trabalho é reflexo da nova estatalidade política neoliberal que surge com o capitalismo global. *O Estado neoliberal é o Estado político do capital nas condições de sua crise estrutural*. Ele incorpora em si elementos de crise de legitimidade [...] o Estado neoliberal é uma estatalidade política carente de justificação histórica, na medida em que é incapaz de assumir com efetividade ampla as tarefas históricas impostas pelo processo civilizatório (ALVES, 2007, p. 149-150).

Logo, entende-se que, o Estado neoliberal é a estatalidade política cativa dos interesses do capital financeiro e, ainda, a porção predominante do capital nas condições de crise estrutural de valorização:

A subsunção do Estado neoliberal aos interesses do capital financeiro aprofunda a crise fiscal do Estado político do capital nas condições da crise estrutural. Inclusive, o conteúdo orgânico do Estado neoliberal, cativo dos interesses do mercado financeiro, é a causa da crise fiscal orgânica da estatalidade política do capital. (Id, 2007, p. 152)

No Brasil, o neoliberalismo se consolidou nos anos 90, “Tal ambiente político, econômico e cultural foi reforçado também pelo que se passou a conhecer como Consenso de Washington, com seu receituário de medidas de ajuste”

(BEHRING, 2003, p.147-148). O receituário do Consenso de Washington¹⁵ abrangeu segundo Batista (1994), 10 (dez) áreas, a saber: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação e 10) propriedade intelectual. Dessa forma, as propostas do Consenso de Washington nessas áreas fluíram para duas finalidades básicas: “[...] a drástica redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco (BATISTA, 1994, p.18).

Sob essa ótica, os anos 80 foi marcado por inúmeros eventos negativos para o país, ficando evidente a dificuldade do Estado brasileiro que provocou a ineficiência na prestação dos serviços públicos, no déficit do controle democrático, na distorção organizacional, entre outros (NOGUEIRA, 1998). Diante disso, quando se adentrou aos anos 90, as estratégias de ajuste estrutural capitalista, as idéias neoliberais já tinham sido esboçadas na década anterior para o mundo inteiro, assim como, para o Brasil (BEHRING, 2003). Para esta autora, alguns elementos contribuíram para tal, como:

1. O fracasso dos planos de estabilização ortodoxos e heterodoxos;
2. O esgotamento gerado pelo processo inflacionário;
3. As dificuldades de investimento do setor público.

Para Pereira (1996) as reformas e o ajuste fiscal orientado para o mercado foi uma opção realizada pelo presidente Collor¹⁶, pois, o mesmo não tinha alternativa. No governo:

[...] assistiu-se uma ruptura econômico-política que marcou definitivamente a trajetória do desenvolvimento do Brasil na década de 1990. Pela primeira vez, para além de uma política de estabilização, surgiu a proposta de um projeto de longo prazo, que articulava o combate à inflação com a implementação de reformas estruturais na economia, no Estado e na

¹⁵ Foi um conjunto de medidas resultado do encontro realizado em Washington onde se fizeram presentes economistas latino-americanos, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano com a finalidade de avaliar as reformas econômicas na América Latina. As medidas foram resumidas em: disciplina orçamentária, liberalização financeira, mudanças nas prioridades do gasto público, reforma fiscal, abertura para entrada de investimentos estrangeiros diretos, privatizações entre outros.

¹⁶ Fernando Affonso Collor de Mello foi o primeiro governo federal civil brasileiro, eleito por voto direto popular depois de 25 anos de regime militar. Sua posse ocorreu em 15/03/1990, porém, o seu mandato durou apenas (2 anos) , pois, o seu governo foi marcado por vários escândalos de corrupção. Por esta razão o presidente Collor foi afastado do poder através do *Impeachment* que ocorreu em 02.10.1992.

relação do país com o resto do mundo, com características nitidamente liberais. No entanto, esse projeto, conduzido politicamente de maneira bastante inábil, acabou por se inviabilizar naquele momento. (FILGUEIRAS, 2000, p. 84 *apud* GENNARI, 2002).

Sendo assim, o Governo do presidente Collor tratou de implementar uma política econômica e uma política externa que seguíam de perto as recomendações e diretrizes do chamado Consenso de Washington¹⁷. O Plano Collor (Plano Brasil Novo) de março de 1990 pretendia, inicialmente, estabilizar a economia num curto espaço de tempo por meio de um rápido saneamento financeiro do Estado e de uma recessão. Assim, foi apresentado um conjunto de medidas provisórias que, segundo Behring (2003) estabeleceram:

- 1) Mudança no signo da moeda, que voltou a ser o cruzeiro;
- 2) Uma desindexação geral entre preços e salários;
- 3) A reformulação dos mercados cambiais e a criação do dólar livre, que consistia em a taxa do dólar ser fixada pela oferta e procura;
- 4) Um programa de privatização de empresas estatais;
- 5) Abertura aos capitais estrangeiros;
- 6) Redução das Importações;
- 7) Uma reforma administrativa com o objetivo de demitir 360 mil (trezentos e sessenta) mil funcionários públicos e a extinção de diversos órgãos da administração pública;
- 8) A supressão dos subsídios fiscais.

Segundo Pereira (1996) O Plano Collor adotado pelo o novo governo versava em quatro medidas: reforma monetária, ajuste fiscal; congelamento de preços e taxa de câmbio flutuante. Com isso, o Programa de estabilização do governo Collor tinha como finalidade obter uma recessão moderada, tendo em vista que, não seria possível estabilizar a economia sem sacrifício. Nessa perspectiva, essa estratégia objetivava a redução da oferta de moeda, porém, com a referida medida as

¹⁷ Foi um conjunto de medidas resultado do encontro realizado em Washington, onde se fizeram presentes economistas latino-americanos, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano com a finalidade de avaliar as reformas econômicas na América Latina. As medidas foram resumidas em: disciplina orçamentária, liberalização financeira, mudanças nas prioridades do gasto público, reforma fiscal, abertura para entrada de investimentos estrangeiros diretos, privatizações entre outros.

empresas desorganizaram a produção e levaram à economia a uma recessão ainda mais profunda.

As reformas estruturais se efetuaram com base na liberalização comercial ocorrida entre 1990 e 1993, com isso, a privatização nos anos de 1990 e 1992 ganhou força (Idem, 1996). A liberalização comercial foi considerada essencial na política do mencionado presidente. Sendo assim, sob a lógica de mercado, as empresas tiveram que se reestruturar, abandonar alguns setores ingressando em outros e, ainda, demitir o excesso de pessoal. Entre 1990 e 1993, a produtividade aumentou em torno de 30% [...] algumas empresas tiveram problemas reais, porém a maioria revelou-se capaz de enfrentar a competição internacional.

Já o programa de privatização que havia iniciado na década de 1980 ganhou profundidade nos anos 1990, priorizando as seguintes indústrias, tais como: indústrias de aço, grandes usinas entre elas a Siderúrgica Nacional, Usiminas, Cosipa, indústria petroquímica etc. Desta forma, entre os anos de 1991 e 1994 foram privatizadas 32 (trinta e duas) empresas estatais que tiveram como motivação básica, atingir eficiência operacional e resolver a crise fiscal do Estado.

Para Behring (2003), a superação da crise fiscal era a principal medida para o enfrentamento da crise do Estado, tendo em vista que esta crise nos anos de 1980 era caracterizada a partir de 5 (cinco) ingredientes presentes: o déficit público; as poupanças públicas negativas ou muito baixas; a dívida interna e externa excessiva e a falta de crédito do Estado.

Nesse sentido, ainda segundo a autora acima citada, a perda da capacidade do Estado de se autofinanciar devido à falta de crédito, levou à hiperinflação, pois:

[...] segundo Bresser, enfrentar a crise fiscal a partir do paradigma social-liberal, que preconiza um Estado pequeno e forte com as seguintes tarefas: garantir a propriedade e os contratos, promover o bem-estar e os direitos sociais e realizar uma política industrial e de promoção das exportações. Este novo Estado deverá resultar de uma estratégia pragmática que reconheça: a importância da crise fiscal; a necessidade de reformas orientadas para o mercado e da manutenção da disciplina fiscal; a necessidade da redução das dívidas interna e externa; e a hegemonia dos EUA na América Latina, que exige uma atitude mais autônoma e de defesa dos interesses nacionais no que refere à dívida. (BEHRING, 2003, p.175).

Sendo assim, as mudanças nos anos 90, tanto no âmbito social, quanto no âmbito econômico e político repercutiram na administração pública, para a qual foi imperiosa adaptar-se à demanda do novo “modelo de Estado” que deveria ser mais

ágil e flexível, com o intuito de atender aos reclamos do mercado globalizado, do Brasil desregulado e imprevisível, como afirma Amorim (2009). Com isso, o Brasil passou a enfrentar sérios obstáculos para a contratação imediata de pessoal sem concurso, o que “coincidiu” com o início do radical processo de enxugamento do quadro funcional da União. Este fato foi determinado pela Reforma do Estado baseado nas idéias neoliberais como já fora aqui mencionado.

Em face às mudanças que estavam ocorrendo no Brasil, conforme destaca Behring (2003), Bresser Pereira propôs um pacto de modernização que se iniciava com a liberalização comercial, com as privatizações e com o programa de estabilização monetária e, também, prosseguia com a reforma da administração pública, a chamada reforma gerencial do Estado. Nesse sentido, cabe aqui destacar as características da administração pública gerencial, as quais, segundo Pereira (1997) consistem em:

- 1) Orientação da ação do Estado para o cidadão-usuário ou cidadão-cliente;
- 2) Na ênfase no controle dos resultados através dos contratos de gestão (ao invés de controle dos procedimentos);
- 3) Fortalecimento e o aumento da autonomia da burocracia estatal organizada em carreiras ou corpos de Estado e valorização do seu trabalho técnico e político. Participar, juntamente com os políticos e a sociedade, da formulação e gestão das políticas públicas;
- 4) Separação entre as secretarias formuladoras de políticas públicas, de caráter centralizado, e as unidades descentralizadas, executoras dessas mesmas políticas;
- 5) Distinção de dois tipos de unidades descentralizadas: as agências executivas que realizam atividades exclusivas de Estado e os serviços sociais e científicos de caráter competitivo, em que o poder de Estado não estivesse envolvido;
- 6) Transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos competitivos;
- 7) Acumulativa, para controlar as unidades descentralizadas, dos mecanismos: (7.1) de controle social direto, (7.2) do contrato de gestão em que os indicadores de desempenho sejam claramente definidos e os resultados medidos; e (7.3) da formação de quase-mercados em que ocorre a competição administrada;

h) Terceirização das atividades auxiliares ou de apoio, que passam a ser licitadas competitivamente no mercado.

Essas características se apresentam como forma de enfrentamento ao Estado brasileiro caracterizado como rígido, lento e ineficiente. Assim, o salto avançado foi a proposição da reforma gerencial voltada para o controle dos resultados e fundamentada na descentralização que objetivava a qualidade e produtividade no serviço público. Dessa forma:

A reforma do Estado é, então, uma cobrança da cidadania e um tema de alcance universal nos anos 1990. A crise do Estado assume a forma de crise fiscal, de esgotamento do modelo estatizante de intervenção na economia- do qual são expressões o *Welfare State*, o estatismo comunista e o desenvolvimentismo com substituição de importações na periferia [...] (BEHRING, 2003, p.177).

Assim, a mencionada reforma deveria seguir os seguintes passos: o ajuste fiscal duradouro; as reformas econômicas orientadas para o mercado – abertura comercial e privatizações; a reforma da Previdência Social; a inovação dos instrumentos de política social e a reforma do aparelho do Estado para aumentar sua eficiência. A redefinição do papel do Estado partia da hipótese de que, se ele continuasse sendo um realocador de recursos que garantisse a ordem interna e a segurança externa, os seus objetivos sociais de maior alcance seriam: a justiça e a equidade e os objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Nesse sentido:

[...] a reforma passaria por transferir para o setor privado atividades que podem ser controladas pelo mercado, a exemplo das empresas estatais. Outra forma é a descentralização, para o “setor público não-estatal”, de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem, para os autores, ser subsidiados por ele, como: educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Este processo foi caracterizado como publicização, é uma novidade da reforma que **atinge diretamente as políticas sociais.**” (Id, 2003, p.178 grifo nosso).

Segundo Pereira (1996), a Reforma do Estado Brasileiro se efetivou em quatro setores, a saber: 1) o núcleo estratégico do Estado que formula as políticas públicas, legisla e controla a sua execução, o qual é composto pelos três poderes (federal, estadual e municipal); 2) as atividades exclusivas de Estado, aquelas que eram exercidas pelo poder de Estado, ou seja, serviços que só o Estado pode realizar como a educação básica, segurança etc; 3) os serviços não-exclusivos que

caracterizam a atuação do Estado simultaneamente com outras organizações públicas não-estatais e privadas, a exemplo: os centros de pesquisas, os hospitais etc.; 4) a produção de Bens e Serviços para o mercado, realizada pelo Estado através das empresas de economia mista.

Nesses setores, no núcleo estratégico e nas atividades exclusivas de Estado a propriedade deveria ser estatal, ou seja:

[...] o núcleo estratégico usará, além dos instrumentos tradicionais-aprovação de leis, [...] definição de políticas públicas [...] e emissão de sentenças e acórdãos de um novo instrumento que só recentemente vem sendo utilizado pela administração pública: o contrato de gestão. Através do contrato de gestão, o núcleo estratégico definirá os objetivos das entidades executoras do Estado e os respectivos indicadores de desempenho. [...] as atividades executoras serão, respectivamente, as “agências autônomas, no setor das atividades exclusivas de Estado, e as organizações sociais”, no setor de serviços não exclusivos de Estado (PEREIRA, 1996, p. 284).

Com efeito, “[...] os serviços exclusivos do Estado, a proposta é transformar as autarquias em agências autônomas, administradas segundo um contrato de gestão, prevendo-se mecanismos de controle social” (BEHRING, 2003, p. 182).

Percebe-se então, que há uma preocupação do Estado com o controle social, no entanto é ignorado os Conselhos Paritários previsto na Constituição Federal de 1988, assim como, é ignorado e irrelevante o conceito constitucional de Seguridade Social, tendo em vista que concebe as políticas públicas de Previdência Social, Saúde e Assistência Social de forma, totalmente, desarticulada.

Cabe aqui explicitar que, os quatro setores de atuação do Estado acima citado [...] apenas considerou as “atividades-fim” da administração pública, não fazendo nenhuma referência as “atividades-meio” [...] aqueles serviços administrativos que constituiriam instrumento para a realização das atividades. (DI PIETRO, 2000 *apud* AMORIM, 2009, p.66). Para os serviços administrativos referenciados acima seria possível a terceirização não importando o setor de atuação, desde que envolvesse as atividades não exclusivas do Estado.

Assim, o Plano Diretor da Reforma do Estado previa uma estratégia de transição para a reforma do Estado e do aparelho do Estado em três direções, a saber:

1. Mudança da legislação (como reformas constitucionais);
2. Introdução de uma cultura gerencial;
3. Adoção de práticas gerenciais.

A primeira consiste em que, as emendas da Reforma da Administração Pública que tratava dos servidores públicos e da Previdência Social foram estratégicas; a segunda, a ênfase estava nos resultados, ou seja, na superação dos resquícios de patrimonialismo, isto é, tornava-se necessária a recuperação da confiança nos administradores, assim como, a introdução de critérios de avaliação e indicadores de desempenho. A terceira consistia em aumentar a governança do Estado brasileiro.

Nessa lógica, “[...] o centro da reforma, na verdade, é o ajuste fiscal. As supostas preocupações com a proteção social – novas modalidades propostas – e a consolidação da democracia e da cidadania no Brasil mais se parecem com ornamentos para torná-las mais palatável” (BEHRING, 2003 p.198). Então, é conveniente destacar que, após as tentativas sem sucesso de estabilização do governo Collor, a entrada de Fernando Henrique Cardoso como ministro, no governo de Itamar Franco, trouxe novas esperanças, haja vista que, este ministro junto com uma nova equipe econômica começou a delinear um novo plano econômico que, posteriormente, ficou conhecido como Plano Real¹⁸

A idéia do Plano Real versava sobre o seguinte:

[...] ter duas moedas coexistindo ao mesmo tempo: a velha moeda, em que a inflação seria alta; e uma nova moeda indexada. [...] por ser atrelada ao dólar – não teria inflação. Assim, quando a reforma monetária eliminasse a moeda velha, as pressões inflacionárias, derivadas dos desequilíbrios dos preços relativos e do fato de que, numa inflação inercial, os preços se alteram de forma defasada e não-sincronizada, estariam ausentes. Os preços relativos na nova moeda já estariam equilibrados (PEREIRA, 1996, p.264).

Assim, o referido Plano Real apresentou três fases: 1) o ajuste fiscal baseado em cortes na despesa pública e aumento de impostos; 2) neutralizar a inércia utilizando um índice chamado de Unidade Real de Valor (URV) “[...] que mensurava dia a dia a inflação [...]. Esse índice foi rigorosamente vinculado à variação da taxa de câmbio e utilizado para ajustar todos os preços da economia [...]” (PEREIRA,

¹⁸ O Plano Real foi idealizado por Pércio Arida e André Resende (BEHRING, 2003).

1996, p. 265); 3) Reforma monetária que transformou a URV em uma nova moeda que substituiu o cruzeiro.

Segundo Corbucci (2003), com o presidente Fernando Henrique Cardoso no poder se teve a extinção de alguns monopólios estatais, a recessão econômica, o aumento do desemprego, a compressão salarial dos servidores públicos e, ainda, a privatização de muitas empresas estatais.

Dessa forma:

A política econômica externa brasileira nos anos 90 caracterizou-se pela aplicação da agenda denominada neoliberal. Tal agenda ancora-se basicamente na retórica de que o mercado é o mais eficiente organizador da sociedade. Parece plausível afirmar que a implementação continuada da política econômica de talhe neoliberal pelos governos brasileiros nos anos 90 estaria reconfigurando as bases da acumulação de capital no Brasil, de modo a criar um novo padrão de acumulação fundado num novo e mais profundo patamar de subordinação ao capital financeiro internacional (GENNARI, 2002, p.42).

Diante do posto, a idéia central era que o Estado deveria diminuir os gastos sociais e restituir o quê os liberais chamavam de desemprego natural, ou seja, quer dizer que a idéia era diminuir ou mesmo eliminar a participação do fundo público na reprodução da força de trabalho e transferir do fundo para a reprodução ampliada do capital, de forma “[...] a quebrar o poder de barganha dos sindicatos e impingir o aumento da exploração da força de trabalho ao conjunto da classe trabalhadora que teria como resultado o extraordinário aumento do exército industrial de reserva. (GENNARI, 2002, p.31).

Deste modo, o que se pode constatar é que, na chamada “era neoliberal” e nas reformas implantadas no país houve foi a expansão dos trabalhos precarizados, dos serviços terceirizados e dos contratos de trabalho sem carteira assinada que cresceram também de forma significativa.

O contrato de trabalho é uma espécie do gênero contrato que sofre transformações no curso da história. Contudo, destaca-se, que “não existe uma essência histórica do contrato, existe sim o contrato, na variedade de suas formas históricas e das suas concretas transformações” (ROPPO, 1988 *apud* ROMITA, 2008, p.15). Nessa perspectiva:

[...] o contrato de trabalho (ou os contratos de trabalho) também se submete a uma regulação que varia de acordo com as diversas etapas históricas e adere ao estágio de evolução em que se encontra o grupo social em que ele surge e se executa. [...] o contrato de trabalho não possui uma essência

imutável e indiferente à história. Como tudo que é humano, sofre transformações no tempo (ROMITA, 2008, p. 16).

Para Delgado (2005), o contrato de trabalho pode ser definido como o acordo de vontades, tácito ou expresso, pelo qual uma pessoa física coloca seus serviços à disposição de outrem, a serem prestados com pessoalidade, não-eventualidade, onerosidade e subordinação ao tomador. Dessa forma, o contrato de trabalho representa um pacto feito entre duas ou mais pessoas denominados empregado e empregador, este podendo ser pessoa jurídica, onde há relação de subordinação.

No Brasil, a exemplo, a Lei 9.601 de 21/01/98 (DOU 22.01.98) institui o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado. Também conhecido como contrato de trabalho celebrado a termo, sua definição está descrita no §1º do artigo 443 da CLT, da seguinte maneira:

Considera-se como prazo determinado o contrato de trabalho cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados ou ainda da realização de certo acontecimento suscetível de previsão aproximada.

Nesse sentido, o trabalho por tempo determinado é aquele cuja vigência dependa de termo prefixado ou da execução de serviços especificados. No artigo 445 da CLT, o contrato de trabalho por tempo determinado não pode ser superior a dois anos e podendo ser prorrogado somente uma única vez. Desta maneira, mesmo havendo a prorrogação o contrato de trabalho a termo não pode exceder ao período de dois anos. A CLT também versa que, a realização de um novo contrato de trabalho a termo com o mesmo empregado não será permitido antes de completar seis meses de conclusão do contrato anteriormente estabelecido.

Segundo Ferraz (2006) esta forma de contrato no Brasil buscou inspiração na legislação existente na Espanha e na Argentina dispendo sobre uma nova modalidade de contrato por prazo determinado. O artigo Art. 21 da Lei 9.601/98 rege a obrigação de celebrar Contrato Escrito de Trabalho Temporário com o trabalhador, no qual serão expressos os direitos conferidos ao trabalhador decorrente da condição de temporário. Antes da Lei 9.601, o direito do trabalho conhecia alguns tipos de contrato com duração definida como: o contrato de trabalho temporário regulado pela Lei nº 6.019 de 03/01/74, o qual estabelecia que a duração não podia exceder a 3 (três) meses, com ressalva ao art. 10; o contrato de trabalho a termo; o

contrato de trabalho por obra certa; o contrato de trabalho por safra e o contrato de experiência. O contrato de trabalho temporário vem sendo adotado por vários órgãos dos entes federados do Estado e do município conduzindo muitos profissionais a realização de trabalhos por tempo determinado.

Assim como no direito do trabalho, o Contrato por Tempo Determinado está presente na Lei 8.666, de 1993 e no Art. 37, IX, da CF/88. Segundo a Constituição o Contratado por Tempo Determinado tem o seu contrato celebrado para atendimento de uma necessidade temporária de excepcional interesse público. Isso significa que a investidura de servidores contratados temporariamente no serviço público, dispensava a exigência do concurso de provas, ou de provas e títulos, constituindo-se uma exceção à regra, que é o concurso público.

Então, por se constituir em exceção à regra do concurso público para a investidura em cargo ou emprego público essa forma de contratação deverá ter como pressupostos: tempo determinado; atender a necessidade temporária a que deverá ser de interesse público que, por sua vez, necessitará ser de caráter excepcional. Com efeito, toda contratação temporária no serviço público que não atender a esses requisitos constitucionais é passível de anulação.

A compreensão jurídica acerca do contrato enquanto forma de trabalho é importante para análise não só das mudanças nas relações de trabalho no setor público, em particular, nos municípios, a exemplo, o de Belém, mas por considerar que a:

[...] retração do Estado no campo das políticas sociais, amplia-se a transferência de responsabilidades para a sociedade civil no campo das prestação de serviços sociais. Trata-se de uma das formas de terceirização da prestação de serviços sociais, evitando-se a ampliação do quadro de funcionários públicos (IAMAMOTO, 2007, p.126).

Na concepção desta autora, o mercado de trabalho profissional sofreu impactos diretos das transformações operadas nas esferas produtivas e estatais. Nesse contexto, o assistente social também foi afetado com os efeitos da Reforma Administrativa, no campo do emprego e da precarização das relações de trabalho, a contenção salarial e terceirização acompanhada de contratação temporária e precária mediante a forma de trabalho temporário. Outra forma de inserção do profissional no mercado foi através do contrato temporário para atuar no “terceiro

setor”, especialmente, em ONGs¹⁹. Para Montañó (2008) esse crescimento é produto de parcerias com o Estado. O resultado dessa parceria tinha a função ideológica de encobrir o fundamento e a essência do fenômeno, ou seja, levando a população a uma aceitação do que estava posto para a manutenção do sistema e da atual estratégia do capital e de seu projeto hegemônico chamado neoliberalismo.

A propósito, Yamamoto (2007) ressalta que, a polivalência quanto a terceirização, a subcontratação, a queda do padrão salarial, a ampliação dos contratos de trabalho temporários e o desemprego são dimensões constitutivas da própria feição do Serviço Social, pois, essa realidade afetou e afeta não apenas ‘os outros’ profissionais, como também o assistente social. Assim, diante das novas formas de trabalho que foi surgindo, como: a expansão do trabalho informal e o trabalho sob a forma de contrato temporário, o assistente social passou a vivenciar as contradições do sistema capitalista e as angústias e dificuldades que passavam os demais trabalhadores. É nesse contexto que surgem novas possibilidades de inserção do trabalho do assistente social, ainda que, via contrato temporário nas diversas áreas da assistência social, da saúde, etc..

Porém, para analisar a forma de contrato de trabalho temporário do assistente social via contrato temporário²⁰, nos CRAS de Belém, considera-se importante compreender a assistência social enquanto política social gerida pelo Estado, no contexto da crise do capitalismo contemporâneo.

2.1 POLÍTICA SOCIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA GÊNESE

O entendimento das repercussões da forma de trabalho do Assistente Social na operacionalização da Assistência Social nos CRAS's de Belém requer efetuar considerações sobre a Política Social e o percurso de sua história, assim como, os seus determinantes políticos, econômicos e sociais. Segundo Behring e Boschetti (2007), não se pode precisar uma data específica para o surgimento das primeiras atividades caracterizadas como política social. O que se pode inferir é que, as mesmas surgem com os movimentos de ascensão do capitalismo, com Revolução Industrial, com as lutas de classes e também com o desenvolvimento da intervenção

¹⁹ Não se tem a pretensão aqui de aprofundar o estudo quanto a inserção do assistente social nas ONG'S, o objetivo é destacar que esse espaço também se faz presente a atuação desse profissional.

²⁰ A discussão sobre o trabalho temporário do assistente social será retomada na parte deste trabalho que apresenta o resultado da pesquisa de campo.

estatal voltada para responder às expressões da questão social. Com efeito, a política social situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista.

Dessa forma, foi nas sociedades pré-capitalistas que as atividades assistenciais objetivavam garantir a ordem social e punir a vagabundagem, porém não havia o interesse de garantir o bem comum para as pessoas. Nesse período, surgem algumas iniciativas com características assistenciais que podiam ser identificadas como política social, que são as leis inglesas instituídas antes da Revolução Industrial. Por exemplo, a Lei dos Trabalhadores de 1399 (instituída na Inglaterra) a qual tinha a finalidade de controlar as relações de trabalho. Inicialmente, foi também criada a Lei dos Pobres (*Poor Law Act*) que se constituía para Pereira (2008) como um conjunto de regulações sociais que foram assumidas pelo Estado, posto que a caridade cristã não conseguia mais conter as desordens que poderiam surgir com a substituição da ordem feudal pela capitalista. Essas legislações foram criadas para se contrapor a perambulância de pessoas a procura de melhores condições de ocupações, ou saída da vagabundagem. A propósito Pereira (2008) refere-se que as mesmas constituíram-se na origem da Assistência Social institucional, pois, essas legislações funcionavam:

[...] como controle sobre o trabalho e sobre possíveis conseqüências negativas, para a ordem prevalecente, de uma pobreza não confinada territorialmente. [...] as temidas “vagabundagem” e mendicância não foram debeladas por essa forma de controle social que incluía surras, mutilações e queimaduras com ferro em brasa [...] (PEREIRA, 2008, p.62).

Importa registrar que, o controle sobre a vagabundagem não foi contido, e por isso, para manter a ordem social foi realizada uma reformulação das anteriores Leis dos Pobres, agora, a Lei dos Pobres-*Poor Law Act* ou Elisabetana, a qual estabeleceu uma codificação²¹ que objetivava a gestão administrativa dos grupos atendidos, a partir de uma classificação, conforme se segue:

1. Os pobres impotentes – correspondiam os enfermos crônicos, idosos, cegos e doentes mentais que seriam abrigados em asilos ou hospícios;
2. Os pobres capazes para o trabalho ou mendigos fortes- deveriam ser colocados para trabalhar nas *Workhouses* (casas de trabalho);

²¹ Essa codificação foi realizada em 1601, no 43º ano do reinado da rainha Elizabeth 1ª. (PEREIRA, 2008).

3. Pobres capazes para o trabalho, mas que se recusavam a fazê-lo – Eram os corruptos que deveriam ser encaminhados para as casas de correção ou reformatórios.

A peculiaridade da *Poor Law* de 1601 constitui-se um marco histórico e referências das Leis dos Pobres inglesas até 1834, tanto que as mesmas foram incorporadas às leis norte-americanas. No entanto, essa legislação, segundo Pereira (2008) priorizava os nativos do lugar e aqueles que viviam no local por três anos, esta era condição para o pobre ter direito à assistência social. Dessa forma se mantia o princípio da residência e da naturalidade. Assim, em 1662 foi instaurada a Lei de Residência (*Settlement Act*) a qual impedia que os trabalhadores se deslocassem para outras paróquias em decorrência da remuneração.

Embora fossem criadas leis para conter a vagabundagem, a mesma continuava, pois a dificuldade de aplicação das mesmas fez com que o atendimento institucional para categoria dos assistidos fosse de uma só forma de atendimento, ou seja, *Workhouses*. Para esse lugar eram encaminhadas todas as espécies de pobres (impotentes, os sem trabalho e os indolentes).

Assim, com a intensificação do processo de industrialização ocasionou “[...] flutuações econômicas e desmoronamento de um sistema de proteção social [...]. A escassez de alimentos, produzidas pelas baixas colheitas e por conflitos bélicos, passou a requerer novas modalidades de política social” (Idem, 2008, p. 67). Mediante isso, as localidades inseriram subsídios para complementar os salários, o chamado *Sistema Speenhamland* instituído em 1795 o qual oferecia o pagamento de um abono financeiro para complementar o salário que era baseado no preço do pão. Assim, a *Speenhamland* “[...] garantia assistência social a empregados ou desempregados que recebessem abaixo de determinado rendimento e exigia como contrapartida a fixação do trabalhador, pois, proibia a mobilidade geográfica da mão-de-obra” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.49). Porém, esses direitos foram revogados quando foi criada a Lei *Speenhamland*, a qual possuía um caráter menos repressor e possibilitava ao trabalhador negociar, ainda que minimamente, o valor de sua força de trabalho. Essa Lei inseriu “[...] uma inovação social e econômica que nada mais era que o direito de viver [...] ela impediu efetivamente o estabelecimento de um mercado de trabalho competitivo.” (POLANY, 2000, p.100).

Já no ano de 1834 foi criada a Lei *Poor Law Amendment Act* também conhecida como *New Poor Law* (Nova Lei dos Pobres). Esta Lei retornou a obrigatoriedade dos trabalhos forçados para os pobres que eram capazes de trabalhar deixando à própria sorte a população de pobres e de miseráveis sujeitos as mazelas sociais inerentes ao capitalismo nascente. Embora a *Poor Law Amendment Act* tenha sido a alternativa encontrada para a construção de uma nova política social que substituiu a Lei *Speenhamland*, ela se tornou um retrocesso aos tímidos avanços sociais das legislações anteriores.

Segundo Pereira (2008), a nova Lei pretendia revolucionar o sistema de proteção social, no entanto, o que ocorreu foi o seguinte: aboliu o abono instituído pelo *Sistema Speenhamland*; a internação dos que fossem capazes de trabalhar nas *Workhouses*; a centralização administrativa das atividades assistenciais das diversas Paróquias; a aplicação do princípio da menor elegibilidade que versava em fazer com que as condições de vida dos beneficiários da assistência pública fossem menos atraente do que a vida daqueles que trabalhavam com remunerações baixas; a prestação de assistência externa era direcionada somente para os incapacitados para o trabalho e ainda o estabelecimento de uma Comissão Central de controle da Lei dos Pobres.

Dessa forma, a nova Lei não visava diminuir a desigualdade social, ao contrário, objetivava regular a miséria e assistir de forma mínima os totalmente destituídos – os indigentes:

Os pobres seriam aqueles que, em busca de subsídios complementares aos baixos salários, deveriam ser internados nas *Workhouses* [...] se o solicitante da ajuda não concordasse com os termos do tratamento institucional [...] ele não receberia nada; mas, se concordasse, significaria que a sua necessidade era verdadeira. (PEREIRA, 2008, p.77).

É importante ressaltar que, a vida das pessoas nas *Workhouses* era muito difícil e sofrida, a ponto de muitos mendigos preferirem a desproteção pública, a ter de viverem nos referidos espaços. Essa rejeição era considerável tendo em vista que: “A alimentação era racionada; as instalações, precárias; o ar, viciado e a promiscuidade generalizada. (Idem, 2008, p. 78).

Pelo o exposto, pode-se inferir que, com os acontecimentos que sucederam durante esse período, as transformações da economia agrária para a industrial, o desemprego tecnológico que atingiu os artesãos, assim como, as mudanças de

ambientes desencorajava os indivíduos, “[...] desestruturavam famílias e produziam alienação social e pauperismo – foram subestimados,” (Idem, 2008, p. 79). Diante desse quadro aumentavam cada vez mais as críticas e as pressões contra o pauperismo existente das massas.

Assim, a pobreza:

[...] resultava da exploração desmedida do trabalho pelo o capital, o que, naquele momento, representava um enigma, visto que ocorria um inédito florescimento econômico. Isso ajuda a entender porque o pauperismo do século XIX, fruto não mais da escassez de recursos, mas de uma crescente riqueza acumulada, mereceu o nome de questão social [...]. (idem, p.81)

Nesse sentido, a questão social se expressava pelo conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas no capitalismo. Sua gênese pode ser situada a partir do momento em que os trabalhadores reagiram na segunda metade do século XIX, à exploração de seu trabalho. Com efeito, “[...] a expressão questão social surge então, na Europa Ocidental na terceira década do século XIX (1830) para dar conta de um fenômeno que resultava dos primórdios da industrialização: tratava-se do fenômeno do pauperismo” (YAZBEK, 2008, p.83).

Nessa conjuntura, as desigualdades sociais se ampliavam cada vez mais e a força de trabalho reagia à exploração fundada na mais-valia absoluta obtida com a extensão do tempo de trabalho e como a exploração do trabalho de mulheres, crianças e idosos. Dessa forma, a luta de classes irrompe decisivamente a todas as suas formas “[...] expondo a questão social: a luta dos trabalhadores com greves e manifestações em torno da jornada de trabalho e também sobre o valor da força de trabalho – salário, que deveria garantir os meios de subsistência [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.54).

No Brasil, por exemplo, é importante destacar que “[...] a materialização da questão social enquanto marco político da intervenção das classes e do Estado acompanha os primeiros passos do capitalismo monopolista [...]” (MOTA, 2008, p.47), em detrimento da constituição da sociedade urbano-industrial e também da consolidação da intervenção do Estado.

Diante do exposto, concordando com Mota (2008), se pode afirmar que, realmente, o desenvolvimento do capitalismo fez com que parte dos trabalhadores egressos viesse a inchar ainda mais as fileiras daqueles disponíveis para o trabalho,

mas que não eram absorvidos pela nascente manufatura. Nessa compreensão, as desigualdades sociais decorrentes do modo de produção capitalista e as legislações instituídas para vida dos trabalhadores, são imprescindíveis para o entendimento do processo das políticas sociais, haja vista que é somente quando os trabalhadores se organizaram enquanto sujeitos coletivos pensando nas necessidades do proletariado enquanto classe, é que os mesmo começaram exigir reformas e melhorias de condições de vida: “[...] a supressão do capitalismo, que as classes dominantes adotam medidas de enfrentamento da questão social, através da legislação e de algumas reformas sociais” (Id, 2008, p.25).

Dessa forma, segundo Behring e Boschetti (2007), o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado para os diversos países, uma vez que, dependendo dos movimentos de organização e da pressão da classe trabalhadora, assim como, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações de força no âmbito do Estado. Assim, cabe se interrogar como surgiu a política de assistência social no Brasil e sua conquista enquanto política pública, assim como se apresenta a forma de contrato de trabalho do assistente social nos CRAS's de Belém/Pará.

2.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DA CARIDADE AO DIREITO

Para a compreensão do surgimento da política de assistência social no Brasil é preciso entender a conjuntura do país naquele momento, pois, toda a política social expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. Nesse sentido, “[...] as políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico que emergem” (YAZBEK, 2008, p.82).

A política de assistência no Brasil possuía, anteriormente, um caráter assistencialista. De acordo com Chaves (2000), a Assistência Social inicia no Brasil com a coroa portuguesa por meio da igreja católica através da Companhia de Jesus que fixados no país, os jesuítas dedicaram-se à conversão dos índios para o cristianismo. Naquela época, apesar dessa Companhia obter bons resultados, haja vista que, a mesma foi responsável pela fundação de escolas de alfabetização para ensino dos índios e filhos de colonos, assim como, pela organização de missões etc, a mesma era vista pela coroa como uma ameaça ao pacto colonial e, por isso,

resultou na expulsão dos jesuítas. Todavia, houve a chegada de outras ordens religiosas no Brasil que passaram a se dedicar à assistência sem que isso manifestasse ameaça à coroa.

No que concerne ao cenário histórico, enquanto o Brasil vivenciava a inserção dos padres à casa grande, na Europa acontecia importantes momentos para o mundo, pois “[...] a Igreja Católica insere-se às transformações da Gênese do capitalismo industrial publicando a *‘Rerum Novarum’*, do Papa Leão XIII, quando a igreja volta as suas atenções para as disfunções do sistema capitalista industrial nascente” (CHAVES, 2000, p.26).

No âmbito da igreja Católica, a sua doutrina se voltava para a barbárie (classe operária) que, segundo Chaves (2000) eram os indigentes resultantes do modo de produção capitalista. Assim, passou-se a enquadrar os problemas da classe operária como questão social. A relação que se fazia naquele momento entre a classe operária e o Estado se apresentava importante, sobretudo por que este passou a intervir nas expressões da questão social, tendo em vista que, o mesmo possui um papel regulador e mantenedor de tais políticas. Sendo assim, destaca-se que o Estado tem papel fundamental no planejamento e na implementação das políticas sociais públicas. Pois, o Estado na sociedade capitalista é:

[...] perpassado pelas contradições do sistema e assim sendo, objetivado em instituições, com suas políticas, programas e projetos, apóia e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações. A forma de organização desse Estado e suas características terão pois, um papel determinante na emergência e expansão da provisão estatal face aos interesses dos membros de uma sociedade. (YAZBEK, 2008, p.82).

Desse modo, para Yazbek (2008), as políticas sociais só podem ser pensadas politicamente se referidas às relações sociais concretas e como parte das respostas que o Estado oferece às expressões da questão social, pois, o empobrecimento do proletariado foi constituído por uma população flutuante e miserável, ou seja, pessoas que foram cortadas de seus vínculos rurais, o quê se tornou uma característica imediata do iniciante processo de industrialização.

A propósito, Dalmaso (2010) afirma que, o Estado tende a assumir a assistência social com a finalidade do bom funcionamento do sistema ou mesmo traçar uma estratégia hegemônica de conteúdo ideologizado e alienante que camufla

uma relação violenta de contínua expropriação de direitos, garantindo as condições de produção e reprodução do capital e do trabalho.

No Brasil, por exemplo, a Igreja Católica passou a organizar “[...] a prestação de ajuda material e espiritual, constituída na simbologia ideológica da assistência [...]” (CHAVES, 2000, p.27). A mesma objetivava o acordo entre as classes através da assistência aos marginais para que os mesmos não se tornassem ameaça ao sistema e à igreja. Neste sentido, a assistência social, segundo Chaves (2000), se apresentava no final do século XX, como uma prática de “sombreamento” da questão social, ou seja, era baseada na Igreja Católica, a qual era inspirada nas teorias eurocêntricas, embora aparentemente não estivesse vinculada à luta pelo poder.

A questão social estava posta, embora não fosse devidamente analisada e as respostas não fossem satisfatórias para todos os problemas decorrentes da contradição do capitalismo que se manifestava na vida do trabalhador, pois, segundo lamamoto (2005, p.77) a questão social é a expressão:

[...] do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano na vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção [...].

Sendo assim, segundo a autora foram obrigados a posicionarem-se as diversas classes e frações de classe dominantes, subordinadas ou aliadas, o Estado e a igreja. “[...] O desdobramento da questão social é também a questão da formação da classe operária e de sua entrada no cenário político, da necessidade de seu reconhecimento pelo o Estado e, portanto, da implementação de políticas que de alguma forma levem em consideração seus interesses (Idem, 2005, p.126).

Assim, o Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora através de uma legislação social trabalhista tendo em vista que as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores segundo lamamoto (2005), já não podiam ser desconsideradas na formulação das políticas sociais. Diante disso, o Estado busca enfrentar o processo de pauperização da crescente classe trabalhadora, com a aplicação da legislação e da implementação dos serviços sociais. Diante disso, surge Leis Sociais para o enfrentamento das situações postas na sociedade,

[...] em conjunturas históricas determinadas, que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, marcam o deslocamento da questão social de um segundo plano da história social para, progressivamente, colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade. [...] a questão social deixa de ser apenas contradição entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres ricos, ou entre dominantes e dominados, para constituir-se, essencialmente, na contradição antagônica entre burguesia e proletariado (Idem, 2005, p.127).

Para essa autora, a elite republicana da Primeira República, assim como do liberalismo excludente do Estado era incapaz de criar medidas integrativas para o proletariado. Desse modo, com os movimentos desencadeados pelo proletariado a resposta do Estado na Primeira República, diante de sua incapacidade de propor e implementar políticas sociais eficazes, foi a repressão policial.

Face ao exposto, a assistência social no Brasil até os anos 30, foi marcadamente desenvolvida pelo setor privado e “[...] o caráter de política social não existia e a questão social era vista e resolvida como um caso de polícia” (ROCHA, 2000, p. 57).

Para Nogueira (1998), em 1889, a República trouxe a promessa da modernização da economia através do estímulo à industrialização, haja vista que, no final dos anos 1920 a economia brasileira já manifestava sinais de esgotamento com o seu sistema oligárquico exportador necessitando, então, de um novo sistema de poder que objetivasse industrializar o país.

Assim, inicia-se o processo de industrialização, a princípio com produtos agrícolas como o café que era beneficiado. Assim, o período que marca os anos de 1889 a 1930 caracterizou-se pela transição da monarquia para a república. É nessa época que também se tem as primeiras iniciativas de legislação direcionadas ao trabalho, tais como:

Em 1919, regulamentam-se a questão dos acidentes de trabalho no Brasil [...] aprova-se a Lei Eloy Chaves, que institui a obrigatoriedade de criação de Caixas de Aposentadorias e Pensão (CAPs) para algumas categorias estratégicas de trabalhadores, a exemplo dos ferroviários e marítimos [...] as CAPs foram as formas originárias da previdência social brasileira, junto com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) (BEHRING e BOSCHETTI, 2007, p.80).

No Brasil, foi no final da Primeira República que a questão social ganhou destaque, dada a emergência do processo de industrialização como alternativa da crise agrária e que a política social teve sua origem.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2005), na década de 30, o Estado assume uma organização corporativa canalizando para si os interesses divergentes que surgem das contradições entre as diferentes frações dominantes e dos setores populares. A política social formulada nesse momento foi um elemento central e importante, o seu desenvolvimento se tornou mais dinâmica nessa década, especialmente a partir do Estado Novo quando aparece como resposta às necessidades do processo de industrialização e do enquadramento da população.

Desse modo, o Estado passou a assumir as funções de zelar pela disciplina da reprodução da força de trabalho e desenvolver as tarefas as quais as instituições assistenciais desempenhavam um importante papel. As instituições sociais e assistenciais convertiam-se “[...] em instrumento de controle social e político dos setores dominados e de manutenção do sistema de produção, tanto por seus efeitos econômicos, como pela absorção dos conflitos sociais e disciplinamento das relações sociais vigentes” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 242).

É necessário destacar que, na década de 30, no cenário político, assume o poder o presidente Getúlio Vargas que, após anos no poder, seu governo no Brasil foi caracterizado pelo o populismo e pelo o nacionalismo. A década de 30:

[...] traduziu-se no golpe de 1937, estabelecendo, teórica e praticamente, uma ditadura no país, passando Vargas a exercer amplos poderes garantidos constitucionalmente. O Brasil vivia, sob o signo ditatorial, mudanças culturais, como o êxodo rural, uma ténue ‘consciência de classe’, novo papel da mulher. Mudanças intrínsecas à nova eram industrial, incentivadas pelo Estado, que se apresenta como agente do processo industrializante, respondendo aos anseios modernizadores da sociedade brasileira (CHAVES, 2000, p. 32).

Como afirma a autora citada, a era Vargas deixou clara a necessidade de discutir o padrão de vida dos trabalhadores através da institucionalização dos direitos trabalhistas, sendo que, nesse período a assistência social adquiriu importância por meio da Ação Católica que objetivava a busca do bem-estar social, o que foi importante para o país. Nesse período, o serviço social se inscrevia com estratégias de disciplina e reprodução da força de trabalho, Segundo Lopes (2007), o assistente social atuava de acordo com os pressupostos funcionalistas, pois, o mesmo não possuía uma formação crítica da realidade, dos antagonismos entre as classes e nem dos conflitos próprios do capitalismo.

Quanto à assistência social, no contexto econômico político e social brasileiro precisava da mesma enquanto instrumento de controle do trabalhador no ambiente da fábrica e, até mesmo, na residência como forma de garantir a ordem e o progresso da sociedade, pois esse período (30-37) era conhecido como a Era Vargas:

[...] a partir de reivindicações populares, e do interesse político do Estado, ocorre a regulamentação de leis e criação de alguns órgãos, tais como: Ministério do Trabalho e Comércio, incorporação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho, criação da carteira profissional, lei de férias remuneradas e jornadas de trabalho [...] (ROCHA, 2000, p.57).

Dessa forma, o governo do presidente Getúlio Vargas houve uma mudança no plano da política interna, uma que vez que, o mesmo procurou afastar do poder as oligarquias tradicionais que representavam os interesses agrário-comerciais. Isso aconteceu por que o referido presidente adotou uma política industrializante para o país, ou seja, substituindo a mão-de-obra imigrante pela nacional²².

O modelo de desenvolvimento adotado no país que se iniciou a partir de 1930, foi determinado por fatores como: a redução das importações decorrente da crise mundial e da 2ª Guerra Mundial e, também, o êxodo rural, em virtude da crise cafeeira que, com o aumento da urbanização as pessoas residentes na cidade se tornariam o novo mercado consumidor. Agora o país vivenciava um novo momento histórico, “entra em cena a dicotomia rural/urbano, agrário/industrial, atraso/progresso” (CHAVES, 2000, p. 32).

Assim, o presidente Vargas procurou investir na indústria de base e energia criando vários órgãos como: O Conselho Nacional do Petróleo criado em 1938, a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia Vale do Rio Doce fundados em 1941 e 1943, respectivamente, e também a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, em 1945.

No campo da assistência social, nesse período, a mesma possuía uma configuração que se associava intimamente às práticas de caridade no Brasil, conforme já foi referido aqui, isto é, as atividades assistenciais dependiam de

²² No Brasil a “[...] política de colonização do governo imperial em nada contribuía para solucionar o problema da mão-de-obra da grande lavoura. A classe dirigente da economia cafeeira passou a preocupar-se diretamente com o problema. Em 1852 um grande plantador de café, o senador Vergueiro decidiu contratar diretamente trabalhadores na Europa e, conseguindo do governo o financiamento do transporte, transferiu oitenta famílias de camponeses alemães para a sua fazenda em Limeira. A iniciativa despertou interesse e mais de duas mil pessoas foram transferidas, principalmente de Estados alemães e da Suíça, até 1857.” (FURTADO, 2000, p. 131).

iniciativas voluntárias e isoladas de auxílio aos pobres e desvalidos. Estas iniciativas partiam das instituições religiosas que, sob o prisma da herança moral cristã ofereciam abrigos, roupas etc, às crianças abandonadas, aos velhos e doentes em geral.

Trata-se de então, de um período marcante em termos dos serviços sociais no Brasil, referenciado na legislação federal descrita na Carta Constitucional de 1934. Segundo Iamamoto (2007), o Estado ficava obrigado a assegurar o amparo dos desvalidos. A primeira medida legal nesse sentido foi o Decreto-lei nº 525, de 01/07/1938 no período do Estado Novo, onde foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) cuja importância se deu como marco da preocupação do Estado em relação à centralização e organização das obras assistenciais públicas e privadas.

Vale ressaltar que, no ano de 1935 foi criada a Lei nº 2.497, de 24.12.1935 – que instituiu o Departamento de Assistência Social do Estado, primeira iniciativa desse gênero no Brasil. Segundo Iamamoto e Carvalho (2005), entre suas competências pode-se destacar: a) superintendência de todo o serviço de assistência e proteção social; b) celebração de acordos com as instituições particulares de caridade, assistência e ensino profissional; c) harmonização da ação social do Estado, articulando-a com a dos particulares; d) distribuir subvenções, assim como matrícula e cadastro das instituições particulares.

Em face ao crescimento das demandas por bens e serviços por parte de trabalhadores, o Estado brasileiro, particularmente na década de 40, foi pressionado a desenvolver ações no âmbito social e passou a intervir “[...] no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador dessas relações tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista quanto no atendimento de necessidades sociais da população (SANTOS; SANTOS, 2006, p.206).

No ano de 1943 é formulado o Decreto-lei nº 5.697 de 22/07/1943, o qual acrescenta ao CNSS a função de fiscalizar as obras públicas e particulares. No entanto, o mesmo não se constituirá um mecanismo assistencial com influência sobre o desenvolvimento do Serviço Social, pois, na prática as suas funções foram exercidas pela LBA.

No ano de 1942,²³ o governo brasileiro criou a LBA para atender às famílias dos expedicionários brasileiros que foram chamados à Segunda Guerra Mundial. Posteriormente, ao término desta Guerra a LBA passou a desenvolver ações voltadas para assistência à maternidade e à infância, iniciando a política de convênios com instituições sociais no âmbito da filantropia e da benemerência.

Esta entidade tinha a finalidade de, além de atender certas necessidades das famílias, executava também programas em colaboração com o poder público e privado e realizava ações em favor do progresso, entre outros. A LBA surge a partir de iniciativa de particulares e era financiada pelo governo, contando também com o patrocínio das grandes corporações patronais. Assim:

O surgimento da LBA terá, de imediato, um amplo papel de mobilização da opinião pública para apoio ao “esforço de guerra” promovido pelo Governo e conseqüentemente ao próprio governo ditatorial. Nesse sentido serão lançadas diversas campanhas de âmbito nacional [...] rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social [...] se constituirá em mecanismo de grande impacto para a reorganização e incremento do aparelho assistencial privado e desenvolvimento do Serviço Social como elemento dinamizador e racionalizador da assistência (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p.252).

Conforme foi referido acima, a LBA rapidamente começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social, inicialmente, para suprir sua atividade básica e também visava um programa de ação permanente. O surgimento da LBA, de acordo com lamamoto (2005), teve um extenso papel de mobilização da opinião pública para apoio ao esforço de guerra promovido pelo o governo, e também ao próprio governo ditatorial. A criação da LBA foi muito importante para a implantação e institucionalização do Serviço Social, pois contribuiu em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, como também para a consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de trabalhadores sociais.

Segundo lamamoto e Carvalho (2005) é com o surgimento e com o desenvolvimento das grandes instituições assistenciais que se constituirá a institucionalização do Serviço Social, haja vista que, esta deixa de ser uma forma de

²³ Ainda na década de 40 foi criado o Serviço Social da indústria (SESI) oficializado no ano de 1946. Segundo lamamoto (2005) esta instituição tinha por atribuição estudar, planejar e executar medidas que contribuíam para o bem-estar do trabalhador na indústria. E o Serviço Social inserido no SESI fez parte da evolução da posição do empresariado relativo a questão social.

intervenção política de determinadas classes baseadas no campo assistencial por intermédio da igreja para ser uma atividade institucionalizada e legitimada pelo o Estado. Observa-se assim, que a profissão de Serviço Social possui uma relação direta com o Estado, uma vez que, o setor público tem sido o maior empregador dos assistentes sociais, “[...] sendo a administração direta a que mais emprega, especialmente nas esferas estadual, seguida da municipal” (IAMAMOTO, 2007, p.123). O assistente social é um trabalhador assalariado e o seu exercício profissional se fará, majoritariamente no campo da assistência social.

Nesse período, segundo Yazbek (1999), o próprio Estado vai impulsionar a profissionalização do assistente social e ampliar o campo de trabalho do mesmo, assim como, a população usuária das ações deste profissional, em função de novas formas de enfrentamento da questão social sendo através das políticas sociais públicas. Ainda segundo esta autora é conveniente assinalar que naquele momento histórico, as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado brasileiro vão se revelar inoperantes e fragmentadas, com pouca efetividade social, o que acabava repetindo a desigualdade. Esta situação interferiu nas ações profissionais do assistente social, tendo em vista que o Serviço Social enquanto profissão tem tido as políticas sociais como locus principal da sua intervenção participando da formulação, execução e avaliação das mesmas.

Porém, é importante destacar que, ainda que a LBA tenha contribuído para a expansão da assistência social no Brasil e “do uso do Serviço Social para a organização e distribuição dessa assistência da forma mais rentável política e materialmente, não implicou, de imediato, mudança de sua qualidade” (IAMAMOTO, 2007, p. 253). Pois, as reorientações da profissão, voltada ao atendimento das novas configurações do desenvolvimento capitalista, exigiu “[...] a qualificação e sistematização de seu espaço socio-ocupacional, tendo em vista atender às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social (SANTOS; SANTOS, 2006, p. 207).

Dessa forma, o assistente social esteve:

[...] vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. Exerce funções tanto de suporte à racionalização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas (SANTOS; SANTOS, 2006, p. 112-113).

Assim, o Assistente Social constituiu-se no agente institucional de linha de frente nas relações estabelecidas entre a instituição e a população. Todavia, é importante mencionar que, embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como profissão liberal no país, o assistente social não desempenhou ou desempenha suas atividades como profissional autônomo, não dispõe do controle das condições materiais e organizacionais para seu exercício, mas isso, não quer dizer que, a profissão não disponha de relativa autonomia e de características que estão presentes nas profissões liberais, como descrevem Santos e Santos (2006). A relação singular que se pode estabelecer com os usuários, a presença de um Código de Ética para orientar as suas ações, a possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de conhecimentos teórico/metodológicos e também técnico/operativos.

Os anos 60 foi um período em que o Serviço Social começou a questionar seus referenciais teórico-metodológicos devido às exigências da conjuntura histórica no país. Nesse momento, começa em toda a América Latina, um amplo movimento de renovação em diferentes níveis: teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político. Foi um movimento importante que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação. Segundo Silva (2007) esse momento é um marco referencial para a história do Serviço Social por que é vista como um momento de revisão e questionamento da profissão em uma conjuntura que vivenciava a sociedade nas décadas de 60 e 70. A autora também expressa que a concepção de movimento é manifestada em diferentes análises. Sendo assim, cabe aqui apontar a conceituação de alguns autores como descreve Netto (2002, p.146), a Reconceituação foi:

[...] integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social 'tradicional' e, portanto [...] partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. No entanto, ela se apresenta com nítidas peculiaridades, procedentes das particularidades latino-americanas [...].

Esse autor aponta também que esse movimento está vinculado ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 60 e, assim, a questão que a comanda é a funcionalidade profissional na superação do desenvolvimento. Na concepção de Faleiros (1979), o Movimento de Reconceituação é um processo vivo e contraditório de mudanças do interior do Serviço Social e o mesmo consiste na luta constante

para a construção de uma sociedade sem exploração e dominação. Também pode-se explicitar a concepção de Freire (1987, p.41 *apud* Silva, 2007, p.84) que, concebe a origem do Movimento de Reconceituação vinculada à “ruptura total dos valores tradicionais e à busca de novos valores [...]”. Dessa forma, pode-se concluir que a Reconceituação representou um salto qualitativo para o Serviço Social, pois, foi nesse momento da história da profissão que foi apontado um processo de revisão crítica da prática profissional.

No campo do social, Mota (2008), aponta que a expansão da seguridade social nesse período se fez de forma fragmentária, momento em que a Ditadura Militar franqueou ao capital privado a prestação de serviços considerados rentáveis.

A passagem da década de 60 para a década de 70 teve como característica, como afirma Santagada (1990), a exclusão social e política da maioria da população, principalmente, dos trabalhadores. Embora o crescimento econômico da época, de 1968 a 1973 tenha sido marcado pelo o chamado "milagre econômico". (SANTAGADA, 1990)

Assim, na década de 70, no âmbito da Seguridade Social, pode-se observar que a mesma “[...] ao criar as condições para institucionalizar a inclusão de alguns trabalhadores não acobertados pelo sistema de proteção social, também facilitava a abertura do mercado privado de serviços sociais” (MOTA, 2008, p.139).

Enquanto que, a década de 80:

[...] com a ampliação da desigualdade na distribuição de renda a pobreza vai se converter em tema central na agenda social, quer por sua crescente visibilidade, pois a década deixou um aumento considerável no número absoluto de pobres, [...] tratava-se de uma conjuntura econômica dramática, dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis. (YAZBEK, 2008, p.92).

Essa década expressa um período marcado por acontecimentos importantes para a profissão do serviço social, entre eles: o Código de Ética profissional de 1986, o qual tinha como pressupostos a vinculação profissional com as lutas da classe trabalhadora, ou seja, a ética foi “[...] definida como resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora e, conseqüentemente, de uma nova visão da sociedade brasileira.” (BARROCO, 2006, p. 116). Também nesse período se tem, segundo Mota (2008), mudanças na Seguridade Social que vão responder às necessidades advindas do processo de reestruturação da economia capitalista, tais

como: a reestruturação produtiva, a Globalização da economia que, conforme referido neste trabalho provocou significativas mudanças nas relações de trabalho e na Reforma do Estado. Nesse contexto:

[...] uma parcela de ex-trabalhadores assalariados, agora considerados 'pequenos empreendedores' ou trabalhadores por conta própria se transformaram em consumidores dos serviços disponíveis no mercado, como é o caso dos seguros saúde e planos de previdência privada para os que conseguem pagar. Os demais desempregados e desorganizados politicamente engrossam as fileiras do 'mundo da pobreza'. [...] o que está em discussão é o próprio desenho da proteção social no Brasil em face da construção de um novo modo de tratar a 'questão social' brasileira [...] (MOTA, 2008, p.140).

Assim, nos anos 80 ocorreu ainda mais o aumento da pobreza e da economia informal, tendo em vista que crescia o número de trabalhadores sem carteira assinada. O quadro abaixo demonstra essa realidade no Brasil e na Cidade de Belém na década de 80.

Quadro2: Apresentação do percentual da população pobre no Brasil e em Belém-Pará no período de 1985-1989 (%)

Anos	Pobreza no Brasil	Pobreza em Belém
85	42,01	43,8
86	26,41	45,9
87	38,71	45,1
88	43,57	46,6
89	41,36	39,6
Total	192,06	221

Fonte: Pnad/ Ipeadata.

Como pode ser observado as informações acima referente a década de 1980, no Brasil houve um elevado índice de pobreza com uma ligeira queda nos anos de oitenta e seis e oitenta e sete, porém, a taxa persistiu nos anos seguintes. Quanto ao município de Belém pode-se constatar que houve um índice elevado da pobreza o quê expressa a realidade brasileira nesse período. Segundo Santagada (1990), nos anos 80, o desemprego também crescia e muitas vezes apresentava-se disfarçado pelo subemprego, sobretudo pelo os trabalhadores sem carteira assinada (faxineiras, vendedores ambulantes, engraxate etc), que contribui para aumentar a economia informal.

Na área social, é nessa década e na “contra mão”²⁴ das transformações que ocorreram na ordem econômica internacional mundializada que, segundo Yazbek (2008), o Brasil instituiu outro sistema de Seguridade Social em 1988. As transformações societárias resultantes das mudanças nas relações entre capital e trabalho, do avanço do neoliberalismo enquanto paradigma político e econômico globalizado irá trazer, para o iniciante e incipiente campo da Seguridade Social brasileira profundos paradoxos, por que, de um lado o Estado brasileiro aponta constitucionalmente para o reconhecimento de direitos, por outro, ele se insere num contexto de ajustamento à essa nova ordem capitalista internacional. (YAZBEK, 2008)

Foi nesse cenário de mudanças que a trajetória da assistência social, no Brasil foi sendo construída na perspectiva de romper com o caráter imediatista e emergencial com o intuito de efetivá-la enquanto um direito social. Tem-se então, o seu reconhecimento como dever de Estado no campo da seguridade social e não mais como política isolada que complementa a Previdência Social, isto é, o seu papel público de garantia de direito, não mais como ajuda ou favor ocasional e emergencial. Nessa perspectiva, em 1988, a Política de Assistência Social passou a constituir o Sistema Brasileiro de Seguridade Social, ou seja, englobar as políticas de saúde, Assistência Social e previdência.

Com a promulgação da Constituição de 1988 passou a se ter uma nova concepção da Assistência Social. Sendo assim, conforme versa a referida Constituição, no Título VIII, capítulo II e seção IV o Art. 203 “A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:”

- I- A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- O amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

²⁴ A autora usa o termo na ‘contra mão’ porque as transformações estruturais do capitalismo contemporâneo que atingiu o trabalho assalariado e as relações de trabalho alcançaram também os sistemas de proteção social e a política social.

V- A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meio de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Assim, sendo a Assistência Social reconhecida enquanto uma política na Constituição Federal teve início o processo de uma nova matriz para a mesma, pois, ao ser inserida no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em dezembro de 1993, como afirma Yazbek (2008), a Assistência Social começa um campo novo, ou seja, o campo dos direitos, da universalização dos acessos e também da responsabilidade estatal.

Cabe aqui explicitar que se tem nos anos 90, fortes debates éticos que culminaram com a aprovação de um novo Código de Ética da profissão do Serviço Social, em 1993, o qual trata de uma dimensão técnico-operativa tendo com base a defesa e a universalização dos direitos sociais e de mecanismos democráticos de regulação social. Assim, segundo Barroco (2006) Esse Código apontava para as determinações da competência ético-político profissional do assistente social que não dependesse apenas de uma vontade política, mas da capacidade de torná-lo concreto.

Mediante isso, pensar a ética como pressuposto teórico-político a partir de uma visão crítica remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão do Serviço Social. Diante disso, pode-se inferir que o Código de Ética do assistente social de 1993 trouxe inovações, pois, o mesmo apresenta avanços que podem ser evidenciados nos seus princípios fundamentais: o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes; a defesa intransigente dos direitos humanos; a recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania; o aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; o posicionamento em favor da equidade e justiça social, assim como, a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

O referido Código também traz como princípio fundamental a garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas; a opção por um projeto profissional vinculado ao processo

de construção de uma nova ordem societária; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e o exercício do profissional de Serviço Social sem discriminação, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Assim, é “a partir de 1993 que o Código de ética passou a ser um das referências dos encaminhamentos práticos e do posicionamento político dos assistentes sociais em face da política neoliberal e de seus desdobramentos para o conjunto dos trabalhadores [...]” (BARROCO, 2006, p.206).

Face a esse quadro, foi nos anos 90 que a orientação neoliberal no Brasil encontrou solo fértil e se consolidou enquanto doutrina. O ambiente político, econômico e cultural do país nesse período foi potencializado pelo receituário de medidas de ajuste do Consenso de Washington. (BEHRING, 2008). O início da década de 90 tinha no cenário político, o presidente Fernando Collor de Mello, cujo governo foi marcado pelo congelamento dos salários e pela liberalização das relações comércio- exterior, ou seja, abriu a economia brasileira à concorrência mundial reduzindo as tarifas de importação. Destaca-se também que no seu governo houve o enxugamento da máquina estatal baseado na demissão de funcionários públicos e incentivo à aposentadoria.

Assim, na tentativa de adaptar o país à ordem política mundial vigente, tendo em vista que vários países da Europa se alinharam as tendências neoliberais, o presidente Collor tomou algumas medidas, a saber: promoveu a privatização das empresas estatais e procurou desvincular a atuação do estado na economia. (FONSECA; QUEIRÓZ, 2007)

No governo Collor: “Sua intervenção de maior fôlego e largo prazo foi a implementação acelerada da estratégia neoliberal no país, por meio das chamadas reformas estruturais, na verdade o início da contra-reforma neoliberal no país.” (BEHRING, 2008, p.151). Além disso, o seu governo foi pautado pelo clássico clientelismo, como pode ser demonstrado pelo o escândalo das subvenções sociais e também pela pouca disposição em implementar o conceito de Seguridade Social, haja vista que, o referido presidente vetou a regulamentação da LOAS.

Com efeito, a LOAS somente foi aprovada enquanto Lei, em 07 de dezembro de 1993, sendo então regulamentada a Política da Assistência Social no Brasil. Segundo Yazbek (2004), a LOAS enquanto Lei inova seu caráter de direito não

contributivo, o que aponta a necessária integração entre o econômico e o social, a participação da população e o exercício do controle da sociedade na gestão e na execução das políticas de Assistência Social.

Dessa maneira, a Assistência Social:

[...] configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade as demandas de seus usuários, espaço de seu protagonismo e exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (YAZBEK, 2008, p.95).

Assim, a LOAS no seu Art. 1º versa: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”, pois:

[...] pelo seu caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a Loas exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e garantia de direitos e de acesso para esses serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (Cf. YAZBEK, 2004).

A LOAS contém princípios e diretrizes para a assistência social que estão contidos nos Artigos 4º e 5º, respectivamente, conforme descrição abaixo:

Quadro 3: Princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social.

Princípios (Art. 4º da Loas)	Diretrizes (Art. 5º da Loas)
I- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;	I-Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo;
III- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como, à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;	III- Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

IV- Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;	
V- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.	

Fonte: Elaboração da autora com base na Lei nº 8.742 de 07/12/93.

No ano de 2004, houve a IV Conferência Nacional de Assistência Social, convocada pela Portaria nº 262 de 12/08/2003, realizada em Brasília, em dezembro de 2003, a qual representou um marco decisivo na direção dos termos da Política de Assistência Social.

Esta Conferência teve como tema: "Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania - LOAS 10 anos". Dessa forma, o CNAS considerando a proposta da PNAS/2004 pelo o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e as reuniões descentralizadas ocorridas nas cidades de Aracaju e Distrito Federal, em julho e setembro de 2004, respectivamente e, também o disposto do artigo 18º, incisos I,II,IV da Lei 8.742/93 aprova a PNAS. Assim, “[...] a Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais [...]” (PNAS, 2004, p.32).

Esta política versa em seu bojo, os princípios, as diretrizes e os objetivos que esclarecem a consolidação dos processos de descentralização da gestão e dos recursos da assistência social. Os objetivos da PNAS devem ser realizados de forma integrada com as políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, na perspectiva da garantia dos mínimos sociais e da universalização dos direitos.

Assim sendo, a PNAS (2004, p.34) objetiva: “Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem; Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural; Assegurar que as

ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária”

Quanto aos usuários da política de assistência social são todos os:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2008, p. 34).

Com a aprovação da PNAS foi fortalecido o reconhecimento de uma gestão democrática e participativa e a busca de um modelo de gestão a ser consolidado que, posteriormente, foi denominado de Sistema único da Assistência Social (SUAS).

O SUAS vem representar [...] um modelo de gestão para todo território nacional, que articula a ação dos três entes governamentais através do estabelecimento de novos pactos federativos para a política de assistência (MDS, 2008, p.42). A propósito, Sposati (2006) refere-se que o SUAS enquanto modelo de gestão, descentralizado, se apresenta com um novo nexo de organização das ações socioassistenciais.

Assim:

O SUAS define, regula, padroniza, organiza a hierarquia, os vínculos, responsabilidades e competências dos diferentes entes governamentais; os serviços, benefícios e seus programas e projetos de caráter permanente ou eventual; o modo de financiamento de benefícios, programas e projetos; as terminologias e nomenclaturas utilizadas; o lugar da rede de serviços socioassistenciais [...] (BRASIL, 2008, p.44).

Dessa forma, o SUAS vem materializar o conteúdo da LOAS, assim como define e organiza os elementos importantes para a execução da política de assistência social. O SUAS também organiza e define os eixos estruturantes e de subsistemas, conforme PNAS/2004:

1. Matricidade sociofamiliar;
2. Descentralização político-administrativa e territorialização;
3. Novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil;
4. Financiamento;

5. Controle Social;
6. O desafio da participação popular/cidadão usuário;
7. A Política de Recursos Humanos;
8. A Informação, o monitoramento e a avaliação.

Os serviços socioassistenciais do SUAS, de acordo com a PNAS/2004 estão organizados em referências, tais como:

1. **Vigilância Social:** Consiste na produção e sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias e pessoas nos diferentes ciclos de vida, entre outros;
2. **Proteção Social:** Esta referência é baseada em três tipos: na **segurança de sobrevivência** através de benefícios continuados e eventuais que assegurem a proteção básica a idosos e pessoas com deficiências sem fonte de renda e sustento, entre outros; na **segurança de convívio** mediante ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social, por meio da oferta de experiências socioeducativas, lúdicas e socioculturais; **segurança de acolhida** que é realizada mediante ações, cuidados, serviços e projetos operados em rede com unidade de porta de entrada designada a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos etc;
3. **Defesa Social e Institucional:** Consiste na proteção básica e na proteção especial, as quais devam ser organizadas de maneira a garantir aos usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e a defesa dos mesmos.

Registra-se que, em 2005, houve a regulação do Sistema Único de Assistência Social – NOB-SUAS, a qual retoma as normas operacionais de 1997 e 1998 constituindo um novo instrumento de regulação dos conteúdos e definições da PNAS/2004.

Assim, a NOB/SUAS/2005:

[...] é fundada em pacto entre os entes federativos, o que assegura a unidade de concepção e de âmbito da política de Assistência Social em todo território nacional [...]. Assegura, ainda, a primazia e a precedência da regulação estatal sobre essa atividade pública, cuja dinâmica democrática sob controle social prevê a participação da população e da sociedade na formulação e controle das ações e o comando único das ações em cada esfera de governo (p.86).

Já no ano de 2006 é aprovada através da Resolução nº 269 de 13/12/2006, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema único de Assistência Social-NOB-RH/SUAS. Esta resolução firma os principais eixos a serem considerados para a gestão do trabalho na área da assistência social, a saber:

1. Princípios e Diretrizes Nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS;
2. Princípios Éticos para os Trabalhadores da Assistência Social;
3. Equipes de Referência;
4. Diretrizes para a Política Nacional de Capacitação;
5. Diretrizes Nacionais Para os Planos de Carreira, Cargos e Salários;
6. Diretrizes para Entidades e Organizações de Assistência Social;
7. Diretrizes para o co-financiamento da Gestão do trabalho;
8. Responsabilidades e Atribuições do Gestor Federal, dos Gestores Estaduais, do Gestor do Distrito Federal dos Gestores Municipais para a Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS;
9. Organização do Cadastro Nacional de Trabalhadores do SUAS – Módulo CADSUAS;
10. Controle Social da Gestão do Trabalho no âmbito do SUAS;
11. Regras de Transição.

A NOB-RH/SUAS/2006 também versa sobre os princípios éticos que orientam a intervenção dos profissionais da área de assistência social, que são definidos da seguinte forma:

Defesa intransigente dos direitos socioassistenciais;

1. Compromisso em ofertar serviços, programas, projetos e benefícios de qualidade que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;
3. Promoção aos usuários do acesso a informação, garantindo conhecer o nome e a credencial de quem os atende;
4. Proteção à privacidade dos usuários, observado o sigilo profissional, preservando sua privacidade e opção e resgatando sua história de vida;

5. Compromisso em garantir atenção profissional direcionada para construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade;
6. Reconhecimento do direito dos usuários a ter acesso a benefícios e renda e a programas de oportunidades para inserção profissional e social;
7. Incentivo aos usuários para que estes exerçam seu direito de participar de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares de produção;
8. Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios;
9. Devolução das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-las para o fortalecimento de seus interesses;
10. Contribuição para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.

Como pode ser constatado, a proposição de uma política de Recursos Humanos segundo Couto [et. al] (2010) tem como requisito a gestão da Política de Assistência Social um dos eixos principais e imprescindíveis à implementação do SUAS, além de que tem como um de seus pressupostos, a idéia de que a nova forma de concepção e gestão da Política Nacional de Assistência Social-PNAS exige alterações nos processos de trabalho dos profissionais no sentido de estabelecer uma consonância com os marcos regulatórios da Política.

Considerando o que está estabelecido na PNAS/2004 e ainda na NOB-RH/SUAS/2006 tem-se a concepção da Assistência Social como direito. Isto exige dos trabalhadores a superação de formas de atuação configuradas pela mera viabilização de programas e projetos, ou seja, deve-se afirmar pela fruição de direitos, o que produz mudanças substanciais não apenas no trabalho, mas também para os trabalhadores. No que diz respeito os trabalhadores da Assistência Social é requisito o conhecimento sobre os fundamentos teóricos, técnicos e operativos que possibilitem o fortalecimento de práticas e debates orientados à proposição de ações que viabilizem a autonomia dos usuários.

A inserção do profissional na atuação da política de assistência exige desafios para a operacionalização das ações com qualidade. Nesse sentido, Raichelis (2010, p.760) afirma que:

A questão do trabalho e dos trabalhadores no SUAS é um dos grandes desafios a ser enfrentado, se o objetivo for a implementação da política de assistência social voltada para o atendimento de necessidades sociais e comprometida com a ampliação e a consolidação de direitos das classes subalternas.

Esse desafio existe, haja vista que, a implementação das políticas sociais seja um jogo complexo de conflitos e tensões, como descreve a autora acima citada, isso acontece porque abrange “[...] diferentes protagonistas, interesses, [...] contexto em que são requisitadas a presença e a intervenção de diferentes categorias profissionais que disputam espaços de reconhecimento e poder no interior do aparelho institucional”. (RAICHELIS, 2010, p.755).

Dentre os profissionais que atuam na política de Assistência Social está o assistente social. O trabalho desse profissional “[...] é a expressão de um movimento que articula conhecimentos e luta por espaços no mercado de trabalho, competências e atribuições privativas que têm reconhecimento legal nos seus estatutos normativos e reguladores [...]”. (Idem, 2010, p. 753).

Considera-se que a atuação do assistente social é muito importante no campo das políticas sociais assistenciais, tendo em vista que esse profissional faz parte da equipe que atua nos CRAS's e nos CREAS's. O Assistente Social como um dos profissionais que deve compor a equipe de trabalho que atua no CRAS, tem a possibilidade de desenvolver seu trabalho pautado em princípios ético-político de defesa dos interesses do usuário e contribuir para o reconhecimento da Assistência Social enquanto direito garantido pelo Estado.

Estas considerações conduzem a análise sobre a repercussão do contrato de trabalho do assistente social na operacionalização da política de assistência social nos CRAS's do município de Belém do Pará, discussão que será aprofundada a seguir.

3 FORMA DE CONTRATO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS's DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PARÁ

Antes de iniciar a análise sobre as repercussões da forma de contrato de trabalho do assistente social na operacionalização da política de Assistência Social nos CRAS's do município de Belém, se faz necessário uma breve abordagem sobre o mesmo. Assim, foi na baía chamada pelos indígenas da época, de Paraná-Guaçu, que hoje se denomina de Baía do Guajará que deu início a história da cidade de Belém por Francisco Caldeira Castelo Branco, no dia 12 de janeiro de 1616.

O mencionado município possui uma área territorial com 1.059,402 Km² (um milhão, cinquenta e nove mil e quatrocentos quilômetros quadrados), constituindo-se o maior município do Estado do Pará, o mesmo encontra-se localizado ao Norte, pela Baía do Marajó, ao Nordeste, pelo município de Santo Antônio do Tauá, ao Leste, pelo município de Santa Bárbara, ao Sudeste, pelos municípios de Benevides e Ananindeua, ao Sul, pelo município de Acará e ao Oeste pelo arquipélago do Marajó.

A população de Belém, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, está estimada em 1.393.399 (um milhão, trezentos e noventa e três mil e trezentos e noventa e nove) habitantes, tendo uma população residente urbana de 1.381.475 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil e quatrocentos e setenta e cinco) pessoas; desse total, 659.008 (seiscentos e cinquenta e nove mil e oito habitantes corresponde à população masculina e 734.391 (setecentos e trinta e quatro mil e trezentos e noventa e um) a população feminina.

No que concerne a economia, até 2008, segundo Serviço de Informação do Estado do Pará (SIE), o município de Belém possuía 15.316.130 (quinze milhões, trezentos e dezesseis mil e cento e trinta) do Produto Interno Bruto (PIB), o melhor dos demais municípios do Pará.

Com relação ao vínculo empregatício por setor econômico no ano de 2010 verificou-se que em Belém 1.971 (um mil novecentos e setenta e um) das pessoas estão no setor agrícola; 43.229 (quarenta e três mil e duzentos e vinte e nove) na indústria e 345.968 (trezentos e quarenta e cinco mil e novecentos e sessenta e oito) inseridas no setor de serviços. Como pode ser constatado em Belém, o maior do número de pessoas ocupadas encontra-se no setor de serviços. Importa destacar

Como se sabe, a Política de Assistência Social, a partir da promulgação da Constituição de 1988 passou a ser um direito de cidadania, integrando o tripé da Seguridade Social juntamente com a saúde e a previdência. Foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em dezembro de 1993, constituindo-a em uma política social pública voltada para a garantia de direitos sociais. Considera-se importante destacar que a aprovação da PNAS/2004 e da NOB/SUAS/2005 se constituiu uma conquista importante para a sociedade brasileira, uma vez que, representou uma oportunidade de qualificar o atendimento às necessidades da população na condição de direito.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) teve suas bases de implantação consolidadas por meio da NOB/SUAS. Nesse sentido, o SUAS, de acordo com a NOB/SUAS/2005 é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social. Este sistema também organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. A primeira é destinada ao atendimento das famílias, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, enquanto que, a proteção especial é dirigida às situações em que o direito da pessoa já foi violado. Essas duas formas de proteção também fazem parte da PNAS/2004.

Neste trabalho será tratado particularmente a Proteção Social Básica, em virtude do recorte do objeto de estudo que está voltado para a forma de trabalho do assistente social que desenvolve suas ações profissionais nos CRAS's do município de Belém. Nesse sentido, a Proteção Social Básica tem por finalidade:

[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação [...] e, ou fragilização de vínculos afetivos [...] (PNAS, 2004, p.34).

A PNAS/2004 versa que os serviços, programas, projetos e benefícios deverão se articular com as políticas locais, de maneira a garantir a sustentabilidade das ações realizadas, assim como, o protagonismo das pessoas que são atendidas. Dessa forma, esses serviços de proteção social básica são executados de forma direta nos CRAS's e de forma indireta pelas entidades e organizações de assistência social dentro da área de abrangência do CRAS.

Dessa forma, a instalação dos CRAS no Brasil teve início a partir de 2005 orientadas por determinações da referida PNAS/2004 e da Norma Operacional Básica do SUAS de 2005. Estas unidades de serviços constituem segundo o MDS (2009) como unidade pública estatal descentralizada da Política de Assistência Social que é responsável pela organização e pela oferta dos serviços de proteção social básica do SUAS nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios.

Logo:

O Centro de Referência de Assistência Social-CRAS é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social-SUAS [...] se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (BRASIL, 2009, p. 09).

O CRAS constitui-se como unidade da rede socioassistencial de proteção social básica que se diferencia das demais, haja vista que, além de oferecer serviços e ações, também possui funções exclusivas de oferta pública do trabalho social com famílias do Programa de Atenção Integral à Família-PAIF e de gestão territorial da rede socioassistencial de proteção social básica. É um espaço que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, assim como do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Enquanto unidade de acesso aos direitos socioassistenciais, nesse espaço também se efetiva tanto a referência quanto a contrarreferência (BRASIL, 2009). Isso significa que, a referência:

[...] se materializa quando a equipe processa, no âmbito do SUAS, as demandas oriundas das situações de vulnerabilidades e risco social [...] de forma a garantir ao usuário o acesso à renda, serviços, programas e projetos, conforme a complexidade da demanda. O acesso pode se dar pela inserção do usuário em serviço ofertado no CRAS ou na rede socioassistencial a ele referenciada, ou por meio do encaminhamento do usuário ao CREAS [...] (BRASIL, 2009, p.10).

Já a contrarreferência ocorre quando a equipe do CRAS recebe o encaminhamento da proteção social especial, ou seja, de um nível maior de complexidade e garante a proteção básica. (BRASIL, 2009). Registra-se também que os CRAS's possuem como fatores identitários dois grandes eixos estruturantes do SUAS que são: a matricialidade sociofamiliar e a territorialização. A matricialidade

consiste “[...] na centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social [...]” (BRASIL, 2009, p.12). Isso significa que essa centralidade está baseada no reconhecimento da política de assistência social como uma responsabilidade estatal de proteção às famílias. Significa ainda que, ao eleger a matricialidade sociofamiliar como eixo do SUAS, a família²⁵ torna-se enfoque no seu contexto sociocultural e econômico com composições distintas e dinâmicas próprias.

Logo, o fortalecimento dos vínculos constitui um grande desafio. Por essa razão, o SUAS como forma de responder à essa demanda estrutura-se buscando apoiar a família nas funções de proteção, socialização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas, tendo como pressuposto fundamental que o usuário dos serviços não podem ser desvinculados do seu contexto familiar e social.

No que concerne à territorialização, esse é o eixo que se fundamenta na centralidade do território, ou seja, espaço imprescindível para compreender as situações de vulnerabilidade e de riscos sociais. A territorialização se materializa a partir da descentralização da política de assistência social e da oferta dos serviços socioassistenciais em locais próximos aos seus usuários, o quê poderá aumentar a sua eficácia e eficiência, criando assim, condições favoráveis ao desenvolvimento das ações de prevenção e enfrentamento dos riscos sociais.

Diante disso:

[...] o território não é somente uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que ali vivem. É nos espaços coletivos que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consangüinidade, fortalecimento da vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade (BRASIL, 2009, p.13).

Com efeito, esse conceito abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os sujeitos que compartilham a vida em determinada localidade. “O CRAS materializa a presença do Estado no território, possibilitando a democratização do acesso aos direitos socioassistenciais e, assim, contribuindo

²⁵ De acordo com a PNAS/2004, família é entendida como o conjunto de pessoas unidas por laços consangüíneos, afetivos e/ou de solidariedade, cuja sobrevivência e reprodução social pressupõem obrigações recíprocas com o compartilhamento de renda e ou dependência econômica.

para o fortalecimento da cidadania” (BRASIL, 2009, p.13). Dessa forma, o território se constitui eixo estruturante fundamental do SUAS à medida em que reconhece a mobilização das forças assim como, a integração das políticas públicas podem potencializar iniciativas e também induzir processos de desenvolvimento social. (MDS, 2009).

Diante disso, os serviços oferecidos na proteção básica conforme Tipificação²⁶ Nacional dos Serviços Socioassistenciais, são:

- 1) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- 2) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 3) Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

De acordo com a Tipificação, o PAIF consiste:

[...] no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

Assim, o PAIF é um serviço que se fundamenta no fortalecimento da cultura e do diálogo, assim como a todas as formas contra a violência, o preconceito, a discriminação e a estigmatização nas relações familiares, tendo em vista que esse serviço é baseado no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, os valores, as crenças e as identidades das famílias. Esse serviço tem com princípios a universalidade e a gratuidade de atendimento, sendo a esfera estatal responsável pela sua implementação.

O PAIF é o principal serviço de Proteção Básica, ou seja, é a porta de entrada dos serviços. Os profissionais que trabalham na área da Assistência Social em Belém-Pará costumam dizer que o PAIF é um serviço o qual os demais em nível da proteção básica devem se articular, “[...] pois confere a primazia da ação do poder

²⁶ Foi instituída pela Resolução nº 109 de 11/11/09 e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Esse documento apresenta a padronização dos serviços socioassistenciais de acordo com sua organização por nível de complexidade (Proteção Básica, Média, Alta complexidade). Também define como serão ofertados os serviços e estabelece qual o serviço definindo sua descrição, quem são os usuários do serviço, as provisões, aquisições dos usuários, condições de acesso, a unidade, o período de funcionamento, a abrangência, articulação em rede e o impacto esperado. (BRASIL, 2009).

público na garantia de direito à convivência familiar e assegura a matricialidade sociofamiliar no atendimento socioassistencial” (MDS, Brasília, 2009).

A articulação dos serviços básicos com o PAIF, aqui explicitada, refere-se aos serviços Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, a qual deve ser realizada pelo os profissionais que atuam nos CRAS para que seja efetivado o que preconiza a tipificação. Tem-se por exemplo, o depoimento de uma profissional do CRAS: *“O PAIF é o serviço que desenvolvo minhas funções, porém há articulação diária com os programas do PETI e Bolsa Família devido as famílias atendidas estarem incluídas em tais programas”* (A.S, abril, 2011)²⁷.

Os usuários do PAIF são todas as famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário acesso aos serviços públicos, assim como, da fragilização de vínculos de sociabilidade ou mesmo de qualquer outra forma de situação de vulnerabilidade e risco social existente no território de abrangência do CRAS.

Os objetivos desse serviço, de acordo com a Tipificação, são:

- A promoção de acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais;
- Apoiar famílias que possuem indivíduos que precisam de cuidados por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares;
- A promoção de aquisições sociais e materiais às famílias;
- Prevenção da ruptura de vínculos familiares e comunitários possibilitando dessa forma a superação de situações de fragilidade social;
- O fortalecimento da função protetiva da família contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida;
- Promoção aos demais serviços setoriais.

Ainda como versa a Tipificação nº109, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um serviço realizado com grupos de modo a garantir

²⁷ Relato de uma assistente social durante a pesquisa de campo realizada no CRAS Belém, abril de 2011.

aquisições progressivas para seus usuários, de acordo com o ciclo de vidas das pessoas com a finalidade de contemplar o trabalho social com as famílias, bem como prevenir situações de risco social. Assim, segundo a Tipificação esse serviço:

Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

Importa registrar que se constitui um público atendido no PAIF é diferenciado, conforme pode ser visualizado no quadro a seguir:

Quadro 4: Apresentação dos usuários que são atendidos pelo o Serviço de Convivência

Usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
Crianças de até 6 anos de idade	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Crianças com deficiências; ➤ Crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda; ➤ Crianças que foram encaminhadas pelos os serviços da proteção social especial: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; ➤ Crianças que vivenciam situações de fragilização de vínculos; ➤ Crianças residentes em territórios com ausência ou precária oferta de serviços e oportunidade de convívio familiar e comunitário.
Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Crianças que foram encaminhadas pelos os serviços da proteção social especial: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos, reconduzidas ao convívio familiar após medida protetiva de acolhimento; ➤ Crianças e adolescentes de famílias com precário acesso a renda e a serviços

	<p>públicos e com dificuldades para manter;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Crianças com deficiências; ➤ Crianças e adolescentes cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda.
Adolescentes e jovens de 15 17 anos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Adolescentes e jovens pertencentes às famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; ➤ Adolescentes e jovens egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, como prevê a Lei nº 8.069, de 13.07.1990; ➤ Adolescentes e jovens do PETI ou adolescentes e jovens egressos ou vinculados a programas de combate à violência e ao abuso e à exploração sexual; ➤ Adolescentes e jovens em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme a Lei nº 8.069, de 13.07.1990; ➤ Adolescentes e jovens de famílias com perfil de renda de programas de transferência de renda; ➤ Jovens com deficiência, em especial aqueles beneficiários do BPC; ➤ Jovens fora da escola.
Idosos (as) com idade igual ou superior a 60 anos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda; ➤ Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidade de convívio familiar e comunitário e que possuam necessidades e disponibilidades que indiquem a inclusão no serviço; ➤ Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada-BPC.

Fonte: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais /Resolução nº 109, de 11/11/2009.

Conforme referido anteriormente, outro serviço oferecido pela Proteção Básica é o de atendimento a domicílio para pessoas com deficiência e idosas, o qual tem por finalidade a prevenção de agravos que possam gerar o rompimento de vínculos familiares e sociais, visando segundo a Tipificação Resolução nº 109:

[...] a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas

educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais [...] e programas especializados de habilitação e reabilitação.

Este é um serviço destinado a pessoas com deficiências e/ ou pessoas idosas, possui vários objetivos, dentre eles: identificar situações de dependência; colaborar com redes inclusivas no território; prevenir o abrigamento institucional com o intuito de inclusão social; contribuir para resgatar e também preservar a integridade e a qualidade de vida dos usuários; prevenir o confinamento dos idosos e das pessoas com deficiências, entre outros.

3.1 GESTÃO TERRITORIAL E PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Gestão Territorial da Proteção Social Básica tem por objetivo promover a atuação preventiva, disponibilizar os serviços próximos do local da moradia das famílias, além do referenciamento dos serviços no CRAS de forma a tornar uma unidade pública uma referência para a população local e para os serviços setoriais. Dentre as ações de gestão territorial da Proteção Social Básica destacam-se três, a saber:

1- Articulação da rede socioassistencial de proteção social básica: consiste em viabilizar o acesso da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social; contribuir para a definição de atribuições das unidades; promove a gestão integrada de serviços e benefícios, possibilitando o acesso dos beneficiários dos Programas de Transferência de Renda aos serviços socioassistenciais locais. Assim, a articulação da rede socioassistencial da Proteção Social Básica vai se consistir “[...] no estabelecimento de contatos, alianças, fluxos de informações e encaminhamento entre o CRAS e as demais unidades de proteção do território.” (BRASIL, 2009).

2- Promoção da articulação intersetorial: consiste em propiciar o diálogo da política pública de assistência social com as demais políticas e setores, assim como o acesso das famílias aos serviços setoriais; potencializar os objetivos das Agendas Sociais do governo federal e das agendas estaduais ou municipais intersetoriais e contribuir para a definição da prioridade de acesso aos serviços públicos pelas famílias que usufruem dos serviços.

A promoção da articulação intersetorial vai depender de uma ação deliberada, pois, a mesma irá pressupor a idéia de conexão, vínculo, interdependência de

serviços e respeito à diversidade e às particularidades de cada setor. Conforme consta na Cartilha de Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social-CRAS a intersetorialidade vai se materializar “[...] mediante a criação de espaços de comunicação, do aumento da capacidade de negociação e da disponibilidade em se trabalhar com conflitos. Sua efetividade depende de um investimento dos municípios e Distrito Federal. [...]” (BRASIL, 2009). Assim, a referida articulação não está sob a governabilidade da política de Assistência Social, mas, depende do papel ativo do poder executivo municipal e do Distrito Federal para efetuar a articulação política entre as diversas secretarias que atuam nos territórios dos CRAS’s.

3- A Busca ativa: é uma importante ferramenta de proteção social, haja vista que a mesma disponibiliza informações sobre o território; essa busca é essencial para o planejamento local e para as ações preventivas, pois, é através da identificação das situações de vulnerabilidades e das potencialidades que é possível compreender a realidade social dos usuários da Assistência Social. Nesse sentido, a busca ativa pode ser compreendida como uma:

[...] procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território [...] contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações na realidade vivida pela família, sua cultura e valores, as relações que estabelece no território e fora dele); os apoios e recursos existentes e, seus vínculos sociais” (BRASIL, 2009, p. 29).

A busca ativa também identifica as potencialidades e recursos econômicos sociais, políticos e culturais como: a oferta de serviços, o acesso da população a esses serviços e as necessidades de articulação da rede socioassistencial para a efetividade da proteção social. Para a sua operacionalização a busca ativa é realizada estratégias como: o contato com os atores sociais locais; o deslocamento da equipe de referência para conhecimento do território; a obtenção de informações e dados oriundos de outros serviços socioassistenciais, campanhas de divulgação, distribuição de panfletos e também o uso de carro som. (BRASIL, 2009).

A equipe de referência, conforme descrito na Cartilha Orientações técnicas do CRAS (2009), deverá também incorporar as informações originárias da busca ativa e utilizá-la para definir as ações estratégicas, urgentes e de rotina, dentre as quais estão aquelas que se referem às famílias em descumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. A busca ativa pode contribuir também para a

sensibilização da população do território a participar dos serviços e das ações oferecidos pelo CRAS e de outras unidades da rede socioassistencial.

A composição da equipe de referência para atuação nos CRAS's com a prestação de serviços e execução das ações no âmbito da Proteção Social Básica nos municípios é composta da seguinte forma:

Quadro 5 :Composição da equipe de referência que atua nos CRAS's segundo o porte do município.

Porte do município	Número de famílias atendidas	Equipe profissional
Pequeno porte I	Até 2.500 famílias referenciadas	2 técnicos de nível superior; um assistente social e um psicólogo (preferencialmente), 2 técnicos de nível médio.
Pequeno porte II	Até 3.500 famílias referenciadas	3 técnicos de nível superior; 2 assistentes sociais e um psicólogo (preferencialmente), 3 técnicos de nível médio.
Médio, Grande, Metrópole e DF	A cada 5.000 famílias referenciadas	4 técnicos de nível superior; 2 assistentes sociais, 1 psicólogo e um profissional que compõe o SUAS, 4 técnicos de nível médio.

Fonte: Cartilha NOB-RH/SUAS/2009

No território do município de Belém-Pará, a execução da Política de Assistência Social é de responsabilidade da FUNPAPA que se constitui o órgão responsável pelo planejamento e execução da referida.

3.2 FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII: NOTAS SOBRE SUA HISTÓRICA

A FUNPAPA foi fundada em 08 de maio de 1966, na cidade de Belém do Pará, na perspectiva de conter as insatisfações da população decorrente do acirramento das contradições sociais postas pelo capitalismo. Sua era baseada em:

- Orientar os serviços sociais privados;
- Estudar os problemas de desajustamento social do município e os serviços assistenciais correspondentes;
- Coordenar a ação de seus próprios serviços sociais com a dos federais, estaduais e também instituições privadas;

- Propor ao poder executivo medidas que pudessem assegurar o desenvolvimento de serviços assistenciais;
- Planejar e executar serviços públicos da assistência social;
- Promover o corpo de voluntários para o serviço social;
- Programar e executar demais serviços de acordo com suas finalidades;
- Elaborar anualmente o orçamento para o exercício seguinte.

A FUNPAPA, inicialmente, contou com uma equipe de voluntários e funcionários municipais para a realização de suas ações. Nos anos de 1966 a 1969 realizou convênios com grupos religiosos, sindicatos etc. Segundo Soares (1996), no início as suas ações eram focalizadas, tendo em vista que os objetivos eram baseados em uma concepção teórico-filosófica de ajustamento social. Com os anos que seguiam foi sendo reafirmada a necessidade de sua intervenção direta à população.

Na década de 80, no momento em que se vivenciava o processo de redemocratização político-social no Brasil marcado por movimentos de força e de lutas sociais pela defesa dos direitos sociais foi colocado em cheque os enfoques tradicionalistas das ações sociais realizadas anteriormente. Sendo assim, a Assistência Social passou a ser considerada tripé da Seguridade Social se constituindo em política social pública.

Nesse cenário engendrado no país, a FUNPAPA segundo Soares (1996) coloca-se em outro momento organizacional, ou seja, a mesma desvincula-se do gabinete do prefeito passando a possuir um quadro de pessoal próprio e ampliar os serviços destinados à população.

O período que concerne a gestão de 1989 a 1992, se caracterizou por um momento de estruturação técnica-administrativa da gestão anterior: foi criado o Departamento de Assistência à Criança e ao Adolescente e também o Departamento de Assistência Pública; ampliou as ações e criou serviços como o Grupo de Iniciação ao Trabalho-GIT²⁸No período de 1993 a 1996, a FUNPAPA

²⁸ De acordo com os dados documentais obtidos pelo NUSP, o GIT tinha a finalidade de desenvolver atividades laborais de acordo com a faixa etária do público alvo que eram adolescentes maiores de 14 anos. As atividades eram relacionadas às diversas áreas de trabalho como: restaurantes, lanchonetes, bancos e órgãos públicos. Havia um convênio entre as áreas de trabalho e a instituição; ao adolescente era assegurada uma bolsa de aprendizagem no valor de ½ salário mínimo, vale transporte e auxílio alimentação. O trabalho tinha carga horária de 4 horas para que o adolescente não deixasse de freqüentar a escola.

procurou ampliar sua política de atendimento com o intuito de garantir à população usuária os mínimos sociais; além de que executou programas através do Departamento de Assistência Pública –DAP, tais como: Plantão Social, Ação Comunitária, Atendimento ao Idoso e Promoção pelo o Trabalho, conforme a descrição do quadro a seguir.

Quadro 6: Programas realizados pela FUNPAPA no período de 1993 a 1996

Programas	Finalidade
Plantão Social	Tinha o objetivo de orientar apoiar e intervir de modo a suprir as necessidades emergenciais apresentada pela população como: necessidade de medicamentos, próteses documentação civil etc.
Ação Comunitária	Atuava no assessoramento das Organizações Comunitárias referente a serviços técnico-administrativos; buscava fortalecer a estrutura organizacional, assim como, subsidiar discussões que não fosse específica a sua área, mas também integrar-se as lutas gerais da sociedade. O programa envolvia ainda atividades de cadastramento das organizações comunitárias e também subsidiar na intervenção profissional através do encaminhamento de suas ações.
Atendimento ao Idoso	Assegurar o atendimento as necessidades do idoso; fortalecimento dos vínculos familiares; exercício da cidadania; buscava a integração do idoso à vida comunitária. Com o aumento da demanda houve a necessidade de melhorar o acompanhamento do grupo que só foi concretizado com a construção de um espaço com infra-estrutura adequada a realização das atividades. Assim, foi fundado em novembro de 1994 o Centro de Convivência Zoé Gueiros no bairro do Tapanã para melhorar o atendimento.
Promoção pelo o Trabalho	Tinha uma perspectiva de geração de renda e objetivava o engajamento no mercado formal e informal de trabalho. A consolidação do programa se processava

	por meio dos projetos: Ligue Serviços FUNPAPA, formação para Prestação de Serviços, projetos de Unidades Produtivas e o projeto Liceu de Artes.
--	---

Fonte: Elaboração da autora com base na Série: Caminhos da Assistência 3/ Org. Núcleo de Assessoria Técnica e Grupo base de Pesquisa.

Dessa forma, a FUNPAPA no decorrer dos anos procurou reordenar-se para acompanhar os avanços concernentes a Política Nacional de Assistência no Brasil. Assim, os anos de 2004 a 2008, por exemplo, foi um importante período para o país no que tange a Política de Assistência Social, pois, nesse período foi criada uma nova institucionalidade da referida política que exigia a implantação de Conselhos de Assistência Social em nível da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Naquele momento houve também importantes conquistas como: aprovação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), da PNAS/2004 e da NOB/SUAS/2005 tendo assim uma nova perspectiva dessa política à medida que se propunha a romper as práticas tradicionais.

Diante do exposto, o município de Belém sob a gestão da FUNPAPA, enquanto Órgão executor da Política de Assistência Social também procurou acompanhar as mudanças que estavam ocorrendo no âmbito da Política de Assistência no Brasil. Com efeito, este órgão iniciou a gestão nos anos de 2005 a 2008 tendo que enfrentar muitos desafios para responder às exigências da Política Nacional de Assistência Social aprovada em 2004.

Nesse contexto, a FUNPAPA tentou cumprir com as exigências para a inserção no nível de Gestão Plena²⁹, para tal, a mesma elaborou o Plano Municipal de Assistência Social e o Planejamento Estratégico, o qual definia sua missão que consiste em “Realizar Assistência Social Pública àqueles em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social possibilitando o exercício da cidadania no

²⁹ A Gestão Plena, segundo a NOB/SUAS, significa que, o município possui a gestão total das ações de Assistência Social, assim o gestor terá que organizar a Proteção Básica e Especial no município, prevenir situações de risco através dos meios de potencialidades e aquisições e ainda proteger as situações de violação de direitos. Cabe ao gestor cumprir uma série de requisitos e responsabilidades da Gestão Plena tais como: estruturar os CRAS's de acordo com o porte do município; garantir a prioridade de acesso nos serviços da proteção social básica e/ou especial; apresentar Plano de Inserção e Acompanhamento de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); executar programas e/ou projetos de promoção da inclusão produtiva e promoção do desenvolvimento das famílias em situação de vulnerabilidade social; implantar em consonância com a União e Estados, programas de capacitação de gestores, profissionais, conselheiros e prestadores de serviços, observados os planos de Assistência Social entre outros requisitos e responsabilidades característicos da Gestão Plena.

município de Belém”. Assim, o referido Plano foi aprovado pelo o Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS tendo como estratégia operacional o atendimento através da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média e Alta complexidade materializando-se por meio de programas, projetos e serviços numa perspectiva de desenvolvimento e promoção aos grupos sociais mais fragilizados o acesso aos bens e serviços.

Dessa forma, a gestão 2004 a 2008 da FUNPAPA enfrentou grandes desafios, pois, estabeleceram objetivos e metas a serem cumpridas. Como meta estabeleceu o atendimento de 113.545 (cento e treze mil e quinhentos e quarenta e cinco) famílias/ano na Proteção Social Básica; 12.435 (doze mil quatrocentos e trinta e cinco) famílias/ano na Proteção Social Especial de Média Complexidade e 1.560 (um mil quinhentos e sessenta) famílias/ano da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Assim, para efetivar a operacionalização da Proteção Básica necessitava a implantação dos CRAS's, nesta perspectiva, FUNPAPA procurou efetivar a implantação dos CRAS's no município de Belém, sendo então, instalados em janeiro de 2005, 5 (cinco) CRAS's nos seguintes bairros: Cremação, Pedreira, Terra Firme, Aurá e Mosqueiro. Os demais CRAS's foram instalados no ano seguinte. O quadro abaixo é ilustrativo no que tange os anos de implantação dos CRAS's no município de Belém.

Quadro7: Implantação dos Centros de Referências de Assistência Social-CRAS no município de Belém

CRAS	Data de inauguração
Aurá	Janeiro/2005
Cremação	Janeiro/2005
Pedreira	Janeiro/2005
Terra Firme	Janeiro/2005
Mosqueiro	Janeiro/2005
Guamá	Novembro/2005
Icoaraci	Março/2006
Barreiro	Abril/2006
Jurunas	Junho/2006

Benguí	Junho/2006
Outeiro	Julho/2006

Fonte: Elaboração da autora a partir da pesquisa de campo/FUNPAPA/NUSP e da Cartilha Assistência Social/gestão 2005-2008: a construção de um novo tempo.

A criação dos CRAS's marca um momento importante na história da Assistência Social no Brasil e no município de Belém, tendo em vista que, os mesmos constituem uma unidade de Proteção Social Básica do SUAS, cuja finalidade é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, conforme referido anteriormente. Nesse sentido, o CRAS tem o objetivo de desempenhar as funções de gestão da Proteção Básica no seu território e oferecer os serviços do Programa de Atenção Integral à Família-PAIF que é oferta exclusiva desta unidade de serviços, assim como, outros serviços socioassistenciais que podem ser implantados.

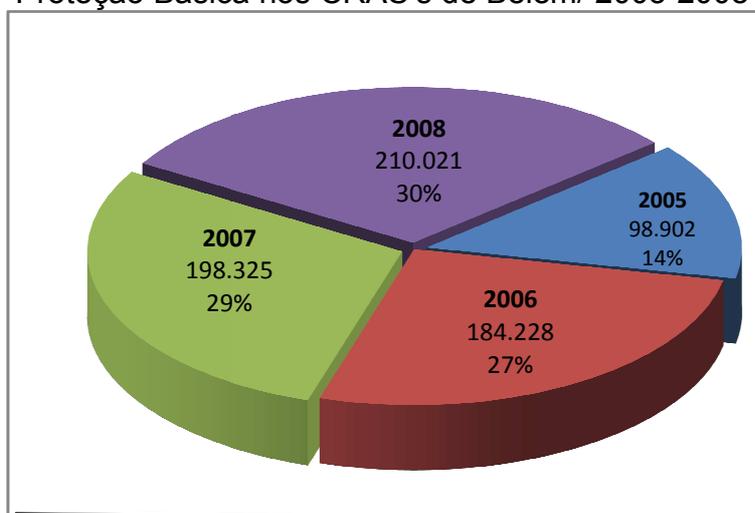
Com a implantação dos CRAS's foi possível desenvolver nos quatro anos de gestão 2005-2008, em Belém, um conjunto de ações e atividades nos referidos espaços, com destaque para as seguintes atividades: Programa de Atenção Integral à Família-PAIF; Serviços de Promoção da Inclusão Produtiva e os de Convivência e Sociabilidade. Com a oferta do PAIF, a FUNPAPA adotou estratégias metodológicas para o fortalecimento das famílias atendidas, assim como, instituiu outro serviço importante Programa de Promoção da Inclusão Produtiva (PIP), o qual tinha como objetivo promover a emancipação econômica das famílias usuárias dos Programas de Transferência de Renda, especialmente as do PBF. Nesse sentido, de acordo com os dados da "Cartilha Assistência Social-gestão 2005-2008" foram registrados 3.739 (três mil setecentos e trinta e nove) usuários do BPC que participaram das ações voltadas a inserção no mercado de trabalho, as quais eram baseadas em duas modalidades: 1) o encaminhamento à rede de serviço de formação para o trabalho; 2) participação nos cursos oferecidos pelo PIP; 3) Serviço de Convivência e Sociabilidade. Esse serviço objetiva o desenvolvimento de ações socioeducativas de convivência por ciclo de vida, efetivando-se por meio da:

- 1) Proteção Social Básica à Criança;
- 2) Ações SocioEducativas de Convivência/Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI;
- 3) Projovem adolescente;
- 4) Proteção Social Básica ao Idoso;

- 5) Articulação Comunitária;
- 6) Centro de Convivência da 3ª idade Zoé Gueiros;
- 7) Programa Bolsa Família-PBF;
- 8) Benefício de Prestação Continuada.

Desse modo, os serviços da proteção básica foram desenvolvidos pelos CRAS's de Belém propiciando aumento da demanda atendida nos referidos anos, conforme pode ser constatado no gráfico a seguir:

Gráfico1 : Atendimentos da população usuária da Proteção Básica nos CRAS's de Belém/ 2005-2008



Fonte: Elaboração da autora com base na Cartilha Assistência Social na Gestão 2005-2008: a Construção de um novo tempo.

Constata-se que 30% dos atendimentos foram realizados no ano de 2008, o qual expressou um número maior de atendimentos, enquanto que, o ano de 2005 apresentou um percentual menor de atendimentos, isto é, 14% do total. Assim, verifica-se que houve uma evolução progressiva do número de atendimentos por ano, a partir da implantação da Proteção Social Básica.

O ano de 2010 também foi significativo para a realização dos serviços nos CRAS's de Belém. O total de atendimentos realizados nesse ano pode ser verificado no quadro a baixo:

Quadro 8: Atendimentos dos serviços oferecidos nos CRAS no ano de 2010

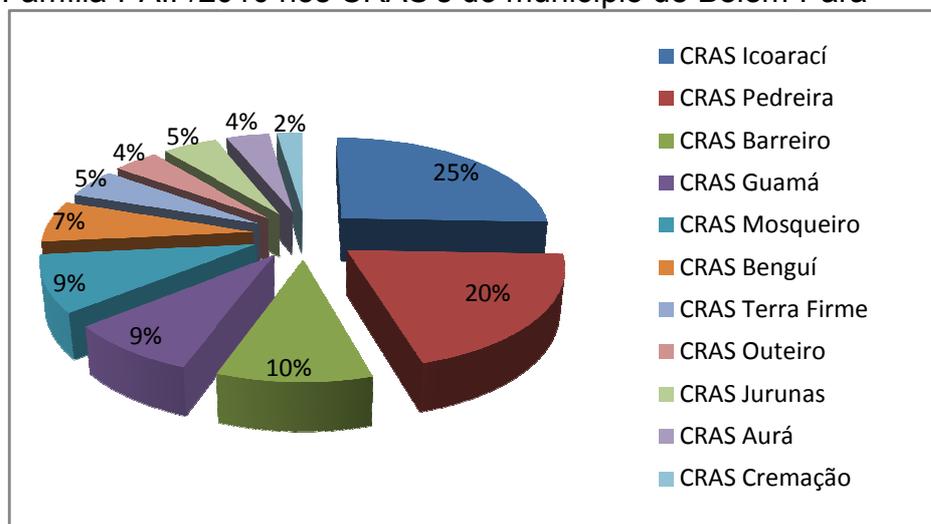
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Crianças de 0 a 6 anos	371 (trezentos e setenta e um) atendimentos.
	Crianças e adolescentes de 07 a 15 anos	1.658 (um mil, seiscentos e cinquenta e oito) atendimentos.

	PROJOVEM- Adolescente	6.000 (seis mil) atendimentos
	PETI / de 07 a 15 anos	1.169 (um mil, cento e sessenta e nove) atendimentos
	Idosos	1.067 (um mil, e sessenta e sete) atendimentos
Benefício de Prestação Continuada-PBC	44.908 usuários	24.540 (vinte e quatro mil e quinhentos e quarenta) pessoas idosas; 20.368 (vinte mil e trezentos e sessenta e oito) pessoas com deficiências
Proteção Social Básica a Pessoa Idosa	2.246 idosos	1.179 idosos atendidos do Centro Zoé Gueiros; 1.067 idosos atendidos nos CRAS
Programa Bolsa Família	Foram cadastradas 98.666 famílias	81.833 (oitenta e um mil e oitocentos e trinta e três) famílias beneficiárias distribuídas nas territorialidades dos CRAS's de Belém.

Fonte: Elaboração da autora com base no Relatório Gestão 2010/FUNPAPA/NUSP.

No que concerne ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família foram realizados 63.763 (sessenta e três mil, setecentos e sessenta e três) atendimentos das famílias distribuídas nas territorialidades dos CRAS's em diversos bairros do município de Belém-Pará, da seguinte maneira:

Gráfico 2: Atendimento às famílias do Programa de Atenção Integral à Família-PAIF/2010 nos CRAS's do município de Belém-Pará



Fonte: Relatório de gestão 2010- FUNPAPA /NUSP.

Conforme mostra o gráfico acima, o atendimento às famílias no PAIF dos referidos CRAS's em 2010 apresentou um número significativo, principalmente, no distrito de Icoarací com 25% que corresponde a 16.304 (dezesesseis mil, trezentos e quatro) famílias, no bairro da Pedreira 20% correspondendo a 12.744 (doze mil, setecentos e quarenta e quatro) famílias, no bairro do Barreiro, com 10% totalizando 6.364 (seis mil, trezentos e sessenta e quatro) famílias, seguido do distrito de Mosqueiro e do bairro Guamá, ambos com 9%, o que representa 5.910 (cinco mil, novecentos e dez) e 5.489 (cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove) famílias respectivamente. Esses atendimentos foram significativos, haja vista que o PAIF é um serviço de caráter central nos atendimentos das famílias nos CRAS's. Os bairros apresentados acima representam as áreas de vulnerabilidade social nas quais são realizados os atendimentos da proteção básica da FUNPAPA no município de Belém. Atualmente, este município conta com 12 (doze) CRAS localizados nos bairros do Guamá, Benguí, Pedreira, Cremação, Jurunas, Barreiro, Aurá, Terra Firme, Tapanã³⁰ e nos distritos de Mosqueiro, Icoarací e Outeiro. A maioria dos CRAS's funciona em espaços alugados e alguns devidos a própria infra-estrutura (falta de rampas, sanitários etc.) não possuem acessibilidade adequada para portadores de deficiência.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) NBR 9050 estabelece a acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Esta tem a finalidade de estabelecer critérios e parâmetros técnicos referentes à construção, à instalação e a adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Além disso, o Decreto nº 5.296 de 02/12/04 regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 estabelece prioridade de atendimento às pessoas com deficiências. A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 preconizava também normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. A propósito, o Art. 11 do Decreto nº 5.296 versa que:

³⁰ O CRAS Tapanã é o mais novo espaço de serviços, implantado em 2010. Antes, a população desse bairro era atendida no mesmo espaço Zoé Gueiros; a partir de então esse bairro passou a ter um espaço específico para o atendimento das famílias.

A construção, a reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O art.22 do mencionado Decreto trata dos sanitários acessíveis nos espaços de uso público coletivo. Assim,

§ 3º Nas edificações de uso coletivo a serem construídas, ampliadas ou reformadas, onde devem existir banheiros de uso público, os sanitários destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência deverão ter entrada independente dos demais e obedecer às normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Constata-se que, a garantia da acessibilidade para as pessoas com deficiências ou com mobilidade restrita é uma exigência legal que requer do poder público a sua operacionalização, isto é, o cumprimento do que determina as Leis para que seja garantida a qualidade dos serviços da Proteção Básica da Assistência Social. Diante dessa compreensão, as assistentes sociais pesquisadas foram questionadas sobre o quê deveria mudar para melhorar o atendimento da população usuária nos CRAS's de Belém-Pará e foram obtidas as seguintes respostas:

“Deveria melhorar o espaço físico, com salas reservadas para o atendimento psicossocial, banheiro adaptados para idosos e deficientes, rampas de acessibilidade no PAIF, acesso a internet (informatização dos serviços) e investimentos na capacitação de funcionário, concurso público conforme aponta a NRH (...)” (A.S 10);

“Possuir mais profissionais qualificados para atender a demanda, inclusive de outras áreas como terapeuta ocupacional; salas climatizadas para proporcionar melhor acolhimento; melhor acessibilidade do espaço; salas para atendimento grupais que proporcionem maior privacidade” (A.S 01);

“Estamos atendendo de acordo com a nova política (SUAS). Porém deveria haver capacitação, concurso público conforme NOB-RH, melhorar o espaço com salas adequadas para atendimento, assim como, espaço que contemple a necessidade da demanda, no caso o idoso...” (A.S 11);

“Melhorar o espaço físico, a qualificação dos profissionais, a preparação dos técnicos para trabalhar com assistência” (A.S 12);

“Mais acessibilidade do espaço físico para usuários (...)” (A.S 05).

Esses depoimentos revelam a necessidade de melhoria do espaço físico dos CRAS's para a qualidade do atendimento dos seus usuários, que se estende desde o tamanho das salas destinadas ao atendimento dos usuários às condições de ambientes. Assim, verifica-se que alguns CRAS's possuem uma dimensão maior

que outros; alguns espaços apresentam problemas como: goteiras, infiltrações etc, o que evidencia a necessidade de reformas e ampliação desses espaços.

Porém, vale frisar que a reforma dos espaços se torna difícil devido a maioria dos CRAS's serem alugados, ou seja, o aluguel é uma modalidade freqüente e comum no serviço público no Brasil, assim como, no município de Belém, embora se saiba que o mais viável é que sejam os imóveis de propriedade do município, tendo em vista que o CRAS se constitui uma unidade de referência para a população usuária da Assistência Social enquanto política pública.

Segundo a PNAS/2004, o CRAS é uma unidade de serviço público estatal. No entanto, como a maioria dos espaços mencionados no município de Belém são alugados fica assim impossibilitada à ampliação dos mesmos. Destaca-se também que, o município de Belém possui apenas 4 (quatro) CRAS's cujos espaços físicos são propriedade do município de Belém, são os CRAS's de Mosqueiro, Cremação, Aurá e Guamá.

Figura 1: CRAS Mosqueiro

Fonte: Foto da autora, abril/2011.

CRAS Mosqueiro atende a demanda de diversas localidades em torno de Mosqueiro como: Carananduba, Baía do Sol, Maracajá, Ariramba, Sucurijucara, Farol, Murubira, Bonfim. Nesse espaço institucional constatou-se a existência de um palco teatral para a realização de atividades teatrais, assim como, uma brinquedoteca para as atividades com as crianças, o que diferencia de outros CRAS's de Belém.

Figura 2: Brinquedoteca/Mosqueiro

Fonte: Foto da autora, abril/2011.

Figura 3: Espaço teatral/ Mosqueiro

Fonte: Foto autora, abril/2011.

Figura 4: CRAS Cremação



Fonte: Foto da autora, novembro/2010.

O CRAS Cremação atende usuários residentes dos bairros: Cremação, Condor, Reduto, Batista Campos, Nazaré, São Braz e as fronteiras do Guamá e Jurunas. O espaço encontra-se localizado na Praça Princesa Isabel³¹ no município de Belém, o mesmo possui salas para o acolhimento da população usuária, sala para a produção de artesanatos, sala da brinquedoteca e espaço para apresentação cênica.

Figura 5: Brinquedoteca/ CRAS Cremação



Fonte: Foto da autora, abril/2011

³¹ Foi também nessa praça que se materializou o projeto Escola Circo. O Projeto foi uma iniciativa da prefeitura de Belém coordenado pela Fundação Papa João XXIII-FUNPAPA. Esse projeto consistiu em uma importante ação, a qual integrava outros projetos, como o Programa de Atenção Integral a Crianças e ao Adolescente em situação de risco pessoal e social. O projeto desenvolvia atividades com crianças adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos residentes em bairros periféricos como: Pratinha, Telégrafo, Tapanã, Terra Firme, Mosqueiro, Outeiro, Benguí, Icoarací, Guamá e Marambaia. Através de linguagens artísticas e de modalidades circenses, o mesmo visava fortalecer e/ou (re) estabelecer a convivência familiar e comunitária. Além disso, realizava atividades pedagógicas como: oficinas de malabares, monociclos, balé aéreo, equilíbrio, perna de pau, exercícios de solo, teatro, dança, literatura etc. Também havia atividades importantes com formação temática onde eram debatidos inúmeros temas como: direitos, ECA, cidadania, sexualidade, educação, família, meio ambiente e violência.

Embora a brinquedoteca possua espaço pequeno, é um lugar de lazer e diversão para as crianças. Também existe sala de memorização e artesanato onde são confeccionados diversos objetos, o que proporciona distração e aprendizado.

Figura 6: Produção de artesanatos



Fonte: Foto da autora, abril/2011.

Figura 7: CRAS Aurá



Fonte: Foto da autora, abril 2011.

O CRAS Aurá é um espaço localizado dentro da área da Granja Modelo³², área que pertence a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA), nesse local é realizado o atendimento aos usuários residentes nos bairros: Águas Lindas, Aurá, Coqueiro, Una, Cabanagem, Castanheira e parte do Souza. Esse CRAS possui um espaço físico restrito, porém, pelo fato do mesmo possuir uma área verde ampla e

³² A Granja modelo localiza-se na rodovia BR 316, s/n km 6. É uma área total de 19 he, a mesma possui extenso complexo de produção de mudas arbóreas todo um trato cultural necessário ao bom desenvolvimento dos vegetais, também um centro de produção de mudas para a revitalização dos logradouros da cidade.

arejada também ocorrem atividades que são realizadas em uma maloca instalada em frente ao acesso de entrada do CRAS. Esse espaço não possui brinquedoteca e nem sala de produção de artesanato.

Figura 8: CRAS Guamá



Fonte: Foto da autora, abril 2011.

O CRAS Guamá é um espaço que atende as demandas das Comunidades do Pantanal, Tucunduba, Riacho Doce, Guamá e Ilha do Cumbu e outros. Esse espaço também possui brinquedoteca, o que garante a diversão da criançada.

Na tentativa de aprofundar o conhecimento sobre os CRAS's, interrogou-se as assistentes sociais pesquisadas se havia necessidade de uma quantidade maior de CRAS's no município de Belém para atender as demandas dos usuários, obteve-se as seguintes respostas:

“[...] Sim, principalmente nos bairros mais populosos onde o índice de vulnerabilidade é maior” (A.S 01);

“[...] Sim, de acordo com a área de abrangência” (A.S 08);

“Sim, deveria ter um dentro da comunidade de Águas Lindas por ser uma área de extrema vulnerabilidade social e outro no entroncamento para atender os demais bairros” (A.S 02);

“Sim, pois acredito que a área de abrangência ainda é extensa e o número de famílias referenciadas é grande” (A.S 14);

“Sim, dependendo do número de habitantes de cada bairro” (A.S 04);

“Acredito que deveria existir um em cada bairro” (A.S 07);

“Não CRAS, mais trabalhadores do SUAS” (A.S 13);

“Dependendo do número de famílias, claro” (A.S 16).

Os depoimentos acima revelam a necessidade de implantação de outros CRAS's em Belém, de acordo com a demanda de cada bairro. Assim, indaga-se: como está sendo operacionalizada as ações dos assistentes sociais nos CRAS's de Belém? Que critérios estão sendo utilizados para tal? haja vista que, os mesmos se constituem em referência aos atendimentos segundo o porte do município e números de famílias, conforme mostra o quadro 9.

Quadro 9: Número de CRAS de acordo com o porte do município

Classificação do município	Números de CRAS's	Famílias referenciadas conforme o nº de CRAS
Pequeno Porte I (Até 20.000)	01	2.500
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000)	01	3.500
Médio Porte (50.001 a 100.000)	02	5.000
Grande Porte (100.001 a 900.000)	04	5.000
Metrópole (Acima de 900.001)	08	5.000

Fonte: PNAS/2004 e NOB/SUAS/2005

Pelo o exposto, no quadro acima existe uma orientação da Política Nacional de Assistência Social sobre a quantidade do número de CRAS a serem instalados conforme o porte do município. Para que haja a definição dos serviços, programas, projetos e benefícios são necessários que seja realizado o diagnóstico que contempla o perfil socioeconômico da população e os condicionantes públicos e privados, condições de acesso que possa configurar a rede socioassistencial. Assim, indaga-se: não seria preciso uma revisão dos critérios pela NOB/SUAS concernente a existência do número de CRAS's? uma vez que, a quantidade de usuários atendidos nesses espaços é significativo. No município de Belém, por exemplo, existem 12 (doze) CRAS's, porém, constatou-se que o número de bairros contemplados por cada CRAS é expressivo.

Diante disso, o profissional para atuar nos CRAS's precisa conhecer a realidade da demanda atendida para poder direcionar suas ações de forma satisfatória.

3.3 CONDIÇÕES DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS CRAS's DE BELÉM

As condições de trabalho fazem referência a fatores físicos e sociais relativo ao meio no qual um trabalhador desenvolve sua atividade. A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), por exemplo, descreve sobre adicional de insalubridade para trabalhadores que estão sujeitos a agentes nocivos para a sua saúde que podem causar doenças ou danos ao organismo, bem como, adicional de periculosidade para atividades ou operações perigosas que gerem o contato permanente com substâncias inflamáveis ou explosivas. Por isso, as condições de trabalho para qualquer profissional é importante, tendo em vista que assegura o bem estar desse trabalhador.

Contudo, observa-se que as alterações no mundo do trabalho têm conduzido desregulamentação e a flexibilização das relações trabalhistas que afetam diretamente as condições de trabalho do assistente social e também:

[...] nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo o aumento da produtividade e de resultados imediatos [...] falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional entre outros.” (RAICHELIS,2011, p.422)

Para esta autora, o profissional contratado pelas instituições empregadoras ingressa no mercado como proprietário de sua força de trabalho especializada que o legitima a exercer um trabalho complexo e dotado de qualificação específica para o seu desenvolvimento. Nessa compreensão, “A mercadoria, força de trabalho, só pode entrar em ação se dispuser de meios e instrumentos de trabalho [...] que devem ser colocados a sua disposição pelos empregadores institucionais [...]” (Idem, p. 425).

Esses meios e instrumentos oferecidos são referentes aos recursos materiais, humanos, financeiros para o desenvolvimento de programas, projetos e serviço. Porém, Raichelis (2011) refere-se que a condição de trabalhador assalariado, seja nas instituições públicas ou nos espaços privados, ‘sem fins lucrativos’, faz com que os profissionais de Serviço Social não disponham e não tenham o controle sobre todas as condições e os meios de trabalho postos à sua disposição nos espaços

institucionais nas mais variadas áreas, a exemplo: saúde, jurídica, assistência social etc.

Sendo assim, para Iamamoto (2008), o que se verifica é uma tensão entre o trabalho submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direito e a relativa autonomia do profissional para o desenvolvimento do seu trabalho.

Mediante o exposto, a análise sobre as condições de trabalho do assistente social nos CRAS's de Belém é reveladora, a exemplo, o vínculo de trabalho existente na FUNPAPA é constituído a maioria pelo contrato temporário dos assistentes sociais que atuam nos CRAS's. Esta contratação se dá, em geral, pela substituição de outros profissionais após o término do contrato de trabalho das mesmas. Os depoimentos abaixo das assistentes sociais pesquisadas revelam isso:

“A minha contratação foi por motivo da finalização do contrato de outro profissional” (A.S 03);

“Foi para substituir outro profissional pela finalização do contrato” (A.S 07);

“Porque ocorreu o término do contrato de outro profissional” (A. S 06);

“Foi a substituição de outro profissional (assistente social) que foi exonerada” (A.S 02);

“Foi devido a necessidade de substituir profissional contratado” (A.S 01);

“Foi através da realização do processo seletivo simplificado para complementação de quadro profissional” (A.S 05);

“Foi pela necessidade, carência de profissional” (A.S 09).

Como se pode observar, o contrato temporário de assistentes sociais para a operacionalização da Política de Assistência Social é frequente na FUNPAPA, o que revela a necessidade de concurso público para a efetivação do quadro de pessoal que trabalha nessa área. A pesquisa também revelou que as assistentes sociais conseguem manter uma boa relação profissional entre si e com as demais profissionais que compõe a equipe do CRAS, esta relação é baseada no respeito mútuo e na cooperação das atividades, conforme demonstram os relatos a seguir:

“Se dá de forma cooperativa, solidária e respeito mútuo, harmoniosa e com vontade e determinação de trabalharmos em equipe para o desenvolvimento das atividades com êxito dos objetivos determinados.” (A.S 07);

“Minha relação com os técnicos nos locais é de respeito e cooperação, nunca tive qualquer tipo de problema com nenhum membro da equipe” (A.S 12);

“É uma relação interdisciplinar que visa o desenvolvimento de habilidades sociais e comunicacionais direcionadas às famílias no CRAS” (A.S 11);

“A relação com a equipe se dá através do companheirismo, respeito mútuo, cooperação...” (A.S 09);

“Muito boa, trabalhamos com cooperação total, sob a mesma visão ética e profissional” (A.S 01);

“A equipe é bem articulada, o espírito cooperativo é presente nos dois turnos de trabalho.” (A.S 04);

“Existe cooperação, integração e, principalmente reconhecimento do trabalho de todos” (A.S 02).

Observa-se nos relatos acima que a cooperação faz parte do processo de trabalho dessas profissionais. Este fato contribui para a operacionalização da política de Assistência Social em Belém, sobretudo, pelas condições de trabalho precário, espaço reduzido para atividades, faixa salarial baixa³³ etc.

Para Lima (2005) a cooperação é estabelecida por meio de indivíduos, de grupos e categorias sociais, constitui uma das formas de ação coletiva. No campo das ciências sociais, a autora trata que os processos cooperativos são vistos como instauradores de solidariedade, de lealdade, de ordem e equilíbrio social, ou mesmo de arena de conflitos e de dominação.

Para Marx (1988) a cooperação significa a organização do trabalho composta por muitos trabalhadores que passaram a se reunir em um mesmo local para produzir o mesmo produto, trabalhando lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou mesmo em processos de produção diferentes, porém conexos. Evidente que essa cooperação aqui apresentada pelas profissionais não está envolta da fabricação de um mesmo produto, contudo, está na objetivação e companheirismo em desempenhar uma atuação profissional com qualidade, na perspectiva de garantir ao usuário os serviços existentes no CRAS.

O reconhecimento profissional das assistentes sociais, por parte da equipe de trabalho dos CRAS's de Belém, aparece como algo importante nas relações de trabalho, conforme está descrito nos relatos a seguir:

³³ A faixa salarial de uma assistente social contratado na FUNPAPA é em torno de 2 (dois) a 3 (três) salários mínimos.

“Não somente me sinto reconhecida, assim como, reconheço o trabalho dos outros profissionais. Acredito que quando é desenvolvido um trabalho com compromisso, ética e responsabilidade você terá reconhecimento” (A.S 13);

“O reconhecimento do trabalho se dá pela confiança que os outros profissionais declaram ter no trabalho que desenvolvo no CRAS” (A.S 11);

“Sim, a equipe é muito integrada, os trabalhos são discutidos e executados por todos” (A.S 10);

“A sintonia é muito grande, pois, os desafios são inúmeros devidos problemas estruturais, logo a interação e reciprocidade é mútua.” (A.S 04);

“Já substitui a coordenadora em período de afastamento (férias), o que me transformou em uma referência profissional dentro do CRAS” (A.S 01);

“Sinto-me integrada com a equipe para realizarmos um trabalho que traga benefícios à comunidade de Outeiro” (A.S 07);

“Pelo fato da equipe sempre confiar em minha opinião ou até mesmo decisões” (A.S 03);

“Sinto que as demais profissionais reconhecem o trabalho que desenvolvo na instituição” (A.S 14).

Os depoimentos apresentados acima evidenciam que as relações de trabalho das assistentes sociais pesquisadas são baseadas no reconhecimento, no companheirismo da equipe e na responsabilidade dos profissionais, apesar das condições físicas de trabalho não serem condizentes às necessidades do trabalho que realizam. Igualmente, destaca-se a relação das assistentes sociais com os usuários dos CRAS's, a qual é baseada no respeito para a pessoa do usuário/família, nos princípios éticos do Serviço Social. Registra-se também que as pesquisadas revelaram se sentirem reconhecidas profissionalmente pelos usuários.

“[...] Através do bom atendimento, de uma boa escuta o que fortalece uma relação de confiança com o usuário...” (A.S 06);

“Quando o usuário retorna para informar sobre o alcance dos encaminhamentos viabilizados; quando o usuário é escutado e respeitado fazendo com que você se torne um referencial para outras solicitações e situações que o mesmo apresentar” (A.S 13);

“Podemos mencionar que o usuário reconhece o trabalho pela procura de inclusão nos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos” (A. S 11);

“Essa manifestação é repassada através da confiança pelo acompanhamento com os depoimentos” (A.S 10);

“É manifestada através da verbalização, retorno de atendimento e mútua relação de respeito” (A.S 14);

“Quando eles procuram o serviço ou profissional pelo o nome” (A.S 12);

“Ocorre por meio da solicitação do usuário quando há encaminhamentos e solicitações para outros serviços da rede” (A.S 15);

“Quando somos elogiadas pela forma de encaminhar as situações” (A.S 01);

“Através da busca de informações, de respostas e da elucidação de direitos” (A.S 08);

“Através de agradecimentos e manifestações de afeto” (A.S 09).

Observa-se que um dos indicadores mencionados pelas assistentes sociais sobre o seu reconhecimento profissional pelos usuários dos serviços oferecidos nos CRAS's, não se dá pelo dinheiro, mas por outra forma de recompensa, isto é, a importância destes profissionais para a operacionalização dos serviços oferecidos nos CRAS's. Esse reconhecimento se torna presente devido haver o contato direto do assistente social com a população, situação em que é possível apreender, segundo Iamamoto (2007), as mais variadas expressões de vida do usuário como: família, habitação, saúde e as mais diversas situações que possam existir.

Outro aspecto identificado nas relações de trabalho das profissionais pesquisadas foi sobre a autonomia das mesmas no que se refere ao desenvolvimento das atividades. Os depoimentos abaixo expressam isso:

“[...] Sim, logicamente as atividades são informadas a coordenação. A coordenação realiza reuniões com os programas para ajustar tais ações. Dependendo da necessidade. O grupo de idosos, por exemplo, possui atividades tanto no CRAS como em espaços externos, portanto a supervisão é algo importante” (A.S 16);

“Tenho liberdade para realizar planejamento, propor atividades, tomar decisões, argumentar” (A.S 01);

“Sim, aqui sabemos o que devemos fazer e como fazer, fazemos o que é melhor para o usuário da melhor maneira possível” (A.S 06);

“Sim, pois as atividades são pautadas de acordo com o SUAS e os princípios da LOAS” (A.S 10);

“Sim, temos autonomia, pois sempre temos apoio no trabalho e liberdade para desenvolvermos o mesmo” (A.S 11);

“Claro que sim, temos respaldo no Programa e na coordenação” (A.S 08);

“Sim, sou livre para atender profissionalmente os usuários” (A.S 09);

“Sim, devido abertura da chefia e também do conhecimento adquirido” (A.S 04).

A autonomia no trabalho das assistentes sociais, é uma expressão de liberdade que as mesmas possuem quanto à operacionalização da Política de Assistência Social na oferta dos serviços como: encaminhamentos, palestras, orientações etc. No relato da assistente social “nº 01” a mesma menciona a liberdade que possui para planejar, propor atividades, tomar decisões etc, o que condiz com o perfil de um profissional propositivo, que seja “[...] comprometida com a sua atualização permanente [...] com o ritmo das mudanças que presidem o cenário mundial [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 145). Porém, cabe ressaltar que a autonomia da qual as assistentes sociais se referem se trata de uma autonomia relativa, pois, o assistente social não consegue realizar todas as ações, não por falta de interesse e compromisso profissional, mas porque as mesmas esbarram em questões burocráticas e administrativas da instituição que limitam essa autonomia. Assim, lamamoto (2007, p.97) versa que:

Durante a jornada de trabalho, a ação criadora do assistente social deve submeter-se à exigências imposta por quem comprou o direito de utilizá-la durante um certo período de tempo conforme as políticas, diretrizes, objetivos e recursos da instituição empregadora. É no limite dessas condições que se materializa a autonomia do profissional na condução de suas ações.

Como pode ser constatado, para a autora acima citada, o assistente social possui uma autonomia relativa quanto ao direcionamento da condução de seu atendimento, uma vez que, ele por si só não decide todas as situações inerente ao trabalho que realiza nas instituições. É nessa perspectiva que a assistente social “nº 06” destaca que realiza suas atividades profissionais da melhor maneira possível, tendo por base responder à demanda do usuário, a forma de contrato temporário limita as ações desses profissionais, o quê repercute no desenvolvimento das atividades nos CRAS’s e, conseqüentemente na operacionalização da política de Assistência Social. Isto é, o término do contrato de trabalho dessas profissionais implica na descontinuidade das atividades e demanda novo treinamento para os novos profissionais contratados comprometendo a qualidade do atendimento dos serviços. Essa afirmativa pode ser constatada pelos relatos abaixo:

“[...] Sem dúvida prejudica muito, pois até que se forme uma equipe com um nível aceitável de conhecimento, requer estudo, planejamento etc [...] o nível de conhecimento acerca da dinâmica de atendimento da PSB não é repassada através de momentos de capacitação, logo, o mesmo é adquirido no dia a dia” (A.S 04);

“Sim, porque é investido nesse profissional, com capacitação, ele consegue estabelecer vínculo com o usuário. O contrato termina, o trabalho é quebrado até que novo funcionário passa pelo processo de capacitação e estabeleça o vínculo com as famílias novamente, termina o contrato e inicia todo o processo. [...] muitas vezes o novo profissional não tem o domínio da nova Política e do funcionamento dos serviços, por isso que se faz necessário concurso público para que os serviços da Assistência não sejam quebradas e o que preconiza a constituição de 88, a LOAS e a NOBSUAS seja efetivada” (A.S 10);

“Sim, pois a proposta dos Centros de Referência de Assistência Social é de continuidade e levando em consideração o serviço de convivência e fortalecimentos de vínculos a família, ou seja, o usuário seja ele o adolescente, a criança e o idoso necessitam criar uma relação de confiança com os técnicos para então afirmar sua identidade. [...] nem todo profissional entra neste espaço conhecendo a sua dinâmica, mesmo porque cada CRAS tem uma realidade peculiar onde o técnico necessitará de estudo, esforço, orientação e capacitação” (A.S 16);

“Com certeza, um bom trabalho precisa de tempo para seu aperfeiçoamento visando tudo em sua volta, quando tudo se encaixa vem as mudanças, assim ficam desarticuladas. [...] Com toda certeza isso prejudica e muito o processo de trabalho” (A.S 06) ;

“Sim, o fim do contrato temporário prejudica muito o desenvolvimento das atividades no CRAS, pois quando a equipe está formada e o trabalho em andamento existe o rompimento do serviço devido o término do contrato” (A.S 09);

“Com certeza. O vínculo (referência) com os usuários é rompido, provocando, muitas vezes, uma evasão da demanda no espaço. A falta de experiência dos novos profissionais também prejudica as atividades já desenvolvidas. [...] a PNAS tem a família como objeto de intervenção e prevê o acompanhamento junto a rede socioassistencial, neste sentido, a troca de profissionais implica diretamente na qualidade dos serviços prestados” (A. S 01);

“Prejudica muito, pois a maioria dos novos contratados não conhece a nova política de assistência social, necessitando serem capacitados para atuarem. [...] Interfere na qualidade do trabalho, por isso que tem que haver a capacitação pela equipe do CRAS” (A.S 11);

“Sim, pois demanda novo treinamento, conhecimento da territorialidade e apresentação da dinâmica institucional. [...] pois as questões administrativas (contratos, treinamento) esbarram na burocracia que está intrínseca a dinâmica das instituições públicas” (A.S 14);

“Sim, quebra o acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos com as famílias beneficiadas dos programas em atendimento [...] na qualidade da política de assistência o novo profissional terá que adaptar-se a rotina da instituição” (A.S 03);

“Sim, pelo o fato de paralizar as atividades e a população deixar de ser atendidas. [...] Não interfere em virtude de que, o profissional contratado tem que ter experiência profissional na área da Assistência Social.” (A.S 07).

Os depoimentos acima permitem comprovar que os contratos temporários que ocorrem nos CRAS's do município de Belém prejudicam a qualidade dos serviços oferecidos nesses espaços, haja vista que, o rompimento do vínculo estabelecido entre os profissionais e os usuários é desfeito. Além disso, existe ainda a necessidade de adaptação dos novos profissionais ao cotidiano de trabalho no CRAS's, pois, alguns profissionais não possuem conhecimento a fundo da Política de Assistência Social precisando de tempo para apreender as atividades realizadas e o ritmo do trabalho nesses espaços. Esta afirmação fica também evidente na fala da gestora:

“O fim do contrato de trabalho e a contratação de um novo profissional prejudicam na qualidade sim, [...] Esse é um dos maiores problemas e dificuldades enfrentadas pela coordenação, principalmente porque há uma quebra na execução dos serviços e o rebatimento na demanda atendida é sentida e imediata pela evasão e descrédito no serviço público.”

Todas essas implicações repercutem no desempenho das atividades realizadas nos CRAS's de Belém. Nesse sentido, merece aqui destacar a fala de uma profissional do Rio de Janeiro participante do 13º Encontro Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, realizado em abril de 2011, a qual mencionou o seguinte:

“O que eu quero colocar aqui é a efetivação e a qualidade dos serviços dos CRAS porque essa é uma angústia que eu tenho muito tempo... sobre a qualificação dos serviços que já foi falado aqui. Por quê? Eu sou funcionária efetiva desde a implantação desse serviço e eu sou a única sobrevivente disso, quando capacita a equipe, quando está qualificada finaliza o contrato [...] a qualidade da qualificação se perde e a gente tem que começar do zero. “Eu fiquei muito feliz quando ouvi gestores falando sobre concurso público e a efetivação da equipe, porque isso é importantíssimo para podermos avançar os serviços nos CRAS” (A. S, abril, 2011).

Observar-se então, que as contratações temporárias e o desligamento do profissional do serviço social está presente em outros Estados do Brasil. Trata-se de uma realidade que precisa ser enfrentada para que se tenha qualidade nos serviços prestados ao usuário da Assistência Social.

O número reduzido de assistentes sociais que atuam nos CRAS's de Belém também dificulta a operacionalização das atividades nos espaços socio institucionais, conforme revela o depoimento a seguir:

“Nós, enquanto profissionais, fora a avalanche de questões sociais nós ainda nos deparamos com uma equipe mínima, então nós nos angustiamos de ver que fazemos um trabalho, um trabalho dentro dessas condições [...]. Então, se a política fosse melhor elaborada entre os ministérios de educação, saúde etc, na nossa prática nós diminuiríamos casos de saúde, aumentaríamos a qualidade de ensino [...] então, falta articular mais entre os ministérios, falta gente!” (A.S, abril, 2011).

O fato dos CRAS's de Belém possuir uma equipe reduzida de trabalho conduz a seguinte questão: Essa situação tem sido objeto de discussão nos Encontros, Simpósios e Conferências de Assistência Social no município de Belém³⁴? Esta é uma situação que precisa ser reavaliada pelos gestores e profissionais da área. Também é preciso destacar que, o conhecimento e a qualificação do profissional contratado é fundamental para a operacionalização da política de Assistência Social, procurou-se nesta pesquisa conhecer sobre a capacitação das profissionais pesquisadas, tendo os seguintes relatos:

“No ano passado participei de capacitação do Programa Projovem Adolescente, em que foram citadas tanto a Política como a NOB SUAS/2005” (A.S 16);

“Sim, apenas no ano de 2009” (A.S 01);

“Sim, no ano do contrato” (A.S 12);

“Não foi uma capacitação foi uma palestra acerca do SUAS com todas as profissionais de diferentes formações” (A.S 04);

“Não, porque entrei para o Projovem na época não houve capacitação” (A.S 06);

“Sim, sobre a PNAS, os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e outros serviços específicos desenvolvidos no CRAS. Também é realizado encontros de estudo entre os profissionais de todos os CRAS para troca de conhecimentos e aproveitamento dos serviços” (A.S13);

“Sim, houve uma capacitação superficial no Cine Olímpia para todos os profissionais de 2 dias” (A.S 03);

“Neste período eu já estava efetivada pela instituição, mas houve capacitação dos funcionários no espaço do CRAS, os quais organizaram grupos de estudo para conhecer e compreender melhor a nova política de Assistência Social. Essa busca de conhecimento continua, uma vez que, a cada dia o MDS traz uma novidade” (A.S 10);

³⁴ Nos dias 03 e 04 de agosto de 2011, aconteceu a 7ª Conferência Municipal da Assistência Social em Belém do Pará tendo como tema a VALORIZAÇÃO DO TRABALHADOR e também as formas de como consolidar o SUAS. A presidente da FUNPAPA/2011 reconheceu as dificuldades da assistência social, todavia, segundo ela os objetivos da instituição estão sendo alcançados. (Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br>).

“A capacitação foi organizada pela coordenação e equipe técnica do CRAS, e repassada a todos envolvidos no trabalho do CRAS” (A.S 11).

Os relatos acima mostram que, após a contratação de um novo assistente social este passa pela atividade de capacitação, porém, o que se constata é que não há uma continuidade dessas ações conforme evidencia as falas das assistentes sociais acima pesquisadas (A.S 01 e A.S12), embora as profissionais (A.S 10 e A.S11) revelaram ter participado de capacitação, as assistentes sociais (A.S 03 e A.S 04) demonstram claramente que a capacitação oferecida não foi satisfatória, tanto que uma delas mencionou “capacitação superficial”. Por fim, a assistente social (A.S 06) revelou que, quando iniciou o trabalho no CRAS não participou de capacitação. Observa-se assim que, não existe uma política de formação continuada para tais profissionais. Assim, pergunta-se: quais as razões pelas quais os gestores da Política de Assistência não estão cumprindo o que prevê a NOB-RH/SUAS? A qual versa:

A capacitação dos trabalhadores da área da Assistência Social deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública. (p. 27).

A referida NOB-RH/SUAS é clara no que tange à formação de pessoal que atua na área da Assistência Social. Assim, a capacitação das profissionais deve ser uma educação permanente, de forma sistemática e continuada, sustentável, participativa, nacionalizada, descentralizada e, por fim, avaliada e monitorada. Nesses termos, verifica-se uma lacuna na capacitação das profissionais que estão prestando serviços aos usuários dessa política pública. A propósito, a colocação da gestora da Proteção Básica foi reveladora, pois, percebe-se uma certa discordância da sua fala com algumas profissionais que participaram da pesquisa, no que concerne a capacitação. Segundo a gestora, ao iniciar seu trabalho na FUNPAPA também passou por um processo de capacitação: “[...] Sim, desde 2004, os encontros, seminários, grupos de estudo foram intensos, e a cada portaria ou mudança somos imediatamente informados pelo MDS para atualização de conhecimento [...]”

Uma das diretrizes da NOB-SUAS/2005 é o co-financiamento da gestão do trabalho que prevê recursos para o desenvolvimento, qualificação e capacitação dos

trabalhadores. Quanto ao recurso, a gestora revelou o seguinte: [...] *“Sim, temos uma equipe que fica a frente para receber e a captar recursos, promover sistematicamente a capacitação e a qualificação tanto para os efetivos quanto para os contratados.”*

No que diz respeito à política de capacitação continuada da FUNFPAPA a referida gestora mencionou que: *“Ainda é muito tímida, mas existe na proposta aprovada do planejamento para 2011 a intensificação de investimento na capacitação para todos os serviços.”*

Os depoimentos acima evidenciam que existe uma discordância entre os relatos de algumas profissionais e o da gestora, uma vez que, esta afirma a existência de capacitação, enquanto que os relatos de algumas assistentes sociais menciona que não passaram por capacitação ou mesmo não consideraram certas ações como tal.

Sobre essa questão, o órgão fiscalizador, o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) 1ª Região do Pará, após ter efetuado visita aos CRAS's em 2010 e concluir a elaboração do seu relatório, apontou pontos negativos nesses espaços socio-ocupacionais, como: condições de trabalho precárias, uma vez que a infraestrutura necessitava de reparos, salas de atendimentos pequenas para a realização das ações, desconhecimento da resolução nº 493/2006³⁵ e artigos da Lei nº 8.662/93³⁶ por parte das profissionais. Por esta razão, este Conselho apontou como sugestões a realização de seminários com temáticas e resoluções; envio de e-mail informativo de cursos, palestras e demais informativos com antecedência para que haja agendamento e participação das profissionais; fortalecimento da comunicação com as assistentes sociais em sua área de atuação, entre outros.

Mediante o exposto, evidencia-se realmente a necessidade da capacitação continuada para as assistentes sociais e demais trabalhadores da Assistência Social, tendo em vista que, é no cotidiano que o profissional apreende a realidade da demanda atendida. Para Iamamoto (2007) é no cotidiano que se dá a reprodução das relações sociais.

Destaca-se também que, com o fim do contrato de trabalho das profissionais há a redução do número das mesmas, o que compromete o

³⁵ Resolução que introduz sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional.

³⁶ Lei de Regulamentação da Profissão do assistente social.

atendimento aos usuários, haja vista que, com uma equipe mínima³⁷ sobrecarrega tanto o profissional efetivo como algumas que ainda permaneçam contratadas, pois as mesmas terão que atender uma demanda maior, em virtude da falta dos profissionais que findou o contrato temporário. Os relatos abaixo revelam tal situação:

“[...] Sim, os serviços de todos os programas recaem sobre o CRAS, muitas vezes não dispomos de recursos humanos suficiente para dar conta do todo” (A.S 10);

“Sim, pela manhã é apenas uma assistente social e uma psicóloga, isso intensifica o trabalho” (A.S 06);

“[...] Sim, pela a falta de profissionais para completar a equipe técnica” (A.S 09);

“Sim, a demanda espontânea é demasiada grande, o quê pode atrapalhar o acompanhamento mais detalhado de famílias que dele necessitar” (14);

“Sim, devido a contratação de poucos profissionais” (A.S 04);

“No ano passado não me sentia, mas este ano com somente 2 técnicos do PAIF irá sobrecarregar” (A.S 13);

“Não, trabalho em equipe e as tarefas são divididas” (A.S 03);

“Não, todas minhas atividades são inerentes a minha profissão” (A.S 07);

“Não, pois, as atividades no CRAS levando em consideração o usuário torna-se estimulante” (A.S 16).

Observa-se que as profissionais que responderam não se sentir sobrecarregadas de trabalho foi a minoria, no entanto, as demais pesquisadas reafirmaram que há deficiência de pessoal na equipe dos CRAS's, o quê repercute na sobrecarga de trabalho, comprometendo a qualidade do trabalho que realizam. Acrescenta-se a esta situação a falta de infra-estrutura física adequada para a realização do trabalho nos CRAS's, pois, segundo as pesquisadas foram revelados

³⁷ Essa equipe mínima aqui descrita se dá pelo fato da redução dos profissionais quando há o término do contrato de trabalho, ficando a continuidade das atividades comprometidas, uma vez que, o quadro efetivo de assistentes sociais nos CRAS's que atuam com a Proteção Básica é muito pequena. A NOB/RH/SUAS versa que deverá existir 2 (dois) assistentes sociais que deve compor a equipe de referência para trabalhar no CRAS para cidades de grande porte ou metrópoles, no entanto, esse número não supre a necessidade desses espaços, tendo em vista que alguns assistentes sociais trabalham diretamente com o PAIF e outros exercem atividades com idosos, jovens e crianças, público que compõem os serviços de convivência.

grandes problemas que precisam ser sanados, desde a estrutura física, à falta de materiais de consumo, equipamentos etc. Conforme pode ser evidenciado nos relatos a baixo:

“A estrutura física apresenta goteiras, infiltrações, os banheiros não são adaptados para deficientes e idosos; existe carência de material de consumo e não possuímos interne.” (A.S 10);

“Estamos esperando reparos no espaço físico, e quanto os outros temos o material de consumo a desejar” (A.S 11);

“Sim, falo da relação do espaço, sempre comentamos que deveria ter uma sala específica para os atendimentos mais complexos, em dia de fluxo maior sentimos e muito essa necessidade” (A.S 06);

“As dificuldades para o desenvolvimento das atividades profissionais estão ligadas a estrutura (carro, espaço adequado para reuniões...) e outros que estão ligados a questões maiores que não são exceção, mas são contradições postas em nossa sociedade” (A.S14);

“Sim, devido a péssima infra-estrutura do espaço e falta de material para desenvolver o trabalho com os usuários” (A.S 04);

“O espaço físico não está adequando para atender os coletivos e também apresentar-se inadequado aos funcionários” (A.S 02);

“É insuficiente. O espaço possui apenas uma impressora que frequentemente fica sem tinta. O espaço físico não corresponde às necessidades, não sendo confortável para reuniões. As salas de atendimento não proporcionam privacidade ao usuário” (A.S 01);

“A dificuldade é o espaço e carro para visitas domiciliares” (A.S 12);

“Ainda não temos computador, impressora e o espaço físico também não é adequando” (A.S 14);

“Espaço físico precário, goteiras, computador sem impressora, material burocrático raro” (A.S 04);

“Possuo sala para atendimento, acolhimento, computador, impressora, telefone, internet e material administrativo” (A.S 13).

Os depoimentos acima mostram que, poucos CRAS's possuem alguns tipos de equipamentos, enquanto que, a maioria revelou não possui essas condições de trabalho, uma vez que, faltam recursos audiovisuais, materiais administrativos, espaço físico adequado.

Na visita realizada pela equipe do CRESS nos CRAS's foi identificada uma infraestrutura inadequada dos espaços, as salas que são incompatíveis com as atividades realizadas pelas técnicas, pois existem salas pequenas e mal distribuídas.

Enfim, os espaços necessitam de melhorias. É importante também frisar que, a gestora da Proteção Básica referenciou a infraestrutura como um dos problemas da instituição, ela relatou:

“A infra-estrutura dos espaços é uma das dificuldades enfrentadas pela Proteção Básica, muitas vezes causada pela burocratização e dos Recursos Humanos, pela falta de uma política de RH e de concurso público para efetivação de seu quadro funcional”.

Esta situação remete ao seguinte questionamento: quais os motivos que levam às diferenças das condições de trabalho entre os CRAS's de Belém? Estará relacionado a gestão dos CRAS's? Haja vista que, a Cartilha de Orientações Técnicas do CRAS prevê que:

[...] o CRAS deve contar com mobiliário adequado para cada um dos ambientes, livros, cd's, dvd's, televisor, aparelho de DVD, som, microfone, máquina fotográfica e outros materiais são recomendáveis. É ainda determinante que o CRAS disponha de equipamentos e condições de conectividade e que permitem agilidade dos processos de trabalho e maior interação com a rede socioassistencial e setorial, tais como linha telefônica e computador com acesso a internet (BRASIL, 2009, p.55).

A tentativa de aprofundar o conhecimento sobre as condições de trabalho das profissionais conduziu também verificar se as mesmas corriam riscos nos locais de trabalho que afetassem a segurança pessoal das mesmas. O que se constatou foi que, os CRAS's não possuem um policiamento permanente para a segurança do local de trabalho; como também as profissionais são expostas a riscos por ocasião das visitas domiciliares, não somente porque as áreas onde residem os usuários são locais de vulnerabilidades sociais, mais por existir usuários dependentes químicos. Como afirmam as profissionais:

“Sim, trabalhamos praticamente em uma praça na qual pessoas fazem uso de substâncias psicoativas e há ocorrência freqüentes de furtos. Muitos usuários são usuários de drogas, apresentam transtorno mental e muitos são egressos de medidas socioeducativas ou ex-presidiários [...]” (A.S 10);

“O risco que corremos é fora do CRAS, pois é uma área onde ocorre constantes assaltos aos usuários” (A.S 11);

“Sim, quando atendemos usuários com vícios ou violentos” (A.S 08);

“Sim, pois temos segurança somente para o patrimônio [...]” (A.S 03);

“Sim, nas visitas domiciliares e, a localização do CRAS [...]” (A.S 12);

“Sim, pois trabalhos em uma área de extrema vulnerabilidade social” (A.S 01);

“Sim, quando atendemos usuários que são dependentes de vícios como drogas, furtos ou outras situações” (A.S 16);

“De acordo com PNAS, os CRAS devem localizar-se em áreas de vulnerabilidade social, desta forma, a área é considerada como área de risco e de incidência de violência urbana” (A.S 13).

Constata-se pelas afirmações nos depoimentos acima que a própria localização geográfica dos CRAS's predispõe essas profissionais a riscos. Segundo a PNAS/2004, os CRAS's devem ser instalados em áreas de vulnerabilidades sociais, o quê requer existir serviços de vigilância para a segurança física das profissionais que trabalham nesses locais.

Os salários que recebem são considerados irrisórios, tendo em vista que, elas recebem um pouco mais que 2 (dois) salários mínimos. Registra-se ainda, a diferença salarial entre as profissionais efetivas e as contratadas. Observa-se então que, a forma de gestão da força de trabalho na esfera pública não se distancia da iniciativa privada, porque os trabalhadores que são submetidos ao contrato temporário não têm acesso a todos os direitos trabalhistas garantidos e regidos pela Consolidação das Leis Trabalhista (CLT). Pois, “no contrato de trabalho, patrão e trabalhador aparecem livres para comprar e vender a força de trabalho [...] o trabalhador deve aceitar as condições do capital para encontrar e obter um salário para sua subsistência [...]” (FALEIROS, 1991, p.43). Pelo o exposto, evidencia-se que gestão da força de trabalho pelo Estado brasileiro segue a lógica do capital:

[...] Nos anos 90, a instauração da acumulação flexível no Brasil atinge, de modo articulado, as várias dimensões da materialidade do capital. Ela ocorre não apenas na relação inter-industrial da cadeia produtiva [...] nem apenas na relação intra-industrial, com as inovações tecnológicas e organizacionais [...] mas tende a ocorrer na dimensão jurídico-institucional da relação capital e trabalho assalariado. Surge, cada vez mais, a necessidade de nova regulação do trabalho, capaz de reduzir, em normas legais, os imperativos da flexibilidade (ALVES, 2005, p.239).

O aumento de contratações temporárias nos mais diversos espaços socio-ocupacionais, em particular, nos CRAS's de Belém/FUNPAPA, tem como consequências as perversas perdas para o trabalhador no que se refere à diminuição ou a inexistência de benefícios sociais, trabalho precário, baixos salários

etc, o quê indica a necessidade de luta da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho. Por isso:

As políticas de saúde, educação, habitação, trabalho, assistência, previdência, recreação e nutrição são objeto de luta entre diferentes forças sociais, em cada conjuntura, não constituindo, pois, o resultado mecânico da acumulação nem a manifestação exclusiva do poder das classes dominantes ou do Estado. Essas políticas não caem do céu, nem são um presente ou outorga do bloco de poder. **Eles são ganhos conquistados em duras lutas e resultados de processos complexos de relação de forças** (FALEIROS, 1991, p. 62, Grifo nosso).

Face às condições precárias de trabalho, as quais estão submetidas as assistentes sociais pesquisadas, foram questionadas sobre o posicionamento do CRESS (fiscalização) sobre tais condições. Nesse sentido, as assistentes sociais informaram que:

“Existe, porém nesses quatro anos apenas em 2010 tivemos uma fiscalização do CRESS” (A.S 04);

“No período em que estou lotada nesta instituição o CRESS realizou uma visita para conhecer o espaço do CRAS e entender o desenvolvimento deste trabalho” (A.S 16);

“Sim, quando há interesse em investigar se estamos quites com as anuidades. Fiscalização esporádica, não há uma preocupação em analisar a real situação [...] condições de trabalho da categoria” (A.S 02);

“Sim, ano passado recebemos visita do CRESS, Ministério Público, MDS e SEDES para monitoramento não só em relação a situação de trabalho como dos serviços e ações desenvolvidas pelo espaço” (A.S 13);

“A fiscalização existe, porém não é constante” (A.S 11);

“Sim, já ocorreu fiscalização do CRESS, mas não tivemos resposta das irregularidades existentes, quanto os sindicatos dos servidores públicos não efetivaram nenhuma fiscalização” (A.S 10).

Conforme relatam as assistentes sociais, a fiscalização sobre as condições de trabalho nos CRAS's de Belém efetuada pelo CRESS 1ª Região não é freqüente, pois no ano de 2010 ocorreu apenas uma visita. Todavia, a fiscalização do CRESS possibilitou identificar as condições de trabalho nos CRAS's, como: deficitária infraestrutura; quantitativo de profissionais existentes nos referidos espaços, coesão entre a equipe técnica e a coordenação em alguns CRAS's, assim como a existência de grupo de estudo em determinados CRAS's. Como pode ser observado existem

particularidades em determinados CRAS's. A questão salarial também foi um aspecto de destaque, tanto que uma das propostas do relatório pós-visitas do CRESS foi intensificar o debate sobre o piso salarial dos profissionais do Serviço Social

Portanto, o CRESS 1ª Região tem exercitado sua competência enquanto órgão fiscalizador, mas por contar de um quadro mínimo de funcionários para realizar o monitoramento nos espaços institucionais, o trabalho de fiscalização é realizado esporadicamente.

A consideração aqui efetuada acerca das condições de trabalho nos CRAS's de Belém, evidencia enormes dificuldades enfrentadas para a realização das ações de Proteção Básica da Assistência Social na FUNPAPA, que se estende desde a infraestrutura e a contratação de profissionais temporários. Como se sabe, as contratações temporárias se tornaram frequentes desde a década de 1990, quando iniciou a intensificação da desregularização do trabalho no Brasil. Para Alves (2007), as novas contratações que ocorreram a partir da última metade da década de 1990 e continuou na década de 2000, constituiu a geração que não manteve viva as experiências coletivistas e de luta política no local de trabalho. Nesse contexto, essas contratações se constituem como forma de trabalho precário, tendo em vista que, o setor público estatal brasileiro, para Cavalcante e Prêdes (2010) também tem sido um espaço de precarização do emprego e da flexibilização das relações de trabalho. Para essas autoras, o ponto de partida para a compreensão do estudo sobre a precarização do serviço público foi o processo de contra-reforma do Estado na administração pública que desregulamentou o mercado de trabalho do servidor público.

Logo, as autoras afirmam que a flexibilização e precarização das relações de trabalho no serviço público estão relacionadas pela inclusão das condições precárias pelas quais vêm passando todos aqueles profissionais que têm vínculo com a administração pública, inclusive, o assistente social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu constatar que, as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas têm conduzido o aumento das formas de contrato de trabalho temporário, inclusive dos trabalhadores que atuam nas instituições públicas, como é o caso da FUNPAPA, a qual é responsável pela operacionalização da Política de Assistência Social no município de Belém/Pará. Isto significa dizer que o governo brasileiro em seus diferentes níveis: municipal, estadual e federal vem seguindo a orientação do Estado neoliberal que, ao reduzir o investimento para as políticas sociais públicas contribui para o aumento das condições precárias dos seus trabalhadores, a exemplo, os assistentes sociais que integram a equipe de referência e interdisciplinar dos CRAS's. Trata-se de um profissional que possui uma especialidade nessa área, portanto, fundamental para a operacionalização da Política de Assistência Social.

Nessa perspectiva, este estudo constatou que existe um número de assistentes sociais atuando nos CRAS's do município de Belém submetidas à forma de contrato de trabalho temporário que possui duração média de um ano, sendo que algumas profissionais conseguem ser recontratadas ao serem aprovadas em processo seletivo realizado pela FUNPAPA. Foi identificado, ainda, que algumas profissionais viviam a primeira experiência de trabalhar com Assistência Social.

Contudo, verificou-se que, mesmo com a existência da NOB e o município de Belém sendo habilitado à gestão plena, o que o credencia ao recebimento de recursos, não se verificou a busca para a realização de concurso público para efetivação de profissionais, o que se tem são contratos temporários tanto de assistentes sociais quanto de outros profissionais. Nesse sentido, o fim do contrato de trabalho temporário repercute negativamente na qualidade dos serviços oferecidos nos CRAS's de Belém, como: 1) a falta de domínio do conhecimento da Política de Assistência Social; 2) a finalização do contrato temporário de trabalho e a contratação de outro profissional para formação da equipe de trabalho; 3) a espera da nova contratação para o espaço institucional ocasiona uma quebra das atividades realizadas prejudicando o atendimento de seus usuários; 4) A curta permanência desse assistente social atuando nos CRAS's prejudica o aperfeiçoamento do trabalho, tendo em vista que, o mesmo precisa de tempo para acumular

conhecimento e experiência sobre os serviços nos CRAS's ; 5) o fim do contrato temporário quebra o vínculo com o usuário, pois o mesmo estabelece confiança no profissional.

Outra constatação foi sobre o aspecto salarial das profissionais que não chega a 3 (três) salários mínimos. Merece destaque neste estudo, a infraestrutura dos CRAS's, os quais possuem salas pequenas necessitando de ampliação para o desenvolvimento das atividades como já fora mencionado. Alguns espaços apresentavam goteiras, infiltrações etc, necessitando de reparos. Constatou-se ainda, a falta de materiais de consumo em alguns CRAS's e, em outros não. Tende-se questionar porque existe esta situação entre os CRAS's, contudo, não foi possível obter informações sobre os critérios relacionados aos recursos destinados a esses espaços.

Diante do exposto, apesar das condições de trabalho das profissionais pesquisadas, as mesmas possuem um relacionamento cordial com a equipe de trabalho baseado no companheirismo, no respeito e na cooperação das atividades no exercício profissional realizado nos CRAS's. Essa relação amigável se dá tanto com o coordenador do CRAS quanto com o usuário. Além disso, as assistentes sociais afirmaram que, sentem-se reconhecidas profissionalmente pela equipe de trabalho e pelo o usuário.

Também é pertinente registrar que o CRESS 1ª Região de Serviço Social realizou visita aos CRAS's em 2010 e, pode verificar as condições de trabalho das profissionais, salário, infraestrutura precária e o desconhecimento por parte da maioria das pesquisadas sobre resoluções importantes, inclusive da Lei de Regulamentação da Profissão. O que comprova que os dados levantados na pesquisa coincidem com as informações adquiridas pelo CRESS.

Perante o exposto, verifica-se a necessidade de realização de concurso público para que se tenha um quadro efetivo da equipe de referência da Proteção Básica, aumento do número de CRAS's com prédios próprios, pois, os imóveis alugados nem sempre possui espaço amplo para a realização das atividades, aumento salarial das profissionais para a satisfação das mesmas e capacitação permanente para tais assistentes sociais como versa a NOB/RH/SUAS.

Assim, muitos são os desafios para a melhoria das condições de trabalho nos CRAS's, pois, atuar com todas as dificuldades existentes no cotidiano não é uma

tarefa fácil para qualquer profissional. Possuir um olhar crítico sobre as contradições existentes na sociedade capitalista atual é imprescindível para entender a realidade. Como afirma Iamamoto (2008), é preciso uma análise acurada das reais condições e relações sociais em que se efetiva a profissão, haja vista que, há alterações na demanda de trabalho do assistente social nos processos de trabalho e nas condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados. Isto é, as relações de trabalho são desregulamentadas e flexibilizadas verificando-se uma ampla retração dos recursos institucionais para acionar a defesa dos direitos e dos meios de acessá-los, como descreve Pereira (2009). Recursos esses que são necessários para o desenvolvimento das atividades nos espaços institucionais, como é o caso dos CRAS's em Belém.

Desse modo, o Serviço Social têm que estar atento às mudanças ocorridas no mundo do trabalho porque tais mudanças interferem diretamente no cotidiano dos usuários, e por consequência, nas demandas, que se tornam cada vez mais complexas. Para o profissional torna-se então importante repensar as determinações sociopolíticas do seu trabalho para enfrentar, em conjunto com a sociedade, os dilemas da construção da esfera pública, da democracia e da cidadania dos direitos a ela inerentes.

Este repensar é importante, haja vista que, muitos são os desafios da profissão, pois, os mesmos “[...] implicam também repensar as novas relações profissionais nessa correlação de forças, porque há uma pluralidade de dimensões da intervenção profissional como a de articular ou de regular recurso e problemas [...]” (BOSCHETTI, 2011, p.43). Mas também esclarecer mediações nas relações entre as instituições, a sociedade, o profissional e os sujeitos da ação.

Em suma, torna-se imprescindível que esse profissional entenda as determinações da ampliação ou redução dos postos de trabalho e as atribuições profissionais em determinada área. Segundo Serra (2008), é preciso que o profissional não possua uma visão focalizada e primada no campo da imediatividade e sim, da mediaticidade, o que irá contribuir para a garantia de direitos e para a construção de uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2004. Coleção primeiros passos.

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho: Reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª Ed. Londrina: Praxis, 2007.

_____. **Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 188-197 jul./dez. 2009.

ALMEIDA, Ney. Luiz. T. de. "Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social." **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.52, dez 1996.

ARAÚJO, Cleonice Correa., *et al*. Implantação e Implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos Estados do Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados de pesquisa empírica. COUTO, Berenice Rojas (orgs) *et al* In: **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

ARAÚJO, Odília. Sousa. de. Os sistemas de proteção social brasileiro e português: entre reformas paramétricas e estruturais. In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS-ano 1, nº1. Brasília, 2000.

AMORIM, Helder. Santos. **A terceirização no serviço público: à luz da nova hermenêutica constitucional**. São Paulo: LTR, 2009.

Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT) NBR 9050.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **O caracol e sua concha: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentido do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 4ª Ed. São Paulo, 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Disponível em: <http://www.fau.usp.br> . Acesso em: 10/04/11.

BATISTA, Stéphanie Regina Wautier. **Caminhos e descaminhos do usuário da política da assistência no exercício do controle social**: um estudo realizado em municípios de gestão plena do suas no estado do rio grande do sul. 2008.131f. Dissertação (mestrado em política social) Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul. 2008.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O Consenso de Washington**: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.1994. Disponível em: [http://: www.tarcisiodezena.sites.uol.com.br](http://www.tarcisiodezena.sites.uol.com.br). Acesso em 13/10/2010.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perdas de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 3ª Ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

_____.Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório de. **Trabalho e seguridade social**: percursos e dilemas. 2ª Ed. –São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

BRESSER PEREIRA, Luiz. Carlos. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**: para uma nova interpretação da América Latina. São Paulo. Editora 34, 1996.

_____.**A Reforma do Estado nos ano 90**: lógica e mecanismo de controle. Cadernos MARE da Reforma do Estado, Brasília, nº 01, 1997.

_____. **A Reforma do aparelho do estado e a constituição de 1988**. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br>. Acesso em: 01/12/2011.

_____. **Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil**. Ver. Sociologia Política, nº 28, Curitiba, junho, 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. Condições de trabalho e a luta dos (as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº 107, jul./set.2011.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social e Democracia**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica da Assistência Social- NOB/SUAS**. Brasília, 2005.

_____. **Norma Operacional da Assistência Social-LOAS**, Brasília, 1996.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **CRAS: a melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais**. Brasília, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Assistência Social: reflexões sobre a política e sua regulação**. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº 87, ano 26, 2006.

CATHARINO, José Martins. **Trabalho Temporário**. Rio de Janeiro: Edições Trabalhistas, 1984.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mártis; PRÉDES, Rosa. **A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social**. Libertas. Vol. 10, nº 01. UFJF. 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br> . Acesso em: 04/01/2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CESAR, Mônica de Jesus. Serviço Social e reestruturação industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional. In: Mota, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos**. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008

CORBUCCI, Paulo Roberto. **O Brasil e a Globalização: a renovada condição periférica**. Brasília, Universa, 2003.

COSTA, Frederico Lustosa da. **Condicionantes da Reforma do Estado no Brasil**. Santiago, Chile, 2005. Disponível em: <http://www.ige.unicamp>. Acesso em: 12/01/2011.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, Berenice Rojas [*et al*]. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: **Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2010.

COUTINHO, Luciano. **A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudanças**. Economia e Sociedade, Campinas, 1995.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil – 1988. Brasília. 2006

CHAVES, Andréa Bittencourt Pires. **Do assistencialismo à Reconceituação** – o serviço social ao encontro da classe operária. Amazônia. Revista do curso de mestrado em Serviço Social. Vol.1, nº 1. Belém: Pará, UFPA, 2000.

DALMASO, Karla. **A prática interdisciplinar na política de assistência social: o caso dos CRAS de abaetetuba-pa...**2010. 135f. Dissertação Mestrado em Serviço Social). PPGSS/Universidade Federal do Pará, 2010.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 4 ed. São Paulo : LTR, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 12ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

DRUCK, M. da G. **Terceirização: (des)fordizando a fábrica**. São Paulo: Boitempo, 1999.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Política social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (coleção primeiros passos).

_____. Espaço Institucional e espaço profissional. In: **Serviço social & Sociedade**. São Paulo: 1, set. 1979.

_____. **Saber Profissional e poder Institucional**. 3ª Ed. São Paulo; Cortez, 1991.

FERRAZ, Fernando, Basto. **Terceirização e demais formas de flexibilização do trabalho**. São Paulo; LTr, 2006.

Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII>

FILGUEIRAS, Luiz. A. M. **História do Plano Real**, São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século**. 1997. Disponível em: <http://www.cefetsp.br>. Acesso em: 03/05/11.

_____. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. Disponível em: <http://www.flexibilizacao.ufba.br>. Acesso em: 07/01/2012.

FONSECA, Diego de Sousa; QUEIRÓZ, Antônia Márcia Duarte. **Aspectos da política econômica internacional do governo Fernando Collor de Mello**. III

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo; Companhia Editora Nacional, 2000.

FRANCA, Gilberto Cunha, **O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GENNARI, Adilson Marques. **Globalização, neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90**. Disponível em: <http://www.pucsp.br>. Acesso em: 15/04/11.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo: na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GOIS, Patrícia Monteiro de. **As formas assumidas pelo trabalho: da cooperação simples ao toyotismo**. 2008. 92f. Dissertação (mestrado em Serviço Social)-Universidade Federal de Alagoas. Maceió. 2008.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.

HOBBSBAWM, E. J. **A Era das Revoluções**. 18ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Florense, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. -13ª edição – São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**, -17ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

JAPIASSÚ, H. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

KAUFMANN, J. N. Turbulências no mundo do trabalho. Quais são as perspectivas? In: **Serviço Social e sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 23, nº 69, março. 2002.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5a. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso de *et al* (Orgs) **O mundo do trabalho: crise e mudanças no final do século**. São Paulo: Mtb/CesiT-Unicamp/Scripta, 1994.

LIMA, Ludmila Moreira. **Cooperação, o que vem a ser?** 2005. Disponível em <http://www.unieuro.edu.br>. Acesso em: 12/04/2011.

LIMA, Arlete Alves. **Serviço Social no Brasil: ideologia de uma década**. São Paulo: Cortez, 1982.

LIMA, Flávio Roberto Ferreira de. **Breves considerações à contratação no serviço público sem concurso público, prevista no inciso IX art. 37 da Constituição Federal.** Disponível em: <http://jus.uol.com.br>. Acesso em: 15/10/2010.

LOPES, Hana Daher. **Formação profissional e Seguridade social no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Brasília.** 2007.62f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade de Brasília-Unb. Brasília, 2007. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br>. Acesso em: 25/05/2011.

LUKACS, Georg. **Ontologia do ser social.** Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. SP: Ciências Humanas, 1979.

MARCELINO, Paula Regina Pereira. **A logística da precarização.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARX, Karl. **O capital- volume I-** 12ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1983.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas.** São Paulo, 5ª Ed. Paz e Terra, 1986.

_____. **I. Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (Manuscritos econômicos e filosóficos). In: FERNANDES, Florestan (org.). **K.Marx, F. Engels – História.** São Paulo : Ática, 1989.

MATOSO, Jorge Eduardo L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: OLIVEIRA, Carlos Alonso de. **O mundo do trabalho: crise e mudanças no final do século.** São Paulo: Mtb/CesiT-Unicamp/Scripta, 1994

MELO, A. I. S. C. de, ALMEIDA, G. E. S. de, MATTOS, U. A. Na corda bamba do trabalho precarizado: a terceirização e a saúde dos trabalhadores. In: MOTA, A.E. **A nova Fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social.** -2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social-**5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete (org.) As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: **O mito da Assistência: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Questão social e Serviço Social: um debate necessário. In: **O mito da Assistência: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. **Desenvolvimento capitalista e questão social**: notas para debate. In: Praia Vermelha. Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de pós-graduação, 1997.

NASCIMENTO, Rangel Silvando da Silva. **A política econômica externa do governo collor**: liberalização comercial e financeira. Disponível em: <http://www.seufuturonapratica.com.br>. Acesso em: 14/02/2011.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M.C.de S. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 22ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. **Estado de Bem Estar Social**-origens de desenvolvimento. Katálysis,nº 01. 2001. Disponível em: www.dialnet.unirioja.es. Acesso em: 14/11/2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política. Idéias para uma reforma democrática do Estado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

ORTIZ, Fátima Grave. Trabalho, desemprego e Serviço Social. In: **Serviço Social e sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 23, nº 69, março. 2002.

PEREIRA, Potyara A P. **Política Social**: temas & questões. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. A política social no contexto da seguridade social e do *Welfare State*: a particularidade da assistência social. In: **Serviço Social & Sociedade**. Nº 56, 1998.

PEREIRA, Vanessa Vasconcelos. **(Re) Pensando o Serviço Social**. 2009. Disponível em: <http://repensandooservicosocial>. Acesso em: 15/07/2011.

POCHMANN, Márcio. **O Trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

POLANY, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 104, out/dez . 2010.

RAMOS, Alexandre. **Contrato Temporário de Trabalho**. São Paulo: Ltr, 1999.

ROMITA, Arion Sayão. **Flexigurança: a reforma do mercado de trabalho**. São Paulo: LTr, 2008.

ROCHA, Carla Barbosa. Do assistencialismo à Assistência, uma breve reflexão. **Anais**. VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, 2000.

RUDIO, F V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis, Vozes, 1986.

SALES, Luciano Rossignolli. **Novo contrato de trabalho temporário: comentários à Lei nº 9.601, de 21 de Janeiro de 1998**. Ed. De Direito. 1998.

SANTOS, Maria Elina C. Medeiros dos, SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. A Reestruturação Produtiva e suas inflexões na reprodução social da família das classes trabalhadoras. In: **Temporalis**, ano 06, nº 12 jul./dez.2006.

SANTOS, Mara Betânia Jales dos. O trabalho do assistente social e as competências profissionais do Serviço Social. In: MOTA, A E. (Org.) **As Ideologias da contrarreforma e o serviço social**. Recife: UFPE, 2010.

SANTAGADA, Salvatore. A situação social do Brasil nos anos 80. In: **Indicadores Econômicos FEE**. Vol. 17, Nº 4. 1990. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/179/389>. Acesso em: 20/07/11.

SERRA, Rose M. **Crise de materialidade no serviço social: repercussões no mercado profissional**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SENA, Vanuza Maria Pontes. **Reestruturação produtiva e os desafios a formação profissional**. I encontro internacional trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores - labor/ufc. Fortaleza, 2006.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O serviço social popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4ªEd.São Paulo: Cortez, 2007.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidade da expansão da assistência social no Brasil. In: **O mito da Assistência: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SIMIONATTO, Ivete. **Reforma do estado e políticas públicas: implicações para a sociedade civil e para a profissão**. Disponível em: <http://www.portalsocial.ufsc.br>. Acesso em: 12/12/2010.

SOARES, Adelayde Júlia de Lima. **Fundação PAPA João XXIII: um compromisso com a cidadania (1993 a 1996)**. Belém, 1996.

SODRÉ, Nelson. Werneck. **Capitalismo e revolução burguesa no Brasil**. 2ª ED. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema único de Assistência Social. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº 87, ano XXVI, 2006.

SWINGEWOOD, Alan. **Marx e a teoria social moderna**. Trad. Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1990.

TEIXEIRA, Francisco J. S. (ORGS). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo–Fortaleza: Cortez-Universidade Estadual do Ceará, 1996.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. A assistência social na Amazônia. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano XIX, nº 56, 1998.

_____. A primeira escola de Serviço Social do Pará. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº 95, ano XXIX, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**.-4ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. As ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº 77, ano XXV, 2004.

_____. Estado, Políticas Sociais e Implementação do SUAS. In: **Capacita SUAS**. Vol. 1 SUAS: Configurando os eixos de mudanças. São Paulo: 1ª Ed. – Brasília: MDS, 2008.

_____. 70 anos de profissão: fortalecendo o Projeto Ético Político do Serviço Social, In: **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social-ABEPSS-ano 1, nº1. Brasília, 2000.

_____. Maria. Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, Cortez, nº 56, ano XIX, 1998.

VIDAL, Josep Pont. Transformações do Estado contemporâneo: para a repolitização e extensão das políticas públicas municipais. In: BATISTA, Carlos Alberto; Vidal, Josep Pont; RODRIGUES, Olinda. **Desafios contemporâneos para o serviço social**. Belém, ICSA/UFPA, 2009.

Sites consultados:

Disponível em: [http:// www.brasilecola.com](http://www.brasilecola.com)

Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/](http://www.planalto.gov.br/)

Disponível em: [http:// www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes](http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes)

Disponível em: [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Disponível em: [http:// www.sie.pa.gov.br](http://www.sie.pa.gov.br)

Disponível em: [http:// www.jusbrasil.com.br/legislacao](http://www.jusbrasil.com.br/legislacao)

APÊNDICE A- FORMULÁRIO1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-PPGSS

Sujeitos da pesquisa: Assistentes sociais contratados da Proteção Básica

CAMPO DA PESQUISA: CRAS's do município de Belém

1) IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Nome: _____

Sexo: F () M ()

Estado Civil: Solteiro (a) () Casado(a) () Divorciado (a) () Viúvo (a) ()

Outros _____

Fone: _____

Email: _____

2) FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduação: _____ ano: _____ Entidade: _____

Especialização: _____ ano: _____ Entidade: _____

Mestrado: _____ ano: _____ Entidade: _____

Doutorado: _____ ano: _____ Entidade: _____

3) SITUAÇÃO PROFISSIONAL

3.1) Experiências Profissionais Anteriores:

Instituição: _____

Forma de Contrato de Trabalho: _____

Tempo de Serviço: _____

Motivo (s) da Rescisão Contratual: _____

3.2) Local de trabalho Atual: _____

End: _____

Profissão: _____

Chefia: _____

Cargo atual: _____

4) RELAÇÕES DE TRABALHO

4.1) Há quanto tempo você trabalha neste CRAS?

4.2) Forma de contrato de trabalho?

Efetivo (concurado) () Temporário () Outros _____

4.3) Qual o período do seu contrato de trabalho? _____

4.4) Você poderia informar se o seu contrato de trabalho se deu devido a necessidade de substituir outro profissional pela finalização do contrato do mesmo? ou foi para substituir profissional que se afastou por motivo de aposentadoria, doença ou outro motivo? _____

4.5) Além do assistente social que compõe a equipe técnica do CRAS existem outros profissionais que atuam nesses espaços sob a forma de trabalho temporário? Quais são? _____

4.6) Qual a carga horária de trabalho desses profissionais? _____

4.7) Existem assistentes sociais efetivos trabalhando neste espaço institucional? Quantos? _____

4.8) A carga horária de trabalho do assistente social efetivo é a mesma que a sua? _____

4.9) Existe perspectiva para você se tornar um profissional efetivo nesta instituição?

Sim () Não ()

Por quê? _____

4.10) RELAÇÃO COM A EQUIPE TÉCNICA

4.10.1) Como se dá a sua relação com a equipe de trabalho (cooperação, solidariedade e respeito mútuo) entre os assistentes sociais que são efetivos e os que são contratados?

Comente: _____

4.11) RELAÇÃO COM A CHEFIA

4. 11.1) Como se apresenta a sua relação de trabalho com a chefia? _____

4.11.2) Você se sente reconhecida profissionalmente pela equipe de trabalho? _____

Comente: _____

4.11.3) De que forma é manifestado esse reconhecimento?

4.12) RELAÇÃO COM O USUÁRIO

4.12.1) Como você considera sua relação o usuário?

4.12. 2) Você é reconhecido profissionalmente pelos os usuários?

4.12.3) De que forma é manifestado esse reconhecimento?

5) ATIVIDADE PROFISSIONAL

5.1) Quais são as atividades diárias realizadas no CRAS? Comente sobre sua rotina diária.

5.2) Quais são os programas desenvolvidos nos CRAS que você atua no dia-a-dia? _____

5.3) Quem são os usuários atendidos no CRAS? Desses usuários quais são os mais atendidos no CRAS?

5.4) Você possui autonomia para exercer suas atividades, Comente? _____

5.5) Você se sente integrante da equipe de profissionais do CRAS? Comente:

5.6) Você sente dificuldades em desenvolver suas atividades profissionais nesse espaço do CRAS? Comente:

5.7) Ao ser contratada para trabalhar na FUNPAPA, você participou de alguma capacitação sobre a Política de Assistência Social, conforme preconiza a NOB-SUAS/2005

5.8) Na sua opinião o fim do Contrato Temporário e a contratação de um novo profissional prejudica no desenvolvimento das atividades no CRAS? Comente:_____

5.9) A não continuidade do trabalho do profissional que é substituído por outro profissional no CRAS interfere na qualidade da operacionalização da política pública de assistência social, considerando que o novo profissional contratado terá que apreender a dinâmica do espaço institucional?

Comente:_____

5.10) Você se sente sobrecarregada com suas atividades profissionais?

Comente:_____

5.11) Existe fiscalização do CRESS-1ª Região e/ou Sindicato dos Servidores Públicos municipais de Belém, no que se refere á essa situação de trabalho?

5.12) Como você pode definir a concepção de trabalho?

6) ABRANGÊNCIA DO CRAS

6.1) Quais os bairros que são atendidos por esse CRAS?_____

6.2) Quantas famílias são atendidas nesse CRAS?_____

Quais os serviços realizados nesse CRAS?_____

10.3) Na sua opinião deveria existir um maior número de CRAS nos bairros? _____

7) CONDIÇÕES DE TRABALHO

7.1) Você possui infra-estrutura (espaço físico, material de consumo, computador, impressora etc.) adequada para a realização de suas atividades profissionais?

7.2) Na sua opinião, o quê deveria mudar para melhorar o atendimento da população usuária neste CRAS ?

7. 3) O ambiente de trabalho neste CRAS lhe expõe a situação (ões) de risco (s) e ameaça à sua segurança pessoal ? Faça Comentários:

7.4) Existe policiamento próximo deste CRAS? _____

7.5) Em caso negativo,o que tem sido feito para mudar esta situação?

7.6. Situação de saúde: existem casos de adoecimento de assistentes sociais devido as condições de trabalho neste CRAS?

Comente: _____

7. 7) REMUNERÇÃO

7.7.1) Qual é o salário que você recebe mensalmente? 2 salários mínimos ()
3 salários mínimos () outro valor: _____

7.7..2) Existe diferença salarial entre você e o profissional efetivo?

7.7.3) De quanto? _____

7. 7.4) Você está satisfeito com sua remuneração? _____ Por quê? _____

7. 7.5) Existe perspectiva de aumento salarial ?

APÊNDICE B- FORMULÁRIO 2



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-PPGSS**

Sujeitos da pesquisa: Assistentes sociais efetivos da Proteção Básica

CAMPO DA PESQUISA: CRAS's do município de Belém

1) IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Nome: _____

Sexo: F () M ()

Estado Civil: Solteiro (a) () Casado(a) () Divorciado (a) () Viúvo (a) ()

Outros _____

Fone: _____

Email: _____

2) FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduação: _____ ano: _____ Entidade: _____

Especialização: _____ ano: _____ Entidade: _____

Mestrado: _____ ano: _____ Entidade: _____

Doutorado: _____ ano: _____ Entidade: _____

3) SITUAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 Experiências Profissionais Anteriores:

Instituição: _____

Forma de Contrato de Trabalho: _____

Tempo de Serviço: _____

Motivo (s) da Rescisão Contratual: _____

3.2 Local de trabalho Atual: _____

End: _____

Profissão: _____

Chefia: _____

Cargo atual: _____

4) RELAÇÕES DE TRABALHO

4.1) Há quanto tempo você trabalha neste CRAS?

4.2) Forma de contrato de trabalho?

Efetivo (concurado) () Temporário () Outros _____

4.3) Qual o período do seu contrato de trabalho? _____

Qual a sua carga horária de trabalho?

4. 5) Além de você enquanto assistente social que compõe a equipe técnica do CRAS existem outros profissionais efetivos que atuam nesses espaços? Quais são?

4.6) A carga horária de trabalho dos outros profissionais efetivos é a mesma que a sua? _____

4.7) RELAÇÃO COM A EQUIPE TÉCNICA

4.7.1) Como se dá a sua relação com a equipe de trabalho (cooperação, solidariedade e respeito mútuo) com os outros assistentes sociais efetivos e os que são contratados?

Comente: _____

4.8) RELAÇÃO COM A CHEFIA

4. 8.1) Como se apresenta a sua relação de trabalho com a chefia?

4.8.2) Você se sente reconhecida profissionalmente pela equipe de trabalho?

Comente: _____

4.8.3) De que forma é manifestado esse reconhecimento?

4.9) RELAÇÃO COM O USUÁRIO

4.9.1) Como você considera sua relação o usuário?

4.9. 2) Você é reconhecido profissionalmente pelos os usuários?

4.9.3) De que forma é manifestado esse reconhecimento?

5) ATIVIDADE PROFISSIONAL

5.1) Quais são as atividades diárias realizadas no CRAS? Comente sobre sua rotina diária.

5.2) Quais são os programas desenvolvidos nos CRAS que você atua no dia-a-dia?

5.3) Quem são os usuários atendidos no CRAS? Desses usuários quais são os mais atendidos no CRAS?

5.4) Você possui autonomia para exercer suas atividades, Comente?

5.5) Você se sente integrante da equipe de profissionais do CRAS? Comente:

5.6) Você sente dificuldades em desenvolver suas atividades profissionais nesse espaço do CRAS? Comente:

5.7) Ao iniciar seu exercício profissional na FUNPAPA, você participou de alguma capacitação sobre a Política de Assistência Social, conforme preconiza a NOB-SUAS/2005?

5.8) Essa capacitação se realiza com todos os profissionais (efetivos e contratados)?

5.9) Na sua opinião o fim do Contrato Temporário e a contratação de um novo profissional prejudica no desenvolvimento das atividades no CRAS? Comente:

5.10) A não continuidade do trabalho do profissional que é substituído por outro profissional no CRAS interfere na qualidade da operacionalização da política pública

de assistência social, considerando que o novo profissional contratado terá que apreender a dinâmica do espaço institucional?

5.11) Você se sente sobrecarregada com suas atividades profissionais? Comente:

5.12) Existe fiscalização do CRESS-1ª Região e/ou Sindicato dos Servidores Públicos municipais de Belém, no que se refere a situação de trabalho?

5.13) Como você pode definir a concepção de trabalho?

6) ABRANGÊNCIA DO CRAS

6.1) Quais os bairros que são atendidos por esse CRAS?

6.2) Quantas famílias são atendidas nesse CRAS?

Quais os serviços realizados nesse CRAS?

6.3) Na sua opinião deveria existir um maior número de CRAS nos bairros?

7) CONDIÇÕES DE TRABALHO

7.1) Você possui infra-estrutura (espaço físico, material de consumo, computador, impressora etc.) adequada para a realização de suas atividades profissionais?

7.2) Na sua opinião, o quê deveria mudar para melhorar o atendimento da população usuária neste CRAS ?

7.3) O ambiente de trabalho neste CRAS lhe expõe a situação (ões) de risco (s) e ameaça à sua segurança pessoal ? Faça Comentários:

7.4) Existe policiamento próximo deste CRAS

7.5) Em caso negativo, o que tem sido feito para mudar esta situação ?

7.6. Situação de saúde: existem casos de adoecimento de assistentes sociais devido as condições de trabalho neste CRAS? Comente:

7. 7) REMUNERAÇÃO

7.7.1) Qual é o salário que você recebe mensalmente? 2 salários mínimos ()
3 salários mínimos () outro valor:

7.7..2) Existe diferença salarial entre você e o profissional contratado?

7.7.3) De quanto? _____

7. 7.4) Você está satisfeito com sua remuneração?
Por quê? _____

7. 7.5) Existe perspectiva de aumento salarial? _____

APÊNDICE C- FORMULÁRIO 3



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL-PPGSS**

Sujeitos da pesquisa: Coordenação da Proteção Básica

1) IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

Nome: _____

Sexo: F () M ()

Estado Civil: Solteiro (a) () Casado(a) () Divorciado (a) () Viúvo (a) ()

Outros _____

Fone: _____

Email: _____

2) FORMAÇÃO ACADÊMICA

Graduação: _____ ano: _____ Entidade: _____

Especialização: _____ ano: _____ Entidade: _____

Mestrado: _____ ano: _____ Entidade: _____

Doutorado: _____ ano: _____ Entidade: _____

3) SITUAÇÃO PROFISSIONAL

3.1 Experiências Profissionais Anteriores:

Instituição: _____

Forma de Contrato de Trabalho: _____

Tempo de Serviço: _____

Motivo (s) da Rescisão Contratual: _____

3.2 Local de trabalho Atual: _____

End: _____

Profissão: _____

Chefia: _____

Cargo atual: _____

Tempo de serviço na chefia: _____

4) RELAÇÕES DE TRABALHO

4.1) Há quanto tempo você trabalha nesta instituição?

4.2) Forma de contrato de trabalho?

Efetivo (concurado) () Temporário () Outros _____

4.3) Qual o período do seu contrato de trabalho? _____

4.4) Qual a sua carga horária de trabalho?

4. 5) Quantos profissionais compõe a equipe de gestão da Assistência Social da Proteção Básica da FUNPAPA?

4.6) Qual a carga horária de trabalho desses profissionais? _____

4.7) Existem assistentes sociais efetivos trabalhando neste espaço institucional ou são contratados temporariamente?

Quantos? _____

4.8) Qual é o tempo de contrato de trabalho deles? _____

4.9) A carga horária de trabalho do assistente social efetivo é a mesma que a sua?

4.10) Você se sente sobrecarregada com suas atividades profissionais?

Comente: _____

4.11) O CRESS-1ª Região e/ou Sindicato dos Servidores Públicos municipais de Belém tem adotado alguma medida para solucionar esta situação?

4.12) RELAÇÃO COM A EQUIPE TÉCNICA

4.12.1) Como se dá a sua relação com a equipe de trabalho (cooperação, solidariedade e respeito mútuo) entre os assistentes sociais que são efetivos e os que são contratados? Comente:

4.13) RELAÇÃO COM A DIREÇÃO DA FUNPAPA

4. 13.1) Como se apresenta a sua relação de trabalho com o diretor (a) desta instituição?

4.13.2) Você se sente reconhecida profissionalmente?

Comente: _____

4.12.3) De que forma é manifestado esse reconhecimento?

5) ATIVIDADE PROFISSIONAL

5.1) Quais são as suas atividades diárias enquanto gestora? Comente:

5.2) Enquanto profissional, como você analisa a forma de gestão adotada pela a FUNPAPA? Você analise que essa forma de gestão tem proporcionado a qualidade dos serviços na área da Assistência?

5.3) Na sua opinião quais as maiores dificuldades enfrentadas pela a gestão da Proteção Social Básica?

5.4) Na sua opinião o fim do Contrato Temporário do assistente social e a contratação de um novo profissional prejudica na qualidade da operacionalização da Política de Assistência, em particular as atividades nos CRAS's, uma vez que o novo profissional terá que apreender a dinâmica do trabalho? Comente? _____

5.5) A FUNPAPA possui uma política de capacitação de forma continuada para trabalhadores públicos, da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros conforme prevê a NOB/SUAS 2005?

Sim () Não () Comente:

5.6) Ao ser contratada para trabalhar na FUNPAPA, você participou de alguma capacitação sobre a Política de Assistência Social, conforme preconiza a NOB-SUAS/2005?

5.7) De acordo com a NOB/SUAS/2005 uma de suas diretrizes é o co-financiamento da gestão do trabalho que prever recursos próprios para o desenvolvimento, qualificação e capacitação dos trabalhadores. Isso ocorre na FUNPAPA?

Comente: _____

5.8) Quanto aos profissionais contratados, eles tiveram capacitação para atuar nos CRAS? Sim () Não () Comente:

5.9) O município de Belém integra que nível de gestão? Básica ou Plena?

5.10) A quanto tempo o município de Belém passou a ser classificado neste nível de gestão? O que mudou para a política de Assistência Social, em especial para a proteção básica? _____

5.11) Quanto a equipe de referência da Proteção Social Básica o município de Belém atende o que preconiza a NOB/SUAS 2005 a qual estabelece o número de profissionais superiores e técnicos para atuar nos CRAS de acordo com o porte e o número de famílias atendidas?

5.12) Todos os CRAS's possuem coordenadores de nível superior e que sejam concursados conforme estabelece a NOB/SUAS/2005?

5.13) Quais os motivos que têm levado o município de Belém a não realizar concurso público para a efetivação dos trabalhadores na área da Assistência Social até o presente momento?

6) CONDIÇÕES DE TRABALHO

6.1) Você possui infra-estrutura (espaço físico, material de consumo, computador, impressora etc.) adequada para a realização de suas atividades profissionais? Comente:

6.2) Na sua opinião, o quê deveria mudar para melhorar a gestão da Proteção Social Básica na FUNPAPA?

Comente: _____

6.3) O ambiente de trabalho neste espaço lhe expõe a situação (ões) de risco(s) profissional e ameaça à sua segurança pessoal? Faça Comentários:

6.4) Existe policiamento próximo neste espaço? _____

6.5) Em caso negativo, o que tem sido feito para mudar esta situação? _____

6.6) Situação de saúde: existem casos de adoecimento de assistentes sociais devido as condições de trabalho neste espaço institucional?

Comente: _____

6.7) Em caso positivo, o IPAMB possui ações voltadas para a saúde do trabalhador na área da Assistência Social?

7) REMUNERAÇÃO

7.1) Qual é o salário que você recebe mensalmente? 2 salários mínimos ()
3 salários mínimos () outro valor: _____

7.2) Existe diferença salarial entre o coordenador da Assistência Social e outros coordenadores, como exemplo o da saúde? _____

7.3) É grande a diferença? _____

7.4) Você está satisfeito com sua remuneração? _____ Por quê? _____

7. 5) Existe perspectiva de aumento salarial ?

7.6) Como o sindicato dos servidores tem se manifestado em relação a questão salarial?

Informações adicionais
